

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Escola de Serviço Social**  
**Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

**Tese de doutorado**

**Serviço Social e Assistência Social no Brasil Contemporâneo**  
**- de uma fetichização a outra? -**

**Esther Luíza de Souza Lemos**

**Rio de Janeiro**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

2009

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Esther Luíza de Souza Lemos

Serviço Social e Assistência Social no Brasil Contemporâneo

- de uma fetichização a outra? -

Tese elaborada sob a orientação do Prof. Dr. José Paulo Netto e apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Rio de Janeiro

2009

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNI OESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB - 9/924

L557s Lemos, Esther Luíza de Souza  
Serviço social e assistência social no Brasil contemporâneo :  
de uma fetichização a outra?/ Esther Luíza de Souza Lemos .—  
Rio de Janeiro, RJ : [s. n.],  
2008  
207 f.

Orientador: Drº José Paulo Netto  
Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal  
do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola  
de Serviço Social

1. Serviço social - Brasil - História 2. Serviço social como  
profissão 3. Assistência social - Política de direitos 5. Direitos  
sociais 6. Política social I. Netto, José Paulo, Or. II. T

CDD 20. ed. 361.981

361.0023

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. José Paulo Netto

---

Profa. Dra. Carina Moljo

---

Profa. Dra. Alejandra Pastorini

---

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista

---

Prof. Dr. Marcelo Braz

*Dedico o trabalho aqui sintetizado aos meus entes mais queridos, Gelson, Geíza e Lucas.*

## Resumo

Esta tese tem por objeto o debate da vanguarda profissional do Serviço Social, a partir dos anos 1980, em torno da relação da área com o campo da Assistência Social. A hipótese diretriz que norteou a pesquisa foi a seguinte: nos anos 1980, ocorre na profissão um movimento de desfetichização do Serviço Social, seguido, na década subsequente, da desfetichização – pela vanguarda profissional – da própria concepção de Assistência Social; mas este movimento, na entrada do século XXI, vê-se contrarrestado e põe-se o risco de uma refetichização da Assistência, com implicações relevantes para a própria concepção de profissão.

O emprego da categoria *fetichismo* remete à elaboração de Marx e de toda a tradição marxista – e este é o referencial que orientou a pesquisa. Do ponto de vista analítico, ressalte-se a determinação da noção de *vanguarda profissional*, que, em grande parte, balizou a utilização do material sobre que assentou a investigação – material especificamente documental (livros, ensaios, artigos, anais de congressos, documentos de entidades profissionais, legislação etc.).

É objetivo desta tese clarificar a significação do debate Serviço Social/Assistência Social, historicizando-o no marco da conjuntura brasileira e recuperando momentos constitutivos da evolução da profissão no país, com especial ênfase na sua atividade de pesquisa, desenvolvida especialmente no âmbito da pós-graduação.

### Abstract

The object of this thesis is the avant-garde professional debate about Social Service from the 1980s, concerning the areal relationship with the field of Social Assistance. The guideline hypothesis that led the search was the following: in the 1980s, an antifetisation movement of the Social Work occurs in the profession, followed by, in the subsequent decade, the antifetisation - by the avant-garde professional - the very concept of Social Assistance, but this movement, in the beginning of the twenty-first century, finds itself counteracted and runs the risk of a refetisation in the Assistance, causing important implications for this very profession concept.

The use of the fetish category refers to the elaboration of Marx and the whole Marxist tradition - and this is the reference that guided the research. From an analytical point of view, it emphasizes the determination of the concept of avant-garde professional, which in large scale, beacons the use of the material on which the research was based upon - specifically documented material (books, essays, articles, conference proceedings, professional entity documents, legislation etc.).

The objective of this thesis is to clarify the meaning of the debate Social Service / Social Assistance, historicizing it in the Brazilian conjuncture mark and restoring constituting moments from the profession evolution in the country, with particular emphasis on the research activity, especially developed in the context of post - graduation.

## Resumo

El objeto de la presente tesis es la polémica de la vanguardia profesional del Trabajo Social, desde los años 1980, en torno a la relación de la disciplina con el campo de la Asistencia Social. La hipótesis que ha nortado la investigación es que, en los años 1980, hubo en la profesión un movimiento de des-heticización del Trabajo Social al cual ha seguido, en los años 1990, la des-heticización – por la vanguardia profesional – de la misma concepción de Asistencia Social – pero ese movimiento, en el umbral del siglo XXI, se encuentra contrarrestado y existe el riesgo de una nueva heticización de la Asistencia, con graves implicaciones para la propia concepción de la profesión.

El empleo de la categoría de *hétiche* remite a la elaboración de Karl Marx y de la tradición marxista – y es este referencial que ha orientado la investigación. Se debe subrayar, en la tesis, la utilización de la noción de *vanguardia profesional* que, de hecho, enmarca los límites de los materiales documentales analizados (artículos, ensayos, anales de encuentros y de congresos, libros, legislación profesional y gubernamental etc.).

Es objetivo de esta tesis clarificar la significación de la polémica Trabajo Social/Asistencia Social, historicizándola en el marco de la coyuntura brasileña y rescatando momentos constitutivos de la evolución de la profesión en el país, subrayando sus actividades de investigación, desarrolladas en especial en el ámbito del post-grado.

## Sumário

**Apresentação**

**Introdução**

**Capítulo 1 - Os anos 1980: a desfetichização do Serviço Social**

- 1.1. Uma nova concepção de Serviço Social
- 1.2. Uma nova concepção de Assistência Social
- 1.3. Mudanças na organização política da categoria profissional
- 1.4. Mudanças no âmbito da formação profissional
- 1.5. A formação e o desempenho da vanguarda profissional
- 1.6. A vanguarda profissional e a nova concepção de Assistência Social

**Capítulo 2 - O ingresso da Assistência Social na agenda do Serviço Social**

- 2.1. Serviço Social: novas bases profissionais
- 2.2. Assistência Social: novas bases legais
- 2.3. A Assistência Social na agenda profissional

**Capítulo 3 - As conquistas numa conjuntura adversa**

- 3.1. A formação debilitada e a organização pressionada
- 3.2. A política de Assistência Social nos anos 2000: a centralidade do Bolsa Família
  - 3.2.1. Do debate do rendimento mínimo ao Bolsa Família
  - 3.2.2. O limite da política de Assistência Social
- 3.3. Os assistentes sociais e a Assistência Social

**Considerações finais**

**Referências bibliográficas**

**Anexos**

## **Apresentação**

A oportunidade de concluir um processo de estudo planejado e organizado para a formação de recursos humanos qualificados nas diversas áreas de conhecimento e intervenção na atualidade no Brasil é fruto de um investimento coletivo de longo prazo. Particularmente na área de Serviço Social, esta oportunidade se traduz em maior responsabilidade frente ao grau de fragmentação que existe na atual divisão social e técnica do trabalho e conseqüente perda da dimensão da totalidade.

Destaco a relevância de uma política nacional de pós-graduação, financiada com recursos públicos, cuja base é a contribuição da grande maioria dos trabalhadores, do setor público e privado, num momento histórico em que as contradições da vida social no mundo nunca estiveram tão explícitas, tão a “olhos nus”, exigindo maior lucidez tanto no conhecimento de suas determinações particulares quanto na intervenção no sentido de sua superação.

Num contexto mundial onde a vida humana ainda não é prioridade, onde as elites dominantes ainda decidem, “para o bem e para o mal”, o futuro da humanidade; num contexto onde o ser humano não se percebe como humano e as instituições sociais, dentre elas a universidade, reproduzem relações sociais reificadas; enfim, onde a liberdade ainda é para poucos e a desigualdade social impera – neste contexto, talvez o maior desafio das pesquisas seja despertar a consciência, tanto da pesquisadora quanto de seus futuros leitores, para o fato que não somos “coisa” como nos querem fazer crer, como somos tratados pela impessoalidade do “mercado”.

Enfrentar esta realidade sem determinismos, mas desvendando suas determinações concretas exige que o próprio sujeito que se põe a agir se perceba como sujeito histórico deste processo. Assumir a direção do processo de

superação das contradições nas quais todos vivemos na contemporaneidade passa pela consciência renovada de que somos sujeitos de nosso tempo histórico e que, na relação com demais sujeitos, historicamente determinados, construímos nossos vínculos sociais, nossa sociedade.

Julgo necessária esta “renovação da consciência histórica” pelo impacto vivenciado com a “revolução tecnológica” em nossa geração, sem termos resolvido as antigas contradições que ao mesmo tempo nos afligem e se avolumam criando a sensação de que são naturais, necessárias e intransponíveis.

A relação tempo e espaço foi radicalmente alterada com o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela humanidade, criando simultaneamente condições concretas de humanização e barbarização da vida em sociedade. A maioria dos seres humanos não age tendo a consciência de que suas ações, suas escolhas determinam as relações sociais que dão forma concreta ao tipo de sociedade que se vive.

A possibilidade desta consciência também é histórica. Há algumas gerações passadas tornou-se possível; porém, ainda não se universalizou para a totalidade dos homens e mulheres que vivem no planeta terra.

No passado, nasceram teorias que reconheciam o direito de tomar decisões e autoridade apenas aos reconhecidamente “escolhidos por deus”, os demais abdicavam seu direito constituindo uma sociedade teocrática; a lei do mais forte fisicamente também imperou - ainda estão aí todas as formas de violência que, pelo meio da força, tentam impor sua autoridade. Outras sociedades organizaram-se com base no reconhecimento da sabedoria dos mais velhos.

Com o processo de acumulação do excedente econômico produzido socialmente, o poder passou a ser exercido pelos proprietários privados sempre em menor número. Esta fase da história humana, através da ocupação de novos territórios foi avançando e impondo sua sociabilidade, porém convivendo com

antigas formas e expressões culturais dos povos dominados. Este processo não foi pacífico e verdadeiras guerras expressaram a resistência destes em se submeter ao domínio externo.

A apropriação do excedente econômico (isto é, da riqueza socialmente produzida) foi possível pelas novas relações de produção que os homens construíram, pretendendo satisfazer necessidades sociais. Estas sempre se renovam gerando novas necessidades, que impõem novos processos fazendo girar o motor da história.

O reconhecimento de que todos os seres humanos, não apenas os proprietários privados da riqueza socialmente produzida, mas também todos aqueles envolvidos no seu processo de produção têm o direito de fazer escolhas e participar do poder decisório em todos os âmbitos da vida social é relativamente recente e fruto de grandes lutas dos trabalhadores. Pode-se afirmar que esta consciência histórica nasceu com o reconhecimento da liberdade e igualdade entre os seres humanos, gerando o princípio democrático de que todos são livres e iguais para fazerem suas escolhas, independentemente de sexo, raça, credo, propriedade.

Esta consciência revolucionou o pensamento social e a prática política. Desde então, seu reconhecimento existe, porém sua realização para todos ainda está no horizonte movendo as lutas sociais em todas as dimensões da vida em todos os lugares. Sua realização ou não é fonte de conflitos e guerras de toda natureza, chegando aos dias atuais com uma complexidade e fragmentação que parece se falar de mundos distintos.

Trazer à luz as conexões que se dão ao nível do pensamento na apreensão desta totalidade concreta e dar-lhes materialidade expressa um processo criativo próprio do gênero humano. Esta possibilidade ontocriativa não é desenvolvida nem apropriada pela maioria das pessoas de forma consciente; porém, cotidianamente, a realidade concreta da existência humana prova sua

possibilidade. Por que tal processo ocorre? Por que a inteligibilidade daquilo que é humano foge à maioria dos seres mortais? Por que a impressão de que as conexões do pensamento são distintas do que é a realidade em si e parecem mesmo estar em oposição?

A consciência humana sobre os fenômenos daquilo que é próprio da natureza humana expressa um ato histórico. Não foi sempre assim. E o que é próprio da natureza humana? O que a distingue dos outros seres que possuem existência real? A existência real é dada apenas por aquilo que se pode tocar, ver, ouvir, provar? Pergunta-se: o que é a realidade social e como é possível seu conhecimento? Lukács considera que “o homem é em si um complexo [...] a sociedade, desde o princípio, como um complexo composto de complexos” (HOLZ, KOFLER, ABENDROTH, 1969, p. 16). A questão é: como conhecer a essência desses complexos?

A capacidade de formular esta pergunta e de respondê-la expressa a substância do que é propriamente humano. A consciência deste processo foi forjada historicamente, dando concretude às explicações racionais, inteligíveis, que herdamos como sujeitos históricos, capazes de apreendê-las e reconstruí-las<sup>1</sup>.

Uma primeira aproximação às indagações que nos vêm é a realidade da consciência e da inconsciência sobre os fenômenos que envolvem o que é propriamente humano. A capacidade de refletir sobre si e sobre o que é externo a esta existência material é própria do gênero humano; porém, a possibilidade de realizá-lo não o é para todos. Por quê? Porque o gênero humano é condicionado historicamente.

---

<sup>1</sup> “O marxismo, ao contrário enfatiza que, também em relação ao futuro, são os próprios homens que fazem a sua história, que eles mesmos e o sistema de relações em que vivem com seus semelhantes são produtos da sua própria atividade; e que todos os conteúdos e formas do futuro resultam e resultarão do concreto vir-a-ser da humanidade, independentemente do fato de que este processo ocorra com verdadeira ou falsa consciência.” (LUKÁCS, 2007, p. 219).

Interagem, neste processo, a possibilidade da consciência e as condições objetivas nas quais ela se dá. A consciência não é algo abstrato que “paira no ar”, como que se pudesse existir consciência separada da vida do ser consciente. Parte-se neste estudo da premissa marxiana de que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX-ENGELS, 1993, p. 37). A consciência é produto social, fruto da mútua determinação entre realidade objetiva e subjetiva.

A problematização de Marx e Engels e as respostas que encontraram inauguraram uma tradição do pensamento que ganhou materialidade histórica e sua atualidade reside no fato de ainda proporcionar os recursos heurísticos que permitem a explicação do “movimento do real”.

De 1845/46, quando Marx e Engels propõem inverter a lógica hegeliana dando materialidade à explicação do real, aos dias de hoje, passaram-se 163/164 anos. Qual a contribuição destes homens “gigantes do pensamento social” para a explicação do que é propriamente humano? Por que foi possível a eles construir este conjunto de conhecimentos, imprescindíveis na atualidade, a quem se põe a desvendar o real? Por que outros pensadores de seu tempo, tendo o mesmo objeto de estudo, chegaram a resultados distintos?

A humanidade conquistou historicamente a compreensão de que todo ser humano é dotado de inteligência, é capaz de fazer escolhas conscientes e agir na direção de suas opções, é capaz de construir as mediações necessárias para sua efetivação. Porém, a liberdade de escolher entre alternativas é condicionada historicamente. O que os homens e mulheres são, como indivíduos sociais, “coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX-ENGELS, 1993, p. 28).

A idéia que o ser humano faz de si mesmo, se não for referenciada concretamente, analisada sob as condições reais nas quais foi forjada, torna-se ilusão. Perde seu poder explicativo e “foge” da realidade.

Uma primeira cisão ocorrida no desenvolvimento histórico do conhecimento sobre a realidade concreta e sobre si mesmo foi a cisão entre atividade manual e atividade intelectual, entre quem pensa e quem executa. A vida cotidiana é essencialmente prática e o grau de conhecimento que os indivíduos necessitam para reproduzirem sua existência e satisfazerem suas necessidades sociais é, como analisa Heller (2002), imediato, heterogêneo e superficial.

Esta aparente cisão está presente tanto no conhecimento sobre a natureza quanto no conhecimento sobre si mesmo e suas relações sociais. Se existe a compreensão de que todo indivíduo é capaz de conhecer e produzir conhecimento, percebe-se também que nem todos desenvolveram esta potencialidade, ao mesmo tempo em que este processo deu-se de forma fragmentada.

A razão histórica caminha no sentido da verdade, da realidade dos fatos, da existência humana. Onde está a verdade? Esta pergunta alcança todas as dimensões da experiência humana e as respostas construídas historicamente originaram a consciência da existência concreta destas verdades. Este processo é transitório, pois se a consciência é produto social, alterando-se as condições concretas da produção da vida, alteram-se também as condições de sua reprodução (MARX-ENGELS, 1993).

As consequências deste princípio teórico-metodológico se manifestam na construção explicativa e interventiva dos sujeitos que se apropriam deste conteúdo no presente <sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “As leis da economia e da sociedade são também para o marxismo leis objetivas, isto é, leis que operam independentemente da consciência cognoscente. Mas o objeto e o substrato da economia não constituem uma objetividade alheia ao homem: constituem única e exclusivamente o sistema (e a transformação) das relações entre os homens, cujas leis (tomadas singularmente) não foram criadas por eles, mas que só podem ser movimentadas pelas suas ações, pelas

A atividade teórica e intelectual no âmbito das ciências sociais expressou um desenvolvimento histórico condicionado pela ordem social na qual estruturou-se. Pode-se identificar duas grandes matrizes do pensamento social.

Aquele inaugurado por Marx e Engels de crítica à ordem burguesa, pois ao buscar os nexos apontou a possibilidade histórica de sua superação e aquele inaugurado por Durkheim, que ao explicar as contradições concretas da sociedade capitalista, propunha uma "sábia resignação" diante dos "fatos sociais".

Em ambas as tendências teórico-metodológicas, fruto da razão moderna, a possibilidade do conhecimento é real. A relação sujeito que conhece e objeto que é conhecido expressa a relação particular do processo de conhecimento.

Ressaltar ambas tradições do pensamento na atualidade é relevante pois o pensamento contemporâneo está marcado pela crítica às explicações totalizantes. Uma das características da razão pós-moderna, diante da complexidade da divisão social e técnica do trabalho, é a impossibilidade das explicações macrosocietárias.

Explicar a realidade social na atualidade, as contradições que assolam a humanidade, exige o domínio das fontes clássicas do pensamento social e a apropriação da particularidade do capitalismo contemporâneo.

Exercitar a atividade criativa num contexto marcado pela negação da potencialidade humana ontocriativa só é possível com a consciência teórica e crítica, possível na tradição marxista na qual "[...] mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo." (LUKÁCS apud HOLZ, KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 17).

---

interações que estabelecem e pela sua intervenção individual e coletiva sobre a natureza. No marxismo surge então elaborada, pela primeira vez de modo coerente, a idéia segundo a qual, economia, sociedade e história não são mais que desenvolvimento do sistema de relações humanas e que as leis objetivas específicas que nelas operam - certamente que de modo complexo e através de mediações - são sínteses de ações humanas. Aquilo que em Hegel aparecia ainda sob formas mitológicas alcança aqui uma objetividade científica" (LUKÁCS, 2007, p. 216/17).

A herança do pensamento crítico e a possibilidade histórica de sua apropriação no contexto da universidade brasileira e latinoamericana, expressa uma particularidade: se por um lado está marcado pela fragmentação do conhecimento e das profissões no interior da universidade, por outro lado dispõe de relativa autonomia para fazer avançar a produção de conhecimentos sobre nossa formação econômica, política e social.

A dimensão teórica e política expressam uma unidade que nem sempre caminham juntas. A consciência teórica pode existir sem existir as condições históricas para que a tomada de decisão política alcance a maioria. A tensão entre dimensão teórica e política está na mesma proporção da relação teoria/prática. Expressam uma unidade indissolúvel, com dimensões distintas e possibilidade de universalização.<sup>3</sup>

O exercício intelectual de apreensão do movimento do real pelo pensamento, a busca das conexões internas entre as diferentes esferas da vida social, entre as categorias ontológicas e reflexivas caminha na direção de superação das características próprias da vida cotidiana. É um exercício de contra-corrente, árduo e de constante vigilância.

A opção de viver na ignorância também é possível, cômoda e menos exigente. Porém não satisfaz o espírito que, seguindo a herança acumulada, tem consciência cívica e intelectual de que todos e cada um são sujeitos do processo de emancipação humana.

Situar a universidade como o espaço no qual a possibilidade da produção deste conhecimento se dá é também situá-la historicamente. Que produção do

---

<sup>3</sup> "A universalidade eticamente profícua e esclarecedora da responsabilidade só pode ser encontrada se considerarmos a ação individual como momento dinâmico de uma atuação histórico-social na sua totalidade e continuidades concretas igualmente dinâmicas. De fato, somente assim a universalização deixa de ser uma abstração formal sem conteúdo, tornando-se um tipo de abstração operada no próprio processo e reproduzida mais ou menos corretamente pela consciência externa (também pela consciência do agente). Vale dizer: a universalização, numa decisão ética, tem seu passado histórico-social e um futuro que surge do próprio processo." (LUKÁCS, 2007, p. 209-10).

conhecimento é possível neste espaço na atualidade? Em que medida o “individualismo possessivo” permeia as relações sociais no seu interior perdendo o sentido de sua relevância social? Em que medida a competição produtivista corroeu o sentido da produção social do conhecimento? Em que medida o sentido universal do conhecimento cedeu aos imediatismos de conveniência?

Se, por um lado, o acesso ao conhecimento produzido deu-se prioritariamente pela inserção no espaço da universidade, têm-se consciência de que ele não está restrito aos seus muros e não se esgota com o acesso à titulação acadêmica. O sentido revolucionário do conhecimento teórico está na direção de sua apropriação pelas “massas”: “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lenin). Qual sentido do conjunto de conhecimentos produzidos na universidade?

Responder a esta questão requer analisar a particularidade histórica da formação social, econômica e política bem como a respectiva divisão social e técnica do trabalho na qual o espaço da universidade interage. Ao mesmo tempo, a racionalidade que permeia o modo de produção capitalista impõe sua lógica hegemônica, refuncionalizando instituições e Estados nacionais. As profissões inserem-se neste complexo, tanto no âmbito da sua formação quanto intervenção social.

Especificamente, o Serviço Social brasileiro teve sua inserção no espaço universitário depois da reforma universitária <sup>4</sup> implementada pela ditadura militar. O seu reconhecimento como área de ensino superior era da década de 1950 <sup>5</sup>, sendo o curso basicamente ofertado em “escolas isoladas”, vinculadas especialmente à organização da Igreja Católica.

---

<sup>4</sup> Visando reprimir setores de oposição e ao mesmo tempo instituir sua diretriz estratégica, a autocracia burguesa implementou um conjunto de medidas, entre elas a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, refuncionalizando o sistema educacional aos moldes do Estado militar-fascista, tornando funcional o “modelo educacional” ao seu “modelo econômico” (PAULO NETTO, 1991, p. 53 - 68). Esta lei só foi revogada com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Após a refuncionalização do ensino superior promovida pela ditadura militar, tornou-se possível a inserção das escolas de Serviço Social, antes isoladas, no contexto da universidade, possibilitando o diálogo com o conjunto das Ciências Sociais. A partir de então, a crise da ditadura – potenciada pela resistência democrática adensada pela oposição do movimento operário ao regime autocrático, e a que contribuiu a resistência do movimento estudantil -, mais a influência teórico-metodológica da tradição marxista, da Teologia da Libertação e de outras vertentes críticas criaram as condições concretas do processo de renovação do Serviço Social brasileiro (PAULO NETTO, 1991).

Em finais da década de 1960, a resistência à ditadura foi duramente reprimida, especialmente o movimento estudantil com capacidade organizativa no interior das universidades. Este tomou as ruas e passou a reivindicar a democratização do país e a ruptura com o conservadorismo.

Foi neste contexto sócio-histórico que a intelectualidade atual do Serviço Social brasileiro foi forjada, lutando pela democratização do país. A liderança política e intelectual contemporânea no Brasil e América Latina teve sua formação há 40 anos. Neste sentido, o maio de 1968 nas ruas de Paris é emblemático e demarca um novo contexto sócio-histórico, colocando a juventude como sujeito de um processo de revolução cultural e política (HOBSBAWM, 1995).

---

<sup>5</sup> Embora a primeira escola de Serviço Social tenha iniciado suas atividades em 1936, em São Paulo, apenas em 1953 a área obteve o reconhecimento do Estado através da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953 que dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Posteriormente o Decreto nº 35.311, de 02 de abril de 1954 regulamentou a lei citada, exigindo, para continuidade do funcionamento de todas as escolas, o respectivo reconhecimento do Conselho Nacional de Educação conforme requisitos da legislação aprovada. A lei que regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social, Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, definiu que somente podem exercer a profissão os possuidores de diploma expedido no país por escolas de Serviço Social oficiais, reconhecidas pelo governo federal, conforme da Lei nº 1.889/1953.

Nos anos 1960, nos países da América Latina, todos os processos progressistas na direção da emancipação humana e democratização das relações sociais foram duramente reprimidos com apoio estadunidense aos golpes militares, instalando-se severas ditaduras.

O terrorismo de Estado calou jovens, via extermínio e tortura. As possibilidades de aflorar novas consciências foram duramente reprimidas, cassando-se direitos civis e políticos numa região onde direitos conquistados historicamente foram considerados "privilégios". A luta pela emancipação política foi retardada pela repressão e pelo populismo.

Os regimes ditatoriais na América Latina começaram a distender-se quando a crise do capital assolava os países de capitalismo central. Enquanto, nestes países, o pós-guerra foi de reconstrução e conquistas sociais para os trabalhadores (os chamados "30 anos gloriosos"), na América Latina o Estado foi de *Mal-Estar Social*, autoritário, centralizador, reproduzindo a tradição patrimonialista, ao mesmo tempo que implantava a modernização conservadora com aval do imperialismo estadunidense. Nosso não *Welfare State* foi a condição do *Welfare State* dos países centrais.

Porém, a história é movimento e as condições concretas dadas pela crise do próprio capital fizeram emergir suas contradições e antagonismos. A crise econômica de 1973 colocou em xeque o propalado desenvolvimento brasileiro que, de fato, colocou o país como oitava economia mundial à custa da superexploração de sua força de trabalho.

A consciência política da grande maioria dos trabalhadores teve condições de manifestar-se nas mobilizações que tomaram as ruas, no final dos anos 1970 nas greves do grande ABCD paulista, ganhando força na luta pela Lei da Anistia e a volta dos exilados políticos ao país.

Sem condições de legitimidade, a burguesia e o seu regime militar construíram o processo de transição democrática de forma "lenta, gradual e

segura”, garantindo a permanência na mudança <sup>6</sup> - o *mudancismo*, na expressão de Fernandes (1986).

A abertura política, iniciada em 1974, abriu a possibilidade de uma reforma política e implantação do pluripartidarismo em 1979. Em 1980, fruto da mobilização do movimento sindical como fator agregador da luta pela democratização, foi criado o Partido dos Trabalhadores – PT. Neste período, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil – o PCB e o PCdoB ainda estavam na ilegalidade <sup>7</sup>. O resultado das eleições para governadores de estado de 1982 favoreceu a mobilização pelas Diretas Já em 1984, levando o povo às ruas pelo fim da ditadura do regime militar e eleições diretas para presidente. A emenda constitucional Dante de Oliveira não foi aprovada e as eleições em 15 de janeiro de 1985 foram indiretas, sendo vitorioso Tancredo Neves. Este faleceu em 21 de abril do mesmo ano, assumindo o vice-presidente José Sarney.

A particularidade histórica da luta de classes no Brasil ganhou nova dimensão na década de 1980. Na análise de Fernandes, “as massas oprimidas e as classes trabalhadoras infundem a essa república sangue novo e uma substância democrática que nunca percorreu a cena histórica brasileira” (FERNANDES, 1998, p. 93). É neste contexto que os grupos que lutaram pela chamada redemocratização recompõem as forças da sociedade civil e pressionam o parlamento com poderes constituintes no processo de definição de nova Constituição Federal. Naquele momento histórico, as forças progressistas garantiram conquistas sociais e, no plano jurídico-formal, foram garantidos direitos civis, políticos e sociais estabelecendo *formalmente* um novo patamar de

---

<sup>6</sup> “Permitir que os de baixo abalem a sociedade civil seria o mesmo que tolerar a revolução social. Admitir que a sociedade civil se recomponha para abranger todas as classes que participam do mercado, da produção e da circulação seria o mesmo que aceitar a República democrática em sua forma política burguesa mais avançada. Os estratos dominantes e as elites das classes burguesas não poderiam avançar em tal direção sem cometer suicídio, tornando-se eles mesmos os covéis da ordem social existente.” (FERNANDES, 1986, p. 66).

<sup>7</sup> Apenas em 1985, com a Nova República, o PCB e o Pcdob voltariam à legalidade.

sociabilidade entre os brasileiros, regulando novas relações sociais entre Estado e Sociedade Civil.

A tão esperada hora dos brasileiros novamente exercerem seus direitos políticos, depois de vinte anos de ditadura, havia chegado. O ano de 1989 foi de grande expectativa no país e de nova configuração na luta de classes. A partir desse momento, o país passou a enfrentar o desafio de implementar a Constituição Cidadã, expressão possível e mais avançada das lutas sociais num contexto de crise capitalista.

As eleições acirradas colocaram dois projetos societários distintos em disputa: foi vencedor o projeto de Fernando Collor de Melo, pregando a “modernidade” e implantando o neoliberalismo.

A inteligibilidade do significado sócio-histórico do Serviço Social no Brasil e da participação dos assistentes sociais como categoria profissional só é possível a partir da análise da luta de classes no país. A democratização das relações sociais tanto no espaço das fábricas, das empresas públicas, quanto das universidades, tem sido a luta da vanguarda dos assistentes sociais.

De algum modo, as páginas que a seguir se lerão expressam um pouco dessa conturbada história. A pesquisadora é, ela mesma, fruto dessa conjuntura da vida nacional e é com os olhos assim formados que ela examinou um segmento da história e da luta das vanguardas profissionais. A tese que aqui se apresenta é, pois, também um acerto de contas, pessoal e intelectual, com um passado recente que ainda não foi suficientemente esclarecido.

Esta tese está estruturada em três capítulos, precedidos por uma introdução e sucedidos por uma sumária nota conclusiva. Na introdução, busca-se uma síntese da teoria do fetichismo, de Marx – e isto porque a hipótese que orientou a reflexão supõe que, nos últimos trinta anos, experimentamos um processo de desfetichização do Serviço Social e, também, da própria noção de

Assistência Social. Mas a hipótese avança mais: supõe que, nos últimos anos, criam-se as condições para uma refetichização da Assistência.

O primeiro capítulo situa o processo de desfetichização do Serviço Social, processo que abre o passo à desfetichização da Assistência. No segundo capítulo, a preocupação foi trazer à luz os passos dados no sentido de estender tal processo à Assistência tomada como campo de intervenção profissional. O terceiro capítulo tematiza os riscos de uma regressão em ambos os terrenos – o do Serviço Social e o da Assistência Social. Finalmente, oferece-se uma síntese do conjunto da reflexão operada ao longo das páginas anteriores.

Tenho consciência dos limites desta tese – que não expressa, de fato, o conjunto do processo da pesquisa, que foi beneficiário de um curto período em que desenvolvi meus estudos em Coimbra, sob a fecunda orientação da Profa. Dra. Alcina Maria de Castro Martins, sob o patrocínio do “Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior” (PDEE), da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES (à qual agradeço a bolsa que me foi concedida). Certamente que a responsabilidade dessas limitações cabe expressamente à pesquisadora, que não teve oportunidade de totalizar, nesta tese, o grande enriquecimento experimentado durante o curso de doutorado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ – e aproveito para consignar, aqui, também o meu agradecimento ao seu competente corpo docente. Devo assinalar, ainda, que meu orientador, o Prof. Dr. José Paulo Netto, assegurou-me, durante todo o meu processo de doutorado, a mais inteira autonomia intelectual – de modo que tudo o expresso nestas páginas reflete exclusivamente as minhas avaliações pessoais. Finalmente, registro a minha gratidão ao colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, que me propiciou as condições mínimas para a formação pós-graduada.

A consciência de tais limites obriga-me a declarar que, ao fim da redação deste material, vejo-me, agora sim, em condições de discutir com menos impropriedade a relação Serviço Social/Assistência Social.

## **Introdução**

As mercadorias existem para satisfazerem necessidades humanas ou as necessidades humanas estão submetidas à lógica das mercadorias?

Racionalmente, a resposta a esta questão é óbvia, porém a experiência cotidiana de milhões de pessoas ao redor do mundo, ao longo nos últimos 150 anos, tem sido o de submeterem sua existência ao domínio das coisas representadas na forma de mercadorias. A experiência vai além, pois a maioria dos seres humanos sente-se (e de fato o é) considerada uma “coisa” dentre o universo das outras “coisas” que tomam a forma da mercadoria.

Quais determinações concretas estão postas ao longo desta história e fazem com que homens e mulheres, ao redor do mundo, vivam, ao largo de suas vidas, esta condição? Quais são as possibilidades de sua superação?

Esta pergunta foi formulada no século XIX e, depois de um processo de investigação de aproximadamente 40 anos, chegou-se a uma resposta que explica este fenômeno social.

Só o ser humano é capaz de formular perguntas e construir os meios de satisfazer-se na busca das repostas. O espírito humano investe na busca da verdade, na busca e na construção de uma “vida com sentido”. Este processo é histórico, concreto, situado no tempo e no espaço, e é social. A construção das perguntas e a construção das respostas são fruto da ação humana em condições concretas.

### **O autor...**

Situando historicamente a pergunta enunciada acima, a sua resposta foi evidenciada por Karl Marx (1818 - 1883) ao longo de seu processo de investigação. Aos 17 anos de idade, quando seu professor, no exame final de língua alemã no Ginásio de Trèves, mandou-o dissertar sobre “Reflexões de um

jovem a propósito da escolha de uma profissão”<sup>8</sup>, Marx desenvolveu duas ideias que iriam acompanhá-lo ao longo de sua vida:

A primeira era a ideia de que o homem feliz é aquele que faz os outros felizes; a melhor profissão, portanto, deve ser a que proporciona ao homem a oportunidade de trabalhar para a felicidade do maior número de pessoas, isto é, pela humanidade. A segunda era a ideia de que existem sempre obstáculos e dificuldades que fazem com que a vida das pessoas se desenvolva em parte sem que elas tenham condições para determiná-la (KONDER, 1981, p. 21).

Após seus estudos iniciais, Marx foi para a Universidade em Bonn, onde, nos anos 1835/1836, teve a oportunidade de estudar direito, história, filosofia, arte, literatura - ainda não sabia em qual dessas disciplinas haveria de se fixar. Em outubro de 1836, seu pai o mandou estudar em Berlim, que, na época, era uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes. A Universidade de Berlim era dominada pela influência de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831), considerado o maior pensador mais recente da filosofia alemã. No meio acadêmico, e mesmo fora dele, o pensamento de Hegel era incorporado por uma “direita” e, na “esquerda”, alinhava-se sobretudo a juventude universitária. Marx, sob a orientação de um professor, interessou-se por este último grupo, dedicado a “aplicar o método historicista do mestre [Hegel] à análise das questões sociais” (*ibidem*, p. 24).

Depois de algumas tentativas no âmbito literário, em 1837 Marx passou a concentrar seus esforços no estudo da filosofia. Nos anos de 1839-1840, Marx dedicou-se à elaboração de sua tese de doutorado, com vistas a assumir a cátedra na Universidade de Bonn e, assim, ter as condições objetivas que lhe permitissem trabalhar intelectualmente e casar-se.

Em 1840, mudou o governo da Alemanha e este passou a perseguir os hegelianos “de esquerda”. Com a morte de seu orientador e pela nomeação, em seu lugar, de um “velho jurista conservador”, Marx decidiu mudar de

---

<sup>8</sup> O texto original de Marx, aliás o documento autógrafa mais antigo que dele se guarda, vem extratado em M. Rubel, *Crônica de Marx*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 16.

Universidade, doutorando-se em 15 de abril de 1841 na Universidade de Iena, com a tese *A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*. Com sua formação resolvida, sua intenção era obter a cátedra na universidade, porém, como o governo não estava admitindo hegelianos “de esquerda” ministrando nas universidades, seu plano precisou ser alterado.

Em 1842, “Karl Marx se achava, na época, na melancólica situação de professor desempregado e noivo sem meios para se casar” (*ibidem*, p. 29). Foi então que investiu na redação de artigos para jornais. Chegou a mudar-se para Colônia, onde dirigiu a *Gazeta Renana*; porém, depois de um artigo violento contra o absolutismo na Rússia, o governo prussiano foi pressionado pelo russo e fechou o jornal.

Marx não desistiu do jornalismo e, com seu amigo Arnold Ruge (1802 – 1880), organizou a fundação de uma nova revista no exterior, os *Anais Franco-Alemães*. Definida sua situação como redator-chefe da publicação, em junho de 1843, casa-se com Jenny von Westphalen (1814 – 1881), na cidade de Kreuznach, e em outubro ambos partem para Paris. Neste período, Marx, interessado nos problemas políticos, estuda Rousseau, Montesquieu e Maquiavel e conhece o movimento socialista dos operários franceses.

Em Colônia, Marx tivera rápido contato com Friedrich Engels (1820 – 1895), que posteriormente tornar-se-ia seu grande companheiro. Naquele período, Engels procurara a *Gazeta Renana* para publicar seus textos. Foi um primeiro contato frio e distante; contudo, após Marx conhecer as ideias de Engels, em princípios de 1844, passou a nutrir grande interesse no estudo da economia política.

A primeira e única edição dos *Anais Franco-Alemães* – a revista que dirigia com Ruge – foi publicada no final de fevereiro de 1844, com dois trabalhos de Marx: *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* e *Sobre a questão judaica*. Além destes, foram publicados dois trabalhos de Friedrich Engels

enviados por ele. A revista editada por Marx e Ruge foi proibida na Alemanha, sendo os números editados apreendidos. Como hegeliano “de esquerda”, divergindo da radicalização do pensamento de Marx e da desconstrução das formulações hegelianas, Ruge optou por romper o negócio e as relações com o antigo companheiro.

Ao longo de 1844, Marx intensifica sua relação com os trabalhadores franceses e emigrados alemães contribuindo com sua imprensa. Com a consciência revolucionária expressa na necessidade concreta da emancipação humana, cujo sujeito histórico para Marx era a classe operária, sua relação não é de exterioridade, mas, sem abrir mão das exigências teóricas, vincula-se ao proletariado numa clara opção de classe.

Por influência de Engels, percebeu a necessidade da crítica da economia política clássica, passando a estudá-la intensamente. Ao longo desse ano de 1844 fora fazendo anotações sobre os autores que estudava, fatos que observava e suas próprias reflexões. Essas anotações não foram organizadas para publicação, mas, posteriormente, em 1932, foram publicadas com o título de *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. Neste trabalho, Marx desenvolvia sua teoria da alienação.

Ao mesmo tempo, após 21 meses na Inglaterra, para onde havia sido enviado pelo pai a fim de cuidar dos negócios da família, Engels desenvolveu uma rica investigação sobre a situação da classe trabalhadora<sup>9</sup>, o processo de industrialização e de urbanização, participando ativamente das mobilizações operárias. Realiza uma pesquisa de fôlego para um jovem que apenas fizera alguns cursos livres na universidade, mas dedicara-se à literatura e política e, ainda na

---

<sup>9</sup> Em setembro de 1844, de volta à casa paterna em Barmen, Alemanha, Engels dedica-se à redação de sua obra-prima *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, concluindo-a em março e publicando-a em Leipzig, em maio de 1845. Este período na casa paterna foi de grande tensão entre Engels, consciente comunista, e sua família, especialmente seu pai, industrial burguês. Em abril de 1845, Engels rompe com seu pai e desloca-se para Bruxelas, dedicando-se a atividades políticas e intelectuais.

Alemanha, a uma intervenção sistemática na imprensa. Retornando à Alemanha, em agosto de 1844, Engels encontrou Marx em Paris, pela segunda vez, iniciando com ele uma profunda amizade, pessoal, intelectual e política, que se estenderia por toda a vida.

O primeiro fruto desta intensa troca de ideias e colaboração intelectual foi a crítica elaborada àqueles que desprezavam a opção pela atividade revolucionária: *A sagrada família ou Crítica da crítica crítica. Contra Bruno Bauer e consortes*. Bruno Bauer, antigo companheiro de Marx do "Clube dos Doutores", era editor do "Jornal Literário Geral", mantendo uma publicação mensal em Berlim. Marx e Engels, com base nos oito primeiros cadernos publicados, constroem a crítica ao idealismo. Diferente de outros trabalhos, que só foram publicados postumamente, em fevereiro de 1845 o texto de *A sagrada família* foi divulgado, demarcando o rompimento de Marx e Engels com a esquerda hegeliana.

Como jornalista ainda, Marx continuou em Paris trabalhando no *Vorwärts*, porém o governo prussiano de Frederico Guilherme IV não estava satisfeito e pressionou o então governo francês para que os principais colaboradores do jornal fossem expulsos do país. Por isto, em fevereiro de 1845, Marx, com sua família, mudou-se para Bruxelas, permanecendo lá até 1848. Para poder permanecer no país, Marx foi obrigado a não publicar quaisquer artigos sobre a política nacional ou internacional. É neste período, primavera de 1845, que Marx escreve as onze *Teses sobre Feuerbach* e, depois, com Engels, de novembro de 1845 a maio de 1846, *A ideologia alemã*. Como não encontraram editor interessado em publicar este último trabalho, deixaram a obra à "crítica roedora dos ratos"... o que "sobrou" foi publicado postumamente em 1932.

Com suas ideias filosóficas mais construídas, Marx sentiu a necessidade de envolver-se praticamente com o movimento operário europeu. A partir de 1846, passou a participar da "Liga dos Justos", onde discutia fervorosamente as propostas de ações revolucionárias. Mais tarde ingressou nesta organização.

Como não pôde participar, por falta de dinheiro, do Congresso da “Liga dos Justos”, em junho de 1847, em Londres, Engels falou em nome dele. Por sua sugestão, a Liga passou a constituir-se de forma mais democrática, mudou seu lema e passou a chamar-se “Liga dos Comunistas”. Posteriormente, por ocasião do II Congresso, em novembro/dezembro de 1847, Marx e Engels receberam a tarefa de redigir o *Manifesto do Partido Comunista*, considerado o primeiro documento que apresenta uma programática político-partidária embasada teoricamente.

Em dezembro de 1846, Marx recebeu de Proudhon (1809 - 1865), socialista francês, sua obra *Sistema das contradições econômicas*, enviada pelo autor para sua crítica. Marx imediatamente preparou resposta, criticando Proudhon no texto *Miséria da filosofia*. A reação de Proudhon foi de grande raiva, manifestando uma crítica anti-semita.

Ainda em Bruxelas, descumprindo a promessa que fizera ao governo belga, realiza uma série de conferências na Associação dos Operários Alemães. O movimento operário começou a ganhar vulto em diferentes países europeus. Se, por um lado, a década de 1840 expressou o triunfo da indústria e da ciência, bem como do comércio internacional, ninguém podia negar a crise econômica que chegava a seu auge em 1846-1847. A consciência de uma revolução social iminente não se limitava aos revolucionários, mas estendia-se tanto aos trabalhadores pobres quanto a suas camadas mais cultas.

Esse período da história assistiu a um crescente internacionalismo, estimulado pelo exílio de muitos militantes políticos que lutavam em seus países contra o absolutismo e pela instauração de repúblicas democráticas. Esses militantes encontravam refúgio e asilo especialmente em Paris, convivendo entre poloneses, italianos, alemães, russos etc. Hobsbawm descreve que, “nos centros de refúgio, os emigrantes se organizavam, debatiam, discutiam, freqüentavam-se e denunciavam-se uns aos outros e planejavam a libertação de seus países ou de

outros países” (1994, p. 148). A expectativa da revolução mundial se colocava: “o que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, ‘a primavera dos povos’ de todo o continente” (HOBSBAWM, 1994, p. 130).

Na França, a revolução explode em 24 de fevereiro de 1848, espalhando-se por todo o continente. Depois de quase 18 meses, as forças mais progressistas foram derrotadas, explicitando a luta de classes e a disputa de projetos societários antagônicos. Neste momento, emerge a consciência histórica do proletariado como *classe para si*, esvaziando-se concretamente a ilusão do potencial emancipatório do projeto burguês.

Com a instauração da República Francesa, a ordem de expulsão de Marx foi cancelada, voltando ao país logo em março, organizando em seguida seu retorno para Alemanha. Juntamente com Engels, retoma o trabalho jornalístico em Colônia, fundando a *Nova Gazeta Renana* e colocando-a a serviço da revolução democrática. A contra-revolução se revitaliza nos países europeus e várias insurreições explodem nas cidades alemãs. O governo fechou o Congresso e decretou estado de sítio, ficando a publicação temporariamente suspensa. Marx e Engels se envolvem no movimento de resistência. Neste tempo, Engels, de armas na mão, envolve-se na luta contra o fechamento do Congresso e é obrigado a instalar-se na Suíça.

O governo prussiano acirrou a perseguição ao jornal e a Marx, decretando sua expulsão do país. Em maio de 1849, Marx vai para Paris, onde, sem recursos, aguarda por sua família. As autoridades o forçaram ao exílio na Inglaterra, partindo para Londres, aonde chegou em agosto de 1849. Sua família só chegaria semanas mais tarde. Para sobreviver, reorganizou em Londres a *Nova Gazeta Renana*, jornal do qual se editaram seis números, nele saindo o texto *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*. Também publicou, na revista *A revolução*, editada em Nova York, em 1852, o texto *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*, onde fez uma análise da conjuntura das relações de poder na França.

Os primeiros anos em Londres foram de grande privação para Marx e família: doenças e perda de dois filhos, alimentação precária etc. Além disto, as condições de moradia eram marcadas pela provisoriedade e insegurança, sempre necessitando mudar-se e dependendo de aluguel. Mesmo nessas condições, sua atividade intelectual mantinha-se. Era assíduo usuário da biblioteca do Museu Britânico, em Londres, chegando a penhorar roupas para adquirir papel para escrever.

Para sobreviver, Marx escrevia artigos sobre política internacional e, ao mesmo tempo, dedicava-se ao estudo da Economia Política. A Europa passou por dura crise em 1857, estimulando Marx a intensificar seus estudos. Viverá um intenso investimento na pesquisa e trabalho intelectual até 1865, explicitando os fundamentos de suas grandes descobertas teóricas. Cumprindo o que prometera a amigos e editores, Marx redige uma crítica da economia política, cujos manuscritos só serão publicados postumamente em 1939-1941 sob o título *Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Rascunhos. 1857-1858*. Com base em suas descobertas, Marx prepara para publicação o livro *Para a crítica da economia política*, onde analisa a estrutura da mercadoria como resultado parcial de sua pesquisa.

Marx acompanhou analiticamente o momento da Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América do Norte, entre 1861 e 1865, tecendo interpretações publicadas no *New York Daily Tribune*. Nesse período (1861-1863), Marx dedicou-se à redação de um conjunto de manuscritos que vieram à público na íntegra apenas nos anos de 1976-1982. Um terceiro conjunto de manuscritos foi redigido entre 1863-1865, que vieram à luz apenas em 1988, nos quais Marx continuava expondo suas descobertas sem, no entanto, dar forma expositiva para publicação.

Afastado da ação política direta desde o início de seu exílio, Marx a retoma a partir de 1864. Com a perspectiva internacionalista e a necessidade da

organização do trabalho coletivo, representantes do operariado europeu, em 28 de setembro de 1864, criaram a Associação Internacional dos Trabalhadores, em Londres. Marx, incentivador deste processo, foi eleito para o Conselho Geral e escolhido como redator de seu estatuto, cuja redação foi submetida ao Conselho e aprovada por unanimidade. Conhecida posteriormente como a "Primeira Internacional", a organização logo mobilizou uma série de ações em defesa dos trabalhadores dos diversos países da Europa.

Seu envolvimento político com o movimento dos trabalhadores e a atenta análise do que se passava no mundo não desviaram Marx de avançar em seu projeto de estudo e investigação. Em janeiro de 1866, Marx inicia o trabalho de exposição de sua longa investigação, redigindo o que se tornaria sua obra-prima: em 1867 foi publicado, em Hamburgo, Alemanha, o primeiro livro d'*O capital. Crítica da economia política*. Nesta edição foram publicados mil exemplares que, no outono de 1871, já estavam esgotados, impondo a necessidade de trabalhar numa segunda edição a partir de janeiro de 1872.

Após quatro anos de publicação d'*O capital*, a revolução proletária teve sua primeira experiência de poder: a Comuna de Paris. Logo após a derrota, Marx construiu sua análise escrevendo *A guerra civil na França*.

Em 1874, nas eleições na Alemanha, os partidos de esquerda obtiveram bons resultados. Reunidos num congresso na cidade de Gotha, em 1875, as duas correntes políticas, os lassalleanos (surgidos em 1863) e os eisenachianos (emergentes em 1869) fundiram-se, criando o Partido Social-Democrata Alemão. Marx defendia a criação de partidos operários de massa, porém não viu neste processo a definição clara de princípios e de uma programática, antes uma solução conciliadora. Com base no programa aprovado no congresso, Marx escreveu sua crítica e enviou aos dirigentes. Em 1891 estas foram publicadas por Engels como *Crítica ao Programa de Gotha*.

Marx teve a oportunidade de ver sua obra-prima, *O capital*, ser traduzida para outras línguas e, especificamente, para o russo em 1872. Na Rússia, em apenas dois meses, 900 exemplares foram vendidos. Seu pensamento, divulgado entre os trabalhadores do mundo, ultrapassou fronteiras e ganhou força social. Por ocasião do posfácio da segunda edição alemã, Marx escreveu:

A compreensão que O Capital rapidamente encontrou em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa de meu trabalho. Um homem, economicamente situado numa perspectiva burguesa, o Sr. Mayer, industrialista vienense, afirmou com acerto, numa brochura publicada durante a guerra franco-alemã, que o grande senso teórico, considerado patrimônio hereditário alemão, teria desaparecido completamente das assim chamadas classes cultas da Alemanha, para ressuscitar, em compensação, na sua classe trabalhadora (MARX, 1985, p. 15-16).

Nos últimos dez anos de sua vida, a saúde de Marx piorou e, embora sua atividade política tenha sido reduzida, manteve uma intensa atividade de leitura e anotações. Neste período iniciou o estudo sobre a evolução histórica da instituição da família com base na pesquisa de L. H. Morgan (1818-1881), não chegando a concluí-lo. Posteriormente, Engels deu-lhe continuidade e, com base nos estudos de Marx, publicou o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, em 1884.

Durante sua vida, sua esposa, Jenny, acompanhou-o por todos os momentos e Marx “dava-lhe a ler os manuscritos de seus trabalhos e ouvia-a com atenção antes de publicá-los” (KONDER, 1981, p. 182). Sua companheira, vítima de um câncer no fígado, morreu em 2 de dezembro de 1881. Mesmo com sua saúde debilitada e sofrendo a perda de sua esposa, Marx continuou suas leituras, estudos, análises sobre a atualidade política e econômica. Outra perda familiar ocorreu com a morte de sua filha Jenny Longuet, em 11 de janeiro de 1883. Após esse período, sua saúde se agravou e veio a falecer em 14 de março de 1883, na cidade de Londres.

Seu pensamento ficou imortalizado não apenas nas obras publicadas, mas especialmente na ação de homens e de mulheres que, posteriormente, ao terem acesso à sua teoria social - reconstrução do real no pensamento -, deram-lhe força material e vida social, mudando o rumo da história contemporânea.

### ***... e as bases do seu pensamento***

Qual o conteúdo de seu pensamento? Quais as bases de sua construção teórica?

Marx, como todo ser humano, é fruto de seu tempo. As condicionalidades concretas impostas à sua existência deram-lhe as possibilidades de produzir um conjunto de ideias que foram organizadas e reorganizadas ao longo de seu processo de investigação, de busca da verdade. Marx se pôs a conhecer, desenvolveu uma atitude investigativa ao longo de sua vida, na realidade concreta de seu tempo. Dispôs dos meios e dos recursos até então produzidos, herdados das gerações anteriores. Não esmoreceu diante das lutas e das dificuldades encontradas, antes estas o alimentaram em seu objetivo de, a propósito do estudo da filosofia de Hegel, “descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (Marx, 1985, p. 21) do pensamento e da realidade concreta de seu tempo.

Os textos que produziu ao longo de sua vida expressam diferentes contextos e objetivos, uns mais imediatos na intervenção política, outros de registro de ideias-síntese e críticas. O investimento no conhecimento da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política inglesa<sup>10</sup> exigiu-lhe tempo, paciência, persistência, dedicação e coragem. A arte e

---

<sup>10</sup> Estas são as três fontes do marxismo analisadas por Lênin. LENIN, V. I., *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa, Moscou: Avante, Progresso, V. 1, 1977, p. 35 – 39.

a literatura também lhe interessavam - como tudo o que era fruto da capacidade criativa dos homens e das mulheres.

Diferente de outros grandes mestres do conhecimento, Marx envolveu-se radicalmente com a organização dos trabalhadores, entendendo serem os sujeitos revolucionários capazes de realizarem a *praxis* e a superação da ordem burguesa, sem espontaneísmo mas com análise crítica da realidade <sup>11</sup>.

No texto de *A ideologia alemã*, Marx e Engels discutem o problema da existência humana e da história:

os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX ; ENGELS, 1993, p. 39).

A existência - a vida e sua reprodução - possui prioridade ontológica sobre a forma como esta existência será reproduzida. Não existirá produção, trabalho, para satisfação de necessidades humanas, se não existirem seres humanos com necessidades a serem satisfeitas. Aqui, Marx e Engels expressam a característica fundante de todo ser social: um ser de necessidades que, pela mediação do trabalho, as satisfaz sendo sujeito da história. Esta condição é ineliminável da existência humana, ou, nas palavras de um intérprete:

o trabalho é, antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como

---

<sup>11</sup> A máxima da obra *XI Teses sobre Feuerbach* coroa este sentido: "Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (MARX, In. MARX, ENGELS, 1993, p. 14).

autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 1979, p. 87).

As faculdades humanas tiveram a possibilidade histórica de se desenvolverem em função da “auto-atividade do gênero humano”, o trabalho, produzindo resultados tanto no desenvolvimento do ser social quanto na existência objetiva de produtos.

Os pressupostos dos quais Marx e Engels partem são verificáveis empiricamente, “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (*ibidem*, p. 26). A história humana é a história da produção dos meios de vida, a história da satisfação (ou não) das necessidades humanas. A relação de mútua determinação entre a produção dos meios de vida e a produção da própria vida material expressa o movimento da história. Para a teoria social de Marx, “tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são, coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (*ibidem*, p. 27-8).

O ser social, sua forma de produção e reprodução social, é condicionado socialmente<sup>12</sup> e, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento é determinado pela forma como produz. Tendo como objeto de estudo a produção material dos indivíduos em sociedade, Marx adverte: “a grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente” (1978, p. 107).

---

<sup>12</sup> “Do mesmo modo, as relações sociais de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade, e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo, peculiar. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são conjuntos de relações de produção desse gênero, e, ao mesmo tempo, cada uma delas caracteriza um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade” (MARX, 1992, p. 96).

Marx e Engels, ao longo da exposição e crítica à ideologia alemã em 1845-46, apresentam as diferentes formas de divisão social do trabalho e respectivas formas de propriedade, concluindo que “os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas” (MARX; ENGELS, 1993, p. 37).

Contrapondo-se às concepções idealistas, que partem do que os homens pensam, autonomizando a consciência dos processos de vida real, entendem os autores que “os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (*idem, ibidem*).

Nesta interpretação, a vida concreta, o ser, possui prioridade ontológica em relação à consciência – mas, conforme Lukács, “disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência” (1979, p. 40). Muito menos a dicotomia entre a esfera econômica e a esfera política da vida social, antes compreendidas “numa ineliminável relação recíproca [...cabendo à economia] precisamente e apenas a função de momento predominante” (*idem*, p. 44). Ser e consciência, nesta interpretação, constituem a *totalidade do ser social*.

A consciência é produto social, logo a ciência, a possibilidade do conhecimento, se dá no processo de desenvolvimento prático dos seres humanos em cada momento histórico. Refletindo sobre a divisão social do trabalho, entendem Marx e Engels que “a divisão do trabalho torna-se realmente divisão apenas a partir do momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e espiritual” (*idem*, 1993, p. 45). A partir desse momento, foi possível o desenvolvimento autônomo da consciência e da produção da vida material. Com a divisão do trabalho entre intelectual e material, criaram-se as condições

históricas da possibilidade de que “a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes” (*idem, ibidem*).

Analisando a conexão entre divisão do trabalho e propriedade privada, os autores consideram que “[...] a divisão do trabalho e a propriedade privada são expressões idênticas: a primeira anuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade” (*Ibidem*, p. 46). A contradição entre os interesses singulares e coletivos também se expressa na divisão do trabalho. Ao construir a crítica deste processo, Marx e Engels consideram, já em 1845-46, que

a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjuga ao invés de ser por ele dominada. Com efeito desde que o trabalho começa a ser distribuído, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e aí deve permanecer se não quiser perder seus meios de vida – ao passo que na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico.” (*Ibidem*, p. 47).

Sendo expressão de uma condicionalidade histórica, um modo de produção específico, o modo de produção capitalista, é produto de um processo anterior construído socialmente. Marx o caracteriza fundamentalmente da seguinte maneira:

Duas são as características que distinguem, desde o primeiro instante, o regime capitalista de produção. Primeira: esse regime cria seus produtos com o caráter de mercadorias. Mas o fato de produzir mercadorias não o distingue de outros sistemas de produção; o que o distingue é a circunstância de que, nele, o fato de seus produtos serem mercadorias constitui seu caráter predominante e determinante. Implica, logo de início, o fato de que, nele, o próprio trabalhador aparece como vendedor de mercadorias e, portanto, como trabalhador livre assalariado e, por conseguinte, o trabalho aparece como trabalho assalariado com caráter geral. Devemos voltar a expor novamente, depois de todo o desenvolvimento anterior desta obra, como a relação entre o capital e o trabalho assalariado informa todo o caráter deste regime de produção.

Os agentes principais deste sistema de produção, o capitalista e o trabalhador assalariado, não são, como tais, mais que encarnações, personificações do capital e do trabalho assalariado, aspectos sociais determinados que o processo social de produção imprime aos indivíduos, produtos dessas determinadas relações sociais de produção. [...] A segunda característica específica do regime capitalista de produção é a produção da mais-valia com finalidade direta e móvel determinante da produção. [...] A produção decorrente do valor e da mais-valia tem implícita, como já observamos no decorrer da exposição, a tendência constante a reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, isto é, seu valor, a um limite inferior à média social vigente em cada momento. A tendência a reduzir o preço de custo a seu mínimo se converte na mais poderosa alavanca para a intensificação da força produtiva social do trabalho, que, sob esse regime, só aparece com intensificação constante da força produtiva do capital (1992, p. 76-8).

O capitalismo consolidou-se como modo de produção na passagem do século XVIII ao XIX no Ocidente, atravessando o século XX com intensas lutas e resistências, adentrando o século XXI como dominante no mundo. Sua base e reprodução se dá através da exploração do trabalho humano.

A relação posta aos seres humanos no modo de produção capitalista os reduz à atividade que estes exercem na divisão social do trabalho. As potencialidades humanas não são desenvolvidas, antes são subsumidas à atividade específica realizada, ao ponto de o homem ou a mulher serem reconhecidos apenas pelo trabalho que efetuam. Superar esta fragmentação e redução da potencialidade humana era a percepção de Marx e Engels já em 1845. A crítica construída à ordem burguesa apontava em si mesma para sua superação e proposição de uma nova ordem societária. Nesta, as condições concretas e objetivas que impõem tais relações aos seres humanos deixariam de existir.

***A resposta à pergunta antes enunciada***

Se a consciência humana foi capaz de elucidar as leis que se impõem como “necessidade férrea” à manutenção do modo de produção capitalista e apontar sua necessidade história de superação, por que este sistema é capaz de continuar se reproduzindo? Segundo Paulo Netto, “é a reificação, fenômeno sócio-cultural específico do capitalismo tardio, que engendra a resistência histórica deste sistema cuja falência global a crítica teórica vem anunciando há muito” (1981, p. 16).

A *reificação*, neste contexto, é um fenômeno específico dos processos de alienação, no capitalismo tardio <sup>13</sup>, inicialmente descritos por Marx em sua juventude.

É a alienação uma condição ineliminável da sociabilidade humana, é ela constitutiva da condição humana? Qual a funcionalidade do fenômeno da alienação e sua forma particular no capitalismo tardio, a *reificação*, na atualidade?

Em seus escritos de juventude, em 1844, Marx deu forma ao que seria, posteriormente, após seu processo de investigação, sua teoria do *fetichismo da mercadoria* <sup>14</sup>, base da presente argumentação.

Sua formulação, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, conclui que

o trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente

---

<sup>13</sup> Segundo Mandel, “Longe de corresponder a uma ‘sociedade pós-industrial’, o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados [...]” (1982, p. 133). Especificamente, “[...] em 1954, o início do uso de máquinas eletrônicas de processamento de dados no setor privado da economia norte-americana franqueou, afinal, para diversos senão para todos os ramos da produção, o campo da inovação tecnológica acelerada e a caça de superlucros tecnológicos que caracteriza o capitalismo tardio.” (Ibidem, p. 136).

<sup>14</sup> “Pode-se documentar, sem grandes dificuldades, que a questão do fetichismo aparece explicitamente formulada nos textos marxianos a partir de 1857-1958.” (PAULO NETTO, 1981, p. 37). Ao mesmo tempo considera-se que, “sem uma teoria da alienação, é impossível pensar a problemática do fetichismo. Para Marx, o fetichismo é uma modalidade de alienação.” (Ibidem, p. 73).

mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador com uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80).

Nessa obra, Marx relaciona o modo de produção de mercadorias não apenas com a capacidade humana de produzi-las, mas apreende que o sujeito deste processo, o trabalhador, torna-se uma mercadoria como outra qualquer. O desvendamento deste fenômeno descrito por Marx irá persegui-lo ao longo de sua vida.

Nesta primeira aproximação, ainda carente de determinação sócio-histórica, Marx pergunta: em que consiste a alienação do trabalho? Vai respondendo num aprofundamento crescente de determinações mais complexas. Primeiro, afirma, o trabalho é externo ao trabalhador, "não pertence ao seu ser" e, portanto, ele não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele, "não se sente bem, mas infeliz, [...] não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito" (*ibidem*, p. 82). Nesta relação, ao invés de o trabalho ser expressão de satisfação de suas necessidades, transforma-se num mero "*meio* para satisfazer necessidades fora dele" (*ibidem*, p. 83). Sendo o trabalho externo ao trabalhador, a sua atividade em si expressa a perda de si mesmo ao invés de desenvolver suas potencialidades a partir de uma determinação de sua consciência.

Marx descreve que o resultado é que o trabalhador " só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal" (*idem, ibidem*). Tornando-se *meio*, finalidade em si, abstraído do restante da atividade humana, o trabalho descola-se das funções humanas de comer, beber e procriar, que então se reduzem a funções animais, no limite da reprodução da vida.

Nesta relação de exterioridade, o produto do trabalho torna-se estranho ao trabalhador, "como objeto estranho e poderoso sobre ele" (*idem, ibidem*). Não apenas o produto do trabalho lhe é exterior mas também o próprio "ato da produção no interior do trabalho" (*idem, ibidem*).

De atividade vital consciente, ontocriativa do homem, expressão de um "ser genérico", "o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência" (*idem, p. 85*). A essência humana tem no trabalho sua objetivação e, justamente na construção do mundo objetivo, o homem tem a possibilidade de perceber-se como *ser genérico*, possibilidade negada aos homens e às mulheres no modo de produção capitalista.

Com o trabalho alienado, as objetivações humanas deixam de ser percebidas pelo trabalhador como fruto de seu *ser genérico*. A partir do momento em que o produto do trabalho lhe é estranho, também se torna estranha sua *vida genérica* como ser social. A consequência imediata é que o ser humano não apenas se aliena de si mesmo, mas também dos outros homens e mulheres. O trabalhador se aliena de si e dos outros.

Marx avança em seus questionamentos e pergunta: "Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então?" (*idem, p. 86*).

A resposta vem em seguida:

O ser *estranho* ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o *homem* mesmo. Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem (MARX, 2004, p. 86).

Desvendar este “mistério”, suas particularidades nos diferentes momentos históricos ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista - isto exige o retorno à sua gênese e substância. O desvendamento do “mistério” realizado por Marx evidencia que a relação do trabalhador com o trabalho, no modo de produção capitalista, coloca necessariamente a relação do trabalhador com o não-trabalhador, a relação do trabalhador com o capitalista e deste com o trabalho em si: numa relação de contradição e de antagonismo <sup>15</sup>.

A relação social básica no modo de produção capitalista se expressa na relação de compra e venda da força de trabalho. Sendo uma relação de troca, pressupõe a troca entre “proprietários”: o trabalhador, que possui sua capacidade de trabalho e a vende ao capitalista por um determinado tempo; o capitalista, que possui os meios de produção e compra a capacidade de trabalho do trabalhador <sup>16</sup>.

Marx caracteriza as relações desumanizantes produzidas neste processo:

---

<sup>15</sup> "No trabalhador existe, pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. Mas o *trabalhador* tem a infelicidade de ser um capital e, portanto, *carente (bedürftig)*, que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juro e, com isso, sua existência. Como capital, o *valor* do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também *fisicamente*, a sua *existência (Dasein)*, a sua *vida*, se torna e é sabida como oferta de *mercadoria*, tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total. O homem nada mais é do que *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*. Mas porque ambos, capital e trabalho, são estranhos entre si e estão, por conseguinte, em uma relação indiferente e acidental, esta estranheza (*Fremdheit*) tem de aparecer como [algo] *efetivo (wirklich)*. Tão logo aconteça ao capital - ocorrência necessária ou arbitrária - não mais existir para o trabalhador, o trabalhador mesmo não é mais para si; ele não tem *nenhum* trabalho e, por causa disto, *nenhum* salário. E, aí, ele tem existência (*Dasein*) não *enquanto homem*, mas *enquanto trabalhador*, podendo deixar-se enterrar, morrer de fome etc. O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é *para si* como capital, e só é, como capital, assim que um *capital* é *para ele*." (MARX, 2004, p. 92).

<sup>16</sup> Esta possui uma característica especial: “[...] ela cria valor - ao ser utilizada, ele produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) - e este último é maior que o primeiro.” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 100).

A produção produz o homem não somente como uma *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem na determinação da *mercadoria*; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser *desumanizado* (*entmenschtetes Wesen*) tanto *espiritual* quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Seu produto é a *mercadoria consciente-de-si* e *auto-ativa* [...] a *mercadoria humana* (MARX, 2004, p. 92-3).

Na análise de Marx existe uma relação direta entre o trabalho alienado e a propriedade privada: “A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a conseqüência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (*idem*, p. 87). A propriedade privada no modo de produção capitalista é expressão material do trabalho alienado<sup>17</sup>. Logo, “a hipótese é clara: como a alienação deita raízes na propriedade privada e suas conseqüências, a liquidação desta instituição garante a ultrapassagem da alienação” (PAULO NETTO, 1981, p. 34)<sup>18</sup>.

Sob essas bases, Marx avançou em seu processo de investigação, aprofundando a análise e visando apreender essas relações, dando-lhes concretude sócio-histórica na percepção da grande indústria e da expansão do mercado mundial. Segundo Paulo Netto,

com a crítica da economia política numa perspectiva medularmente ontológica, a partir de 1857-1858, Marx consegue superar a abordagem abstrata contida no complexo de problemas levantados no tratamento de 1844. Esta possibilidade se deu quando buscou e conseguiu explicar a emergência e essência do ser social, a sociabilidade alicerçada na “prática sócio-humana (a práxis), conjunto de objetivações teleológicas do ser genérico consciente que se constitui pelo trabalho (PAULO NETTO, 1981, p. 77).

<sup>17</sup> “A propriedade privada, como a expressão material, resumida, do trabalho exteriorizado, abarca as duas relações, a relação do trabalhador com o trabalho e com o produto do seu trabalho e com o não-trabalhador, e a relação do não-trabalhador com o trabalhador e [com] o produto do trabalho deste último.” (MARX, 2004, p. 90).

<sup>18</sup> “O ideal de uma ‘transcendência positiva’ da alienação é formulado como uma superação sócio-histórica necessária das ‘mediações’: propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho que se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade. A crítica que Marx faz da alienação é, portanto, formulada como uma rejeição dessas *mediações*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Seus escritos da década de 1850 darão o fundamento teórico-metodológico de construção de sua teoria social e da problemática do fetichismo que comparecem de forma elaborada no livro I d'*O capital*<sup>19</sup>.

Em 1867, ao publicar o resultado de um intenso processo de investigação, Marx inaugurou a possibilidade histórica de fazer ascender às consciências o movimento da realidade social de seu tempo: a ordem burguesa. No prefácio d'*O capital*, Marx alerta aos leitores: "Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior" (MARX, 1985, p. 11).

Seguindo sua apresentação da obra, ao referir-se à natureza de seu objeto de estudo e à possibilidade de apreendê-lo, Marx explica que

o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo. Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem microscópios nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria como produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria. (*Ibidem*, p. 12).

Ele reitera sua forma de exposição e conteúdo considerando que "não se poderá acusar este livro de ser de difícil compreensão. Pressuponho, naturalmente, leitores que queiram aprender algo de novo e queiram, portanto, também pensar por conta própria" (*idem*).

Neste estímulo, Marx deixa claro seu objetivo:

O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. [...] Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo de desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea (MARX, 1985, p. 12).

---

<sup>19</sup> "Entretanto o que me importa destacar aqui é que a matriz que enfibra os Manuscritos de 1844 é compatível com a ulterior determinação teórica do fetichismo: a tematização alienação contém uma primeira aproximação à problemática do fetichismo (...)." (PAULO NETTO, 1981, p. 59).

As leis intrínsecas ao modo de produção capitalista desvendadas por Marx não são abstrações que partem de seu pensamento, antes expressam a reconstrução, no pensamento, do movimento da realidade concreta, situada no tempo e no espaço, leis que “se impõem com necessidade férrea”.

Referindo-se de modo geral aos países da Europa ocidental e a seus diferentes graus de desenvolvimento, constata que tal modo de produção se impôs hegemonicamente convivendo com formas anacrônicas. Conclui: “Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos” (*idem*).

Marx inicia sua exposição com a análise da mercadoria porque “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (*ibidem*, p. 45). A mercadoria como “célula econômica” é o concreto do qual parte sua análise da sociedade.

Cabe, então, perguntar: o que é a mercadoria, para Marx? Logo em sua exposição, ele responde:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (*Idem*).

Porém, ao mesmo tempo,

à primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. [...] Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (MARX, 1985, p. 70).

Sendo algo que satisfaz necessidades humanas, o caráter de mercadoria só se realiza quando se estabelece a troca entre mercadorias no mercado. Neste

momento, Marx descreve que “poderes estranhos” se manifestam nas mercadorias como se tivessem vida própria.

Existem diferentes modos de produzir e de consumir as coisas que satisfazem necessidades humanas e descobrir esses diferentes modos é um ato histórico. Se a mercadoria satisfaz necessidades humanas, ela possui uma utilidade, um valor de uso. Para Marx,

o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do - valor de troca. O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço (MARX, 1985. p. 46).

A relação de troca das mercadorias é possível pela abstração de seus valores de uso - a dimensão da qualidade é abstraída, aparecendo apenas a dimensão de quantidade. Ao se abstrair o valor de uso das mercadorias, sua propriedade, desaparece também a propriedade das formas concretas de trabalho, elas “deixam de diferenciar-se um[a] d[a] outr[a] para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (*ibidem*, p. 47). A relação de troca se dá porque a mercadoria, a coisa, possui valor. Este existe porque, na mercadoria, na coisa, está objetivado trabalho humano abstrato.

Como determinar o valor das mercadorias? Marx responde: “Por meio do *quantum* nele contido da ‘substância constituidora do valor’, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração” (*ibidem*). Qualquer tempo de trabalho? Não, Marx chama a atenção para o fato de que “é [...] apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor” (*ibidem*, p. 48).

Para Marx, uma coisa pode ser útil sem ser mercadoria. O que caracteriza a mercadoria é a relação de troca que se estabelece: “para produzir mercadoria, ele [o trabalhador] não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social” (*ibidem*, p. 49).

O duplo caráter da mercadoria manifesta-se no valor de uso e, ao mesmo tempo, no valor de troca, satisfazendo uma necessidade específica. Para haver a troca de mercadorias, estas precisam se confrontar como mercadorias qualitativamente diferentes no mercado <sup>20</sup>. Para Marx, para haver produção de mercadorias qualitativamente distintas necessariamente precisa haver uma divisão social do trabalho <sup>21</sup>.

Marx pergunta: de onde provém o caráter misterioso, enigmático, que o produto do trabalho logo toma na forma de mercadoria? Sua resposta é clara:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas

<sup>20</sup> “A divisão social do trabalho vincula todos os produtores de mercadorias num sistema unificado que é denominado economia nacional, num ‘organismo produtivo’ cujas partes se relacionam e condicionam mutuamente. Como seria este vínculo? Através da troca, através do mercado, onde as mercadorias de cada produtor aparecem de forma despersonalizada, como exemplares isolados de um determinado tipo de mercadoria, a despeito de quem as produziu, ou de onde, ou sob que condições específicas.” (RUBIN, 1980, p. 20).

<sup>21</sup> “Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho.” (MARX, 1985, p. 50). Analisando este processo, Lukács constata que “já se sublinhou que esta divisão do trabalho destrói todo o processo organicamente unitário da vida e do trabalho, decompõe-nos nos seus elementos para fazer com que estas funções parciais artificialmente isoladas sejam executadas por ‘especialistas’, a elas particularmente adaptados, psíquica ou fisicamente. Esta racionalização e este isolamento das funções parciais têm, entretanto, como consequência necessária, que cada uma delas se torne autônoma, tendo tendência a prosseguir a evolução por sua própria conta segundo a lógica da sua especialidade, independentemente das outras funções parciais da sociedade. E compreende-se que esta tendência aumente com a crescente divisão do trabalho, cada vez mais racionalizada. Com efeito, quanto mais ela se desenvolve, mais se reforçam os interesses profissionais, de casta, etc., dos ‘especialistas’ que se tornam portadores dessas tendências.” (1989, p. 118).

físicas, metafísicas ou sociais. [...] Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1985, p. 71).

Essa ilusão<sup>22</sup> e inversão que se processa na relação de troca de mercadorias naturalizam e mistificam o caráter social do trabalho, produzindo o que Marx caracteriza de “quiproquó”. A descoberta desse processo de ilusão/inversão, que expressa o movimento concreto da realidade social, revolucionou o conhecimento e as possibilidades de intervenção organizada para sua transformação. Sendo assim, o caráter místico da mercadoria não provém de seu valor de uso, dado pelo fato de satisfazer necessidades humanas.

Ainda no primeiro capítulo d'*O capital*, Marx conclui que

aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o *fetichismo* que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter *fetichista* do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (MARX, 1985, p. 71).

Esta foi uma descoberta genial de Marx – a partir da análise do *fetichismo da mercadoria*, ele tornou possível compreender a forma como *todos* os fenômenos e instituições sociais *aparecem imediata e necessariamente* à consciência de homens e mulheres que vivem sob o modo de produção capitalista.

Lukács (1885 – 1971), em *História e consciência de classe* (1923), enfatiza que “há que tornar bem claro que a questão do fetichismo é uma questão específica da nossa época e do capitalismo moderno” (1989, p. 98). Apenas nesta sociedade, a verdadeira essência das relações entre homens e mulheres é

---

<sup>22</sup> A referência de Marx à “forma fantasmagórica” que as mercadorias, coisas, assumem na relação de troca faz-nos entender que as mesmas ganham uma aparência que produz na mente humana uma impressão ou ideia falsa que se opõe ao que é racional. Ganham uma imagem ou aparência ilusória que passa a ter um poder que não é real.

dissimulada tomando a forma de relações entre coisas. O caráter desta inversão é nítido: ela se processa apresentando as relações humanas “ não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (*idem*). Logo, a *reificação* é o modo de aparecer (a aparência *fenomênica*) das relações sociais próprias do mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas: relações sociais entre sujeitos transformam-se em relações entre coisas e relações entre coisas parecem ter vida própria dominando a sociabilidade humana. Nas palavras de um intérprete:

O fetichismo que Marx conceptualiza depois de 1857-1858 consiste precisamente nisto: *é através dele que os processos alienantes emergentes na sociedade burguesa constituída têm a peculiaridade de se concretizar em projeções substantivas objetuais* - redundam na *reificação* das relações sociais. O que as investigações marxianas posteriores a 1857-1858 fazem é situar a reificação, posta pelo fetichismo, como a estrutura *específica* da alienação que se engendra na sociedade burguesa constituída (PAULO NETTO, 1981, p. 80).

Não apenas o *fetichismo da mercadoria* se expressa na ordem burguesa, mas também o *fetichismo do dinheiro*. Ganhar dinheiro para comprar mercadorias se tornou a expressão mais concreta da essência do capitalismo. Nesta racionalidade, todas as necessidades humanas são satisfeitas com dinheiro e com as mercadorias que este tem poder de comprar. Logo, dinheiro é poder e a sociabilidade reduz-se ao ter: ter coisas<sup>23</sup>, tanto no presente quanto no futuro.

Rubin (1886 - 1937), ao analisar a teoria marxista do valor, considera que a maioria dos autores vêem a *teoria do fetichismo* como uma crítica à cultura contemporânea, baseada na reificação das relações sociais, como um “apêndice” à teoria do valor. Para o autor, “a teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo o

---

<sup>23</sup> “O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do ter. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para com isso trazer para fora de si sua riqueza interior” (MARX, 2004, p. 108-9).

sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor" (RUBIN, 1980, p. 19).

O conteúdo da *teoria do fetichismo* para o autor vai além de apenas considerar que existem relações humanas por trás das relações entre as coisas. Para Rubin, "as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através das coisas" (*ibidem*). O processo de fetichização se realiza de tal forma que a "coisa" não é apenas intermediária nos vínculos que as pessoas estabelecem entre si, mas

a coisa não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre as coisas (*ibidem*, p. 24).

O meio de realização das relações sociais passa a ser as "coisas": mercadorias. O autor prossegue sua argumentação, considerando que

o valor, o dinheiro, etc., não são consideradas expressões de relações humanas "aderidas" às coisas, mas como características diretas das próprias coisas, características que estão "diretamente interligadas" às características técnico-naturais das coisas. Esta é a causa do fetichismo da mercadoria, característico da economia vulgar e do modo de pensar comum aos participantes da produção, que se acham limitados pelo horizonte da economia capitalista (RUBIN, 1980, p. 40).

A expressão do *fetichismo da mercadoria* explicitada por Marx possui uma relação direta com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. A forma socioeconômica correspondente à produção de coisas e as respectivas relações sociais estão em constante movimento de mútua determinação.

Como romper com este complexo de determinações? Para Marx, este processo não é ineliminável, nem inerente à condição humana<sup>24</sup>. Sendo histórico e

---

<sup>24</sup> "Marx avança a tese de que as relações de produção de qualquer sociedade constituem uma *totalidade* [...] ele assenta, concretamente, a nível *metodológico*, a via para a análise *sistemática* que, no fundo, permite a ultrapassagem de autonomia com que a economia política entroniza, no plano do pensamento, as instâncias sociais que o fetichismo capitalista, na vida burguesa, de fato coisifica nas objetivações do ser social. Esta determinação, com efeito, é a chave heurística para a dissolução do fetichismo no âmbito estrito da investigação sistemática"

social, é passível de transformação pelos sujeitos que dele tomarem consciência.

Ao longo de sua vida, concluiu que

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (*ibidem*, p. 76).

A sociabilidade posta pelo capitalismo tardio tem experimentado a crescente mercantilização de todas as dimensões da vida social, criando as condições concretas para o fetichismo se universalizar como fenômeno social:

O caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das objetivações humanas: elas se coagulam numa prática social que os agentes sociais particulares não reconhecem como sua. O fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de *todo* o intercâmbio humano (PAULO NETTO, 1981, p. 85).

Impregnando todas as dimensões da vida e intercâmbio humano, romper com o *fetichismo da mercadoria* pressupõe romper com sua base, a reificação, expressão peculiar da alienação do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, a superação do fetichismo passa pela supressão da alienação e das suas condições geradoras e mantenedoras – fundamentalmente, a organização da economia (a propriedade privada dos meios fundamentais de produção).

### ***O recurso à categoria na presente tese***

Deve-se a Paulo Netto a inserção, no debate do Serviço Social brasileiro, da problemática da *reificação* - com a publicação do texto *Capitalismo e reificação*, em 1981. O ensaio - com o objetivo de, "retrocedendo à fonte marxiana, rastrear determinações de Marx e avançar uma hipótese acerca da sua

---

(PAULO NETTO, 1981, p. 65).

funcionalidade no enfrentamento com a realidade sócio-cultural posta pelo capitalismo maduro e desenvolvido” (1981, p. 11) - sustenta a tese de que “a manutenção funcional do capitalismo tardio tem o seu elemento axial na reificação das relações sociais” (*idem*, p. 16). Ele conclui assim a sua argumentação:

O que especifica historicamente a sociedade burguesa constituída é que ela, sem cortar com as formas alienadas que vêm das sociedades que a precederam (bem como com o essencial do seu fundamento econômico-social real), instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas (PAULO NETTO, 1981, p. 75/6).

Seguindo o conjunto problemático apresentado por Paulo Netto <sup>25</sup>, como fundamento teórico-metodológico e ético-político, recupera-se a centralidade deste pensamento, considerando que

as formulações marxianas sobre o fetichismo adquirem um *estatuto novo*. Deixam de ser um instrumento teórico-crítico para desvendar as notas distintivas da produção mercantil universalizada para se afirmarem como algo mais: como uma teoria setorial da positividade capitalista (PAULO NETTO, 1981, p. 88).

É neste veio teórico-metodológico que o autor identifica um duplo caráter para o fetichismo:

De um lado, a substancialização das relações sociais: o conjunto de reificações, que é múltiplo e heteróclito - as coisas sociais que balizam o cotidiano dos homens, controlam a sua existência. De outro, a positividade aí engendrada, que equaliza, organiza homogeneizadamente estas coisas sociais, viabilizando a atuação adequada dos agentes sociais particulares. (*Ibidem*, p. 88).

---

<sup>25</sup> Ao final de seu trabalho, o autor argumenta: “Resumidamente, a hipótese que anima esta exposição é a seguinte: a sociedade burguesa constituída repõe a facticidade alienada e alienante com que a forma mercadoria mistifica as relações sociais em todas as instâncias e níveis sociais, envolvendo-os na especificidade da reificação. Todas as relações sociais, inclusive aquelas que afetam mais intimamente a interioridade mesma do sujeito - as suas mais singulares expressões anímicas -, aparecem então como objetivações atomizadas e objetuais.” (PAULO NETTO, 1981, p. 86).

Ambos os fenômenos, as relações sociais transformadas em relações sociais entre coisas e estas compreendidas como *algo dado* e tomado em sua positividade, sendo intrínsecos às formações econômico-sociais capitalistas, expressam sua particularidade nos distintos graus de desenvolvimento das forças produtivas, configurando novas determinações no capitalismo contemporâneo <sup>26</sup>.

Finalizando a argumentação precedente, a presente tese toma como orientação teórico-metodológica a compreensão de que

as formulações sobre o fetichismo, nesta ótica, deixam de ser pertinentes a *mistérios* singulares (o enigma da mercadoria, do dinheiro, etc.) para se converterem no recurso heurístico do mistério macroscópico: a positividade como pseudo-objetividade posta pelo capitalismo tardio. Elas passam a constituir os requisitos de uma análise genética (a translação progressiva do fetichismo da forma mercadoria para as formas de todas as instâncias e agências sociais, com a mercantilização geral da vida) e sistemática (o *modus operandi* pelo qual as manifestações reificadas se estruturam na pseudo-objetividade da positividade) da *cultura* da sociedade burguesa constituída (*ibidem*, p. 88-9).

É como recurso heurístico que o *fetichismo da mercadoria*, universalizado a todas as instâncias da vida social e transformado na forma socialmente aceita de sociabilidade no capitalismo tardio, é tomado nesta tese para analisar a profissão de Serviço Social e sua relação com a política de assistência social.

---

<sup>26</sup> A configuração do capitalismo que designamos como contemporânea inicia-se nos anos setenta do século XX e continua a ter no centro da sua dinâmica o protagonismo dos monopólios – vale dizer, o capitalismo contemporâneo constitui a terceira fase do estágio imperialista (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 211). A síntese apresentada pelos autores aponta as determinações postas pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações sociais.

## Capítulo 1

### **Os anos 1980: a *desfetichização* do Serviço Social**

Ao analisar as últimas décadas do século XX, Hobsbawm afirma que

a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente (HOBSEBAM, 1995, p. 393).

Embora sentida em ritmos e intensidades distintas nas diferentes formações nacionais, a crise experimentada nesses anos teve uma natureza

global, embora só formalmente reconhecida e admitida nos países capitalistas só depois da crise do “socialismo real”<sup>27</sup>.

Reconstruindo o processo histórico na busca dos nexos que possam iluminar o presente, encontramos na década de 1980 marcos determinantes tanto de finalização de processos em curso desde os anos 1970 quanto de desencadeamento de processos posteriores na década de 1990.

O contexto sócio-histórico dos anos 1980, no âmbito econômico, foi marcado por fortes recessões<sup>28</sup> e, no plano político, por contraditórios movimentos de corte de direitos sociais (pense-se na Europa Ocidental), de rupturas de sistemas políticos (a desintegração da antiga União Soviética) e de restauração de formas democráticas (especialmente nos países latino-americanos do Cone Sul).

As descobertas científicas de décadas anteriores (fundamentalmente, derivadas do desenvolvimento tecnológico da indústria bélica no segundo pós-guerra) foram aplicadas aos processos produtivos de tal forma que, de maneira nunca antes vista, o trabalho vivo viu-se ainda mais substituído pelo trabalho morto, num andamento que, na seqüência, se generalizou ainda mais. A reestruturação produtiva implementada pelas indústrias na busca de manter e/ou recuperar as taxas médias de lucro gerou um crescente desemprego, obrigando uma nova recomposição da força de trabalho (Lojkine, 1995; Dreifuss, 1996; Braga, 1999; Batista e Araújo, orgs., 2003). De fato, “o crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos

---

<sup>27</sup> “Só no início da década de 1990 encontramos o reconhecimento – como, por exemplo, na Finlândia – de que os problemas econômicos do presente eram de fato piores que os da década de 1930.” (HOBSBAWM, 1995, p. 394).

<sup>28</sup> “Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos da década [...] O mesmo não se dava no Oriente. Nada era mais impressionante do que o contraste entre a desintegração das economias na região soviética e o espetacular crescimento da economia chinesa no mesmo período.” (HOBSBAWN, 1995, p. 395).

perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais” (HOBSBAWM, 1995, p. 403).

Pela primeira vez, o processo produtivo antes baseado na produção indistinta, em grande escala, realizada por trabalhadores localizados num mesmo espaço e sob o mesmo ritmo de produção deixou de ser o padrão dominante. Aumentou a quantidade de mercadorias produzidas a baixo custo e menor tamanho, fruto das inovações tecnológicas aplicadas à indústria. Neste âmbito, a microeletrônica revolucionou os processos produtivos impactando todas as áreas da vida social, especialmente o setor de comunicações e transporte, primeiro nos grandes centros e posteriormente generalizando-se aos países considerados neste período como “Terceiro Mundo”.

A intensa circulação de trabalhadores dos centros periféricos para os países de capitalismo central na busca de melhores salários dinamizou o mercado de trabalho internacional (MARTINE, 2005). Ao mesmo tempo, o desemprego atingiu os países centrais, produzindo novas dinâmicas internas no âmbito das relações sociais (Grupo de Lisboa, 1994). Nestes países, indústrias de trabalho intensivo com altos salários migraram para países com força de trabalho mais barata - um movimento das indústrias dos países centrais para a periferia, gerando uma nova divisão internacional do trabalho.

Cresceu o processo de organização supra-nacional em blocos econômicos (Europa Unida, Nafta, APEC), acentuando uma nova configuração geo-política no mercado mundial. As exigências da acumulação do capital colocavam na ordem do dia a desregulamentação dos mercados e a abertura dos Estados Nacionais. As taxas de crescimento econômico baixaram drasticamente na entrada da década de 1970; para recuperá-las, na década seguinte, o capital subordinou os trabalhadores à intensificação da exploração do trabalho.

Os primeiros governos a implantarem as mudanças estruturais exigidas pelo novo estágio alcançado pela acumulação foram a Inglaterra com Margareth Thatcher em 1979 e os EUA com o governo Reagan em 1981 – a “experiência-piloto” foi o Chile de Pinochet (a partir de 1974, com a assessoria direta de Milton Friedmann). Ambos impuseram restrições às conquistas sociais dos trabalhadores e, no caso inglês, iniciaram o ataque ao *Welfare State* com a adoção de medidas posteriormente designadas como neoliberais (PAULO NETTO, 1993; SADER e GENTILLI, orgs., 1995; BEHRING, 2003; BEHRING e BOSCHETTI, 2006; PAULO NETTO e BRAZ, 2006).

O impacto das necessidades de auto-reprodução do capital no plano político e cultural (MÉSZÁROS, 2002) neste período expressaram-se, no caso dos países periféricos, no agravamento da dependência externa. Se por um lado, os processos de democratização dos países da América Latina se consolidaram com o fim das ditaduras militares, no plano econômico os países viviam uma profunda recessão e subordinação em função da dívida externa.

O padrão de acumulação emergente na transição dos anos 1970 aos 1980, bem como a conjuntura internacional, não era incompatível com a restauração das liberdades democráticas e a supressão das ditaduras ainda presentes em alguns países latino-americanos. Particularmente no Brasil, esta conjunção, bem como as lutas internas, fez com que, depois de 20 anos, as liberdades políticas voltassem a vigorar. A democracia burguesa, mesmo no plano formal, foi a alternativa diante do regime ditatorial.

A chamada “Nova República” trouxe consigo as esperanças de democratização da sociedade brasileira. Nas condições brasileiras, todavia, esta democratização não teve impactos profundos na organização econômica.

A década de 1980 no Brasil, fruto de um processo de transição democrática “lenta, gradual e segura”, trouxe mudanças sociais que não chegaram

a impactar a estrutura de poder herdada da ditadura. Fernandes (1986) caracterizou este processo como “mudancismo” - muda-se para que tudo permaneça. Esta “mudança com permanência” se expressou no poder político na medida em que o núcleo de poder das elites dominantes para manter-se na “direção intelectual e moral” da nação abriu-se à participação dos de “baixo”, à participação popular, porém mantendo as estruturas que geram a extrema concentração de renda persistente no país. Considera-se que a década de 1980, no plano social, político e cultural, foi de intensa reorganização das bases do poder econômico das elites dominantes vinculadas ao capital internacional e mesmo do capital internacional que investia no país.

Para fins da presente argumentação, pode-se dividir a conjuntura brasileira, nos anos 1980, em três momentos.

O primeiro vai da entrada de 1980 a 15 de março de 1985, o qual, seguindo as mobilizações dos setores progressistas a partir de 1978, foi de intensa mobilização popular. Esta adensou a luta vinda do movimento sindical e ganhou as ruas do país exigindo o fim do regime militar.

O debate do movimento sindical esteve centrado na crítica à herança varguista e na necessidade histórica de um *novo sindicalismo*<sup>29</sup>. Este debate estava no centro das organizações político-sindicais pela necessidade, sentida desde os movimentos grevistas de 1978, de unificação das lutas e reivindicações dos trabalhadores.

---

<sup>29</sup> O *novo sindicalismo* como movimento organizado nasceu das mobilizações das greves ocorridas na grande São Paulo em 1978. Com esta experiência nasceu um sindicalismo que se propôs independente e classista. Segundo Abramides & Cabral “Esse sindicalismo combativo, de massas, se contrapõe ao sindicalismo ‘oficial’, à estrutura sindical vigente de cunho corporativista, herdada do período getulista e que tem na *Carta del Lavoro*, de Mussolini, as bases ideológicas de atrelamento do sindicato ao Estado e sob seu controle.”(1995, p. 97). A autoras aprofundam a análise da relação entre o *novo sindicalismo* e o Serviço Social no Brasil no período de 1978 a 1988 (1995).

A partir de 1981, retomou-se esta proposta e as condições para sua efetivação deram-se na organização da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, em São Paulo. Com mais de cinco mil delegados, esta primeira conferência congregando as diversas correntes do movimento sindical, encaminhou a organização de uma Central Única dos Trabalhadores. O acirramento de divergências internas ao movimento sindical impediu que a mesma fosse criada em 1982, como previsto originalmente. Foi no CONCLAT de agosto de 1983 que se criou a Central Única dos Trabalhadores – CUT, representando 12 milhões de trabalhadores do campo e da cidade <sup>30</sup>.

Esta organização e direção social do movimento sindical brasileiro aglutinou força social e, de forma articulada às demandas populares, expressou a necessidade social de transformações no Estado vigente. As principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros no início dos anos 1980 foram

estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem perdas salariais; reforma da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos; fim das leis de exceção; liberdade de organização partidária; anistia; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte; reforma agrária ampla, massiva e imediata, com a participação dos trabalhadores; autonomia dos sindicatos diante do ministério do trabalho, etc. (RODRIGUES apud CARDOSO, 1995, p. 223-4)

Tais reivindicações ultrapassavam as questões imediatas do movimento sindical, apontando para a transformação substantiva das relações sociais no

---

<sup>30</sup> Destaca-se que desde o início da Primeira República houve tentativas de se organizar o movimento operário brasileiro. Em 1906 organizou-se o I Congresso Operário Brasileiro – COB, central na organização das primeiras greves desde 1º de maio de 1907 até 1917 sendo posteriormente duramente reprimido até desaparecer na década de 1920. Neste período o número de trabalhadores urbanos no Brasil era de 200 mil, caracterizando ainda o momento agro-exportador baseado na cultura do café. Em 1922 nasceu o Partido Comunista Brasileiro – PCB cuja ação incidiu em várias tentativas de organização de uma Central dos trabalhadores, porém ao longo da história brasileira, oscilou entre legalidade e ilegalidade de acordo com a correlação da luta de classes no país, inviabilizando a efetivação de tal objetivo anteriormente.

país. A correlação de forças deste momento inicial dos anos 1980 foi favorável à luta dos trabalhadores.

O Movimento *Diretas Já!* aglutinou grandes massas do povo brasileiro na luta pela sua participação nos rumos do país. Neste momento, as contradições da “questão social” se expressaram com maior visibilidade e exigindo respostas ao seu enfrentamento. Esse movimento, que nasceu do “poder das massas”, fez com que se explicitassem as contradições sociais de forma tão ampla que medidas de repressão tornaram-se incompatíveis. A proposta de mudanças aglutinou as forças de todos os setores progressistas do país, organizadas especialmente em sindicatos e partidos políticos <sup>31</sup>.

Em 1984, o Movimento *Diretas já!* colocou na cena pública multidões na luta pelo direito de eleger o Presidente da República pelo voto direto. Seu objetivo imediato era o apoio à aprovação da emenda Dante de Oliveira - porém, a 25 de abril de 1984, o Congresso Nacional, pela maioria dos parlamentares presentes <sup>32</sup>, votou favorável às eleições indiretas, desferindo um duro golpe nos que lutaram por *Diretas já!*. Mais uma vez, a rearticulação das elites dominantes e suas

---

<sup>31</sup> A década de 1980 tem como marco inicial a fundação do Partido dos Trabalhadores, dia 25 de janeiro de 1980. Na sua origem expressão política de um projeto de nação baseado no poder popular... A possibilidade de sua fundação neste momento histórico foi dada pela convergência de vários fatores: o retorno dos exilados políticos e a luta pela democratização do país, a organização do movimento sindical classista, a organização das comunidades eclesiais de base que deram sustentação ao movimento operário e ao movimento do campo, a vinculação do movimento estudantil e de intelectuais no processo de democratização... Ainda neste período, os partidos comunistas - o PCB e o PCdoB - estavam na ilegalidade (só levantada em 1985). Muitos militantes encontraram no novo Partido, a possibilidade de fazer a luta política no país. Logo, o PT nasceu com sua base social vinculada à luta pela democratização congregando um grupo heterogêneo de forças progressistas. A tese de Cardoso (1995) problematizou o processo de *organização das classes subalternas e seus desafios para o Serviço Social* neste período.

<sup>32</sup> Como se tratava de emenda constitucional, necessitava de dois terços de votos para ser aprovada, logo, o voto de 320 deputados. O resultado foi o seguinte: 298 deputados votaram a favor, 65 contra, três abstiveram-se e 113 não compareceram ao plenário, caracterizando-se a manipulação do processo decisório. As pesquisas de opinião da época indicavam que a proposta de emenda tinha 84% de apoio popular.

manobras políticas impediram o avanço da participação popular na definição dos rumos do país.

Sendo eleições sem participação popular direta, as eleições de 1985, que elegeram Tancredo Neves e José Sarney <sup>33</sup>, expressaram o novo acordo das elites dominantes e a manutenção de seus interesses econômicos, vinculados aos interesses internacionais. Os vínculos dos acordos políticos deste período ainda têm ressonância na vida política brasileira contemporânea.

A constatação de Luís Eduardo Wanderley, então reitor da PUC-SP, conferencista da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, na 24ª Convenção da Assembléia Nacional realizada em Niterói – RJ de 2 a 7 de setembro de 1985, expressa a conjuntura deste momento histórico:

Era preciso fazer a transição política. A campanha das *Diretas Já!* mobilizara o país, mas o Congresso frustrou a população. Uma personalidade histórica conseguiu unir várias forças sociais e vencer as eleições indiretas. Ele era a garantia de um pacto frágil. A morte de Tancredo foi um acontecimento manipulado pelos meios de comunicação de massa, através de elementos ideológicos, míticos, religiosos e políticos. E quando se mistura todos esses ingredientes – mitologia, religião, política e poder – isso mexe com as pessoas. Foi um momento difícil da Nação. Acontece que desse processo saiu um ministério e um governo que não têm legitimidade, porque ele era um símbolo da conciliação nacional, ele era uma expectativa que os meios de comunicação levaram até às últimas conseqüências, e essa figura desaparece do cenário nacional. Como seguir adiante? (WANDERLEY, *in* ABESS, 1985, p. 9).

O segundo momento pode ser caracterizado justamente pelos desdobramentos da pergunta - "como seguir adiante?". A institucionalidade foi mantida e o Vice-Presidente assumiu o mandato da Presidência da República no período de 15 de março 1985 a 15 de novembro de 1989, período do governo

---

<sup>33</sup> As eleições indiretas foram disputadas entre Tancredo Neves e José Sarney, do PMDB e da Frente Liberal com 480 votos (72,73%), pela "Aliança Democrática", contra Paulo Salim Maluf e Flavio Márcilio (PDS) com 180 votos (27,27%), pela "Frente Liberal"; foram 17 abstenções e 9 não compareceram

Sarney. Seu *slogan* "Tudo pelo social" reconhecia a *dívida social* herdada, porém seus vínculos de classe e a crise econômica em curso fizeram aumentá-la.

Os setores progressistas e os movimentos sociais demandavam uma nova Constituição, reivindicando a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Não foi isto que obtiveram: o que se alcançou foi um parlamento com poderes constituintes, composto por deputados e senadores eleitos em 1985.

As forças políticas que se organizaram e a correlação de forças estabelecida naquele momento revelaram privilegiadamente, no plano parlamentar, a luta de classes e os projetos societários para a nação. O processo de definição da nova carta constitucional, embora tenha incorporado exigências de democratização das relações sociais, não foi capaz de avançar na definição de um projeto de nação que pudesse garantir um novo *pacto social* de base republicana. As estruturas do poder econômico não foram tocadas mas, ao mesmo tempo, ampliou-se o reconhecimento de direitos sociais antes não consagrados. Desde então, a Constituição foi criticada pelas forças conservadoras por criar uma situação de "ingovernabilidade"<sup>34</sup>. Os mecanismos de alteração constitucional foram previstos, criando as condições para, num momento de retração das forças populares, alterações constitucionais serem introduzidas sem maiores resistências.

Quando Ulisses Guimarães, no ato de promulgação (5 de outubro de 1988) da nova Carta Constitucional, expressou que se aprovava a "Constituição Cidadã", evidenciou sua dimensão de conquista civilizatória para o povo brasileiro na medida em que a burguesia, ao longo da existência do Estado republicano,

---

<sup>34</sup> Este discurso será o argumento posterior para FHC, então na presidência da República implementar seu projeto de (contra)reformas.

historicamente negou a possibilidade do reconhecimento de direitos característicos da cidadania moderna (MARSHALL, 1967).

Na formulação constitucional de 1988, as bases, as regras do jogo foram definidas de forma fragmentada, de modo a mascarar e inviabilizar concretamente a efetivação da letra da lei <sup>35</sup>. Conquistas cívicas e democráticas garantidas constitucionalmente iriam se tornar pouco compatíveis com a manutenção da ordem econômica que, na conjuntura internacional que já se instaurava (medidas neoliberais, globalização etc.).

É neste momento histórico que as regras do jogo no âmbito da Ordem Social foram lançadas num contexto de reconhecimento jurídico-formal do dever do Estado na garantia da cidadania dos brasileiros. As conquistas constitucionais expressaram o reconhecimento de que as expressões da “questão social” não são “naturais” nem fruto da ação dos indivíduos isolados. Pela primeira vez na história brasileira, o Estado foi obrigado a trazer para si a responsabilidade pública para com todos indistintamente (donde a perspectiva “universalizante” das políticas sociais implementadas a partir da orientação constitucional) <sup>36</sup>.

O agravamento das contradições sociais produziu a necessidade de estruturar, no marco da Constituição de 1988, um projeto do que, nos países desenvolvidos da Europa Nórdica e Ocidental, foi o *Welfare State*. Enquanto estes países estavam implementando medidas de restrição da ação do Estado (v.g., a política thatcherista), a Constituição projetava a possibilidade de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil.

---

<sup>35</sup> Ao analisar o processo constituinte, Frederico destaca que “chegamos, aqui, a uma total inversão daquele processo oriundo da Revolução de 30, quando um princípio universalista prévio amarrava num todo coeso as suas partes constitutivas. A nova carta aprovada em 1988 consagrou o trabalho pulverizado das diversas comissões e subcomissões, sem que nenhuma concepção monista prévia servisse de princípio unificador” (1994, p. 80).

<sup>36</sup> O destaque no texto constitucional aprovado, naquilo que interessa aos objetivos da presente tese, refere-se ao Título II que dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais e o Título VIII – Da ordem social, especialmente os artigos 193 a 204 que definem a Seguridade Social.

Os setores progressistas na Constituinte investiram em estabelecer verdadeiras reformas sociais que pudessem se materializar em mudanças concretas mesmo nos marcos do capitalismo no Brasil. A realidade brasileira, que não podia mais ser ocultada, expressava-se como “monumento de injustiça social, os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com dois terços dessa renda” (HOBSBAWM, 1995, p. 397). Mais ainda, ao considerar a desigualdade social no país e a ação do Estado, o Brasil aparecia como “monumento à negligência social” (*idem*, p. 555).

Este foi um período intenso na vida política brasileira. Porém, o forte debate político não gerou o grau de politização e organização necessários para fazer avançar as propostas progressistas que pudessem dar unidade para construir um projeto de nação com força que vinha dos movimentos sociais pela democratização, especialmente no pós-1989.

O terceiro momento da conjuntura brasileira, iniciado na década de 1980 e a ser destacado na presente argumentação, foi o período de 15 de novembro de 1989 a 15 de março de 1990.

Durante o ano de 1989 realizou-se a primeira campanha eleitoral com eleições diretas depois dos 20 anos de ditadura e 5 anos de um poder indireto. O ano de 1989 mobilizou a sociedade brasileira, de norte a sul, leste a oeste. Naquele momento, inúmeros partidos políticos lançaram candidatos, criando-se um ambiente de agitação e mesmo confusão com a quantidade de candidatos em disputa. O tempo de divulgação nos meios de comunicação, rádio e televisão, era reduzido e fragmentado, não contribuindo para o esclarecimento da opinião pública quanto às propostas em disputa.

Chegou-se ao segundo turno, a 17 de dezembro de 1989, com as duas personalidades que expressavam as forças políticas que polarizaram o debate: Fernando Collor de Melo e Luis Inácio Lula da Silva. O resultado, naquele

momento da história brasileira, comemorado pelas elites dominantes juntamente com os “descamisados” e “pés descalços”, definiu a hegemonia do caráter conservador e reformista sociedade brasileira.

A vitória de Collor e a derrota de Lula <sup>37</sup> nestas eleições contribuíram para o refluxo dos movimentos que vinham se mobilizando ao longo da década, chegando-se a se questionar sobre sua consistência efetiva. Sem dúvida, eles foram protagonistas impulsionando grandes mudanças no país, porém destaca-se sua retração a níveis residuais.

Ao mesmo tempo, naquele ano, ao nível internacional, dois fatos marcaram o período: a queda do muro de Berlim e o Consenso de Washington. O primeiro expressou concretamente a crise do “socialismo real” e a hegemonia do “livre mercado” no mundo (BLACKBURN, org., 1992); o segundo assistiu à formulação das orientações econômicas das agências multilaterais para obtenção de créditos e financiamentos destinadas aos países latino-americanos, definindo as medidas de *ajuste econômico* (BATISTA JR. *et alii*, 1995).

É na particularidade sócio-histórica determinada pela década de 1980 que a relação Serviço Social/Assistência Social será analisada a seguir.

### **1.1. Uma nova concepção de Serviço Social**

A possibilidade concreta de se produzir uma nova concepção de Serviço Social, demarcando a *ruptura com o conservadorismo* <sup>38</sup> no entendimento da

---

<sup>37</sup> O resultado do segundo turno foi: 1º - Fernando Collor de Mello pelo PRN com 35.089.998 votos (53,04%) e em 2º - Luiz I nácio Lula da Silva pelo PT com 31.076.364 votos (46,96%).

<sup>38</sup> Cf. I amamoto & Carvalho (1991), I amamoto (1992, 1998), Martinelli (1991), Castro (1993) e Parra (1999).

profissão, só pode ser compreendida situando-a no contexto sócio-histórico de resistência às ditaduras militares nos países da América Latina.

Como os assistentes sociais se moveram neste quadro? Como a categoria profissional enfrentou este momento no Brasil? As pesquisas na área possuem um acúmulo de registros que lança luz sobre este tempo e nos possibilita reconstruí-lo de forma a dotá-lo de inteligibilidade.

Parte-se da pressuposição que

de ahí que el Trabajo Social, como cualquier otra disciplina, no constituye una categoría abstracta que funciona independientemente de las determinaciones histórico-sociales, que se registran en tal o cual país en un período particular. En virtud de ello - ayer y hoy - resulta imprescindible analizar el Trabajo Social en el contexto de los procesos sociales, económicos y políticos vigentes (ALAYÓN, 2005, p. 38).

Este princípio possibilitou a *auto-crítica* do Serviço Social, que ocorreu no contexto do *movimento de reconceituação*<sup>39</sup>, situado entre 1965 e 1975, período em que se espalhou pelos países latino-americanos, de forma heterogênea e do qual emergiram diferentes tendências profissionais.

Fruto de um *fenômeno internacional* que expressou a crise da civilização de base urbano-industrial, o seu pano de fundo foi a crise do padrão de desenvolvimento capitalista: “num contexto de desanuiamento das relações internacionais (superados já os tempos da guerra fria), gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes sociais subalternas em defesa dos seus interesses imediatos” (PAULO NETTO, 1991, p. 143).

O cenário do mundo capitalista, no qual a profissão teve sua gênese e desenvolvimento, alterou-se profundamente, criando as condições objetivas para a emergência de sua renovação. Analisando a produção da área sobre este processo, a lúcida pesquisa de Paulo Netto situa a erosão do *serviço social tradicional*<sup>40</sup> no

<sup>39</sup> Cf., para abordagens muito diferenciadas, Lopes (1979), Junqueira (1980), Paulo Netto (1981a, 1991, 2005), Faleiros (1987, 2005), Alayón (1989, 2005, 2005a), Martinelli (1989), Parra (1999) e Aquín (2005).

<sup>40</sup> “Creio que é necessário distinguir claramente Serviço Social ‘clássico’ de Serviço Social ‘tradicional’. Serviço Social ‘clássico’ denota o exercício profissional tal como foi postulado

contexto latinoamericano problematizando “a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento” (*idem*, p. 146). O autor situa o horizonte de questionamentos dos profissionais neste momento histórico:

*Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face das manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiram na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) – e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso -, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. É este movimento, localizável praticamente em todos os países ao sul do Rio Grande, que permite uma espécie de grande união profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social (*idem*, p. 146 – *itálicos nossos*).*

Indagando-se, interrogando-se, questionando-se, inquietando-se... Esse foi o momento de intensa problematização da profissão pelos próprios profissionais, a partir dos elementos postos pela realidade. Muitos assistentes sociais não fugiram à busca das respostas a estas indagações; as bases filosófico-doutrinárias hegemônicas até então no meio profissional não davam os suportes explicativos aos questionamentos postos, forçando-os a buscarem novas fontes teórico-metodológicas.

Neste contexto, os espaços coletivos organizados pela categoria profissional foram dinamizadores do debate e o estímulo para a construção de respostas <sup>41</sup>. No Brasil, duas determinações concretas criaram novas condições

---

pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as fontes do Serviço Social (Mary Richmond é o exemplo mais típico). Por Serviço Social ‘tradicional’ deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina” (PAULO NETTO, 1981, p. 59-60).

<sup>41</sup> I amamoto & Carvalho (1991), Paulo Netto (1991), Martinelli (1991) e Castro (1993) destacam a tradição organizativa da categoria profissional. Da gênese da profissão até a década de 1960, as organizações da categoria tiveram vínculo com a organização internacional vinculada à Igreja Católica (UCISS). Além do mais, a procedência burguesa da maioria dos profissionais desta

para tal desafio: a ampliação do mercado de trabalho (tanto no setor público quanto no privado, em função das políticas públicas implementadas pelo Estado ditatorial e do crescimento do parque industrial) e a inserção das escolas de Serviço Social no âmbito universitário, a partir da Reforma Universitária de 1968. É sob a autocracia burguesa no seu processo de “modernização conservadora” que “a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal” (PAULO NETTO, 1991, p. 133).

Estes aspectos, já analisados pelos pesquisadores da área, são destacados na presente argumentação, pois entendo serem determinantes e fornecerem nexos explicativos que permitem lançar luzes para a conjuntura contemporânea.

Não sendo um movimento homogêneo, na análise de Paulo Netto (1991) o processo de renovação do Serviço Social produziu três vertentes distintas: a *perspectiva modernizadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a perspectiva de *intenção de ruptura*<sup>42</sup>. O processo sócio-histórico que permite a emersão destas vertentes

conecta-se ao processo de saturação do espaço nacional pelas relações capitalistas, no andamento posto pela “modernização conservadora” promovida pelo regime autocrático burguês. Particulariza-se aqui a criação e consolidação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais (isto é: a generalização e a determinação de *loci* na estrutura da divisão sociotécnica do trabalho) na escala mesma em que a “questão social” torna-se objeto da intervenção macroscópica, sistemática e estratégia do Estado burguês vinculado ao grande capital. (*idem*, p. 306).

---

primeira fase favorecia o intercâmbio entre diferentes países, tanto no financiamento das viagens quanto ao conhecimento linguístico, uma vez que o acesso à cultura como bem coletivo lhes era mais acessível.

<sup>42</sup> Não cabe reproduzir aqui a caracterização de cada uma dessas vertentes – cf. Paulo Netto, *op. cit.*, pp. 164-301.

Este processo trouxe confrontos diretos e traumatismos no interior da categoria profissional, evidenciando-se em congressos e mesmo nos espaços institucionais, especialmente as escolas de Serviço Social.

Para avançar na argumentação, é preciso destacar a produção dos assistentes sociais vinculados à perspectiva de *intenção de ruptura*. No início dos anos 1970, a distinção entre as diferentes perspectivas se evidenciava nos espaços ocupacionais e observava-se “que nenhuma outra delas vinculou-se tão umbilicalmente à universidade como a da intenção de ruptura” (*idem*, p. 249). Este fato não é produto do acaso, antes reflete o diálogo estabelecido com as Ciências Sociais possibilitado no espaço da universidade brasileira naquele momento.

Ao mesmo tempo, fruto do processo organizativo da categoria ao nível continental, o Centro Latino-Americano de Trabalho Social – CELATS<sup>43</sup>, criado em 1974, com sede em Lima (Peru), desenvolvendo sua política acadêmica, promoveu em 1978 o projeto de investigação sobre a História do Trabalho Social na América Latina. No Brasil, Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho<sup>44</sup> realizaram a pesquisa, com o apoio de profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, publicando no Brasil em 1982 (S. Paulo: Cortez) e em 1984 (Lima: CELATS), para países de língua espanhola, o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*.

Esta obra inaugurou a existência concreta de uma nova concepção de Serviço Social, consistindo num verdadeiro “divisor de águas”. Constituiu-se na

---

<sup>43</sup> O CELATS tornou-se o órgão acadêmico da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social – ALAETS, criada em 1965. Depois de longo período de crise, a ALAETS foi extinta e recriada em 2006, durante a 33ª. Assembléia da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social – AIETS em Santiago – Chile; surgiu então um novo organismo de articulação latino-americana da categoria, a Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social – ALAEITS cuja presidência, na sua primeira gestão, ainda em curso, ficou com o Brasil.

<sup>44</sup> Neste momento, Yamamoto, docente da PUC-SP, fazia seu mestrado na ESALQ/USP; Carvalho, historiador, fazia seu mestrado na USP.

publicação da primeira pesquisa que colocou o Serviço Social como objeto de estudo analisando-o a partir da teoria social de Marx apreendida na sua fonte original. Esta obra está hoje em sua 22<sup>a</sup> edição e, nos seus 27 anos, tornou-se a grande referência <sup>45</sup> da formação e do exercício profissionais no Serviço Social no Brasil, desvendando seus nexos no período de 1930 a 1960.

O debate acadêmico em torno da concepção de Serviço Social fora intenso entre os profissionais, sendo sufocado com a instauração dos regimes ditatoriais nos países do continente. O que estava no horizonte dos profissionais

es un intento de explicar el estatuto profesional desde la teoría del valor. Se entiende la práctica del T.S. [Trabalho Social] dentro de una interpretación teórica que analiza la producción y reproducción de la sociedad capitalista, a partir de su inserción, como práctica, en la división social y técnica del trabajo y de su carácter productivo o improductivo (CELATS, 1983, p. 19).

O aprofundamento do estudo deste referencial teórico-metodológico na análise concreta do Serviço Social na particularidade brasileira veio a público com esta produção.

Entre outros objetivos, os autores pretendem compreender “o Serviço Social como profissão no contexto do aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira, no período 1930-1960” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1991, p. 15). Interessa-lhes “desvendar o *significado social* dessa instituição e das práticas desenvolvidas em seu âmbito, por agentes especialmente qualificados: os *Assistentes Sociais*” (*idem*) <sup>46</sup>; mais exatamente, pretendem “compreender a

<sup>45</sup> Não exclusiva, antes central, sem a qual qualquer análise posterior fica incompleta.

<sup>46</sup> Em obra posterior, mas fiel às concepções teórico-metodológicas apresentadas no livro de 1982, esclarece a autora: “O significado social da profissão na divisão social e técnica do trabalho é assim essencialmente político, travestido, porém, de uma aparência de atividades dispersas, descontínuas, de caráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento de ‘benefícios’ sociais. Tal aparência formal, que não revela de imediato seu real significado, é fortalecida pelo discurso de tónus humanista-cristão que o Serviço Social incorpora em sua gênese histórica e que, mais tarde, se seculariza e moderniza nos quadros do pensamento conservador europeu e das ciências humanas e sociais, sobretudo em sua vertente empirista norte-americana. A essas fontes de inspiração intelectual alia-se, na década de 70, o estruturalismo haurido em Althusser e o marxismo vulgar, que vêm temperar uma análise positivista e empirista, acobertada por uma fraseologia marxista” (IAMAMOTO, 1992, p. 114).

profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial" (*idem*, p. 71). Para tanto, partiram os autores da premissa segundo a qual

o Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (*Idem*, p. 16).

O essencial desta obra, para a presente argumentação, está em trazer à luz os fundamentos da teoria marxiana - especialmente a leitura de *O Capital* e suas categorias analíticas na análise do significado social da profissão. Esta aproximação abriu a possibilidade de apreender o caráter contraditório do exercício profissional. Com isto, funda-se uma nova concepção de Serviço Social, entendendo-se que,

como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, *pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.* A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma *estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho*, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, *in* IAMAMOTO & CARVALHO, 1991, p. 75, *itálicos originais*).

Trata-se de uma nova concepção, que revolucionou a compreensão dos assistentes sociais sobre seu próprio exercício profissional, dimensionando as possibilidades e os limites da intervenção na realidade. Uma tal concepção

permite superar as reações típicas dos profissionais diante da realidade social que frequentemente se expressam em posições fatalistas e em posições messiânicas - ambas presentes no meio profissional e que não contribuem para fazer avançar a ruptura com o conservadorismo.

Ao situar a profissão como uma especialização da divisão sócio-técnica do trabalho e sublinhar o carácter contraditório de intervenção profissional, esta concepção trouxe à luz a possibilidade do profissional, como trabalhador assalariado, no seu grau de autonomia, fazer *de modo consciente e teoricamente fundado* suas opções e escolhas ético-políticas.

Esta nova concepção também desmistifica algo que a categoria profissional sentia na pele: a relação de compra e venda de sua força de trabalho. A compreensão teórica da realidade desta condição também terá impactos sobre a organização da categoria, como veremos adiante. No momento, destaca-se a expressão teórica da compreensão sobre a relação estabelecida entre o assistente social, portador de um trabalho especializado e qualificado, e seu empregador. O exercício profissional, para se realizar, submete-se a esta relação e é justamente nesta relação que se explica a particularidade da profissão:

o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. Passa esse agente a perceber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado como o preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do valor (*idem*, p. 85).

O ingresso no "reino do valor" impõe ao assistente social, como aos demais trabalhadores assalariados, "os dilemas do fetiche da mercadoria, que oculta as relações entre produtores por meio de seus trabalhos, em favor de relações

sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 247). Entendo, com a autora, que, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas – sob as relações sociais de produção vigentes – bem como de intensificação da divisão social e técnica do trabalho, dadas pela internacionalização da economia, reestruturação produtiva, financeirização da economia etc., todas as relações sociais estão submetidas aos processos de alienação e reificação, dado o grau da sua mercantilização. Por isto, parece-me inteiramente adequada a apropriação da *teoria do fetiche da mercadoria* como central no desvendamento da realidade contemporânea.

As bases da nova concepção de Serviço Social também se expressam nos fundamentos e conexões entre “questão social”, Estado, serviços sociais e políticas sociais. É na obra que estou considerando que, no âmbito do Serviço Social, se coloca, pela primeira vez com consequência, a caracterização da “questão social”:

*A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, in IAMAMOTO & CARVALHO, 1991, p. 77-78).*

A densidade desta síntese e clareza dos nexos entre as categorias teóricas, pela primeira vez no Serviço Social brasileiro, não foram ultrapassadas.

A consideração da “questão social” é familiar ao Serviço Social <sup>47</sup>. O que é novo,

<sup>47</sup> A Doutrina Social da Igreja Católica, expressa nas encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) tem sua base no reconhecimento da “questão social” – cf. Castro (1993). O pensamento conservador também a reconhece desde há muito – por exemplo, o

radicalmente novo para a profissão, é a consciência teórica da “questão social” como expressão da luta de classes, como contradição que se expressa no cotidiano da vida social, como uma “questão” que possui diferentes “expressões”, como o movimento pelo qual a classe operária ingressa no cenário político da sociedade exigindo e seu reconhecimento como classe e seus direitos como algo para “além da caridade e repressão”.

Considerando e reconhecendo o acúmulo realizado pela autora e contrapondo-a às produções acadêmicas tradicionais da profissão, Paulo Netto observa o risco, nestas, de transformar a “questão social” numa abstração, diluindo-se a particularidade de nascimento do Serviço Social. Para ao autor, “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (PAULO NETTO, 1992, p. 14).

Por isto, para este autor, o Serviço Social nasce como profissão especializada na divisão sociotécnica do trabalho quando

“o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana” (*idem*, p. 15).

Vemos, pois, que foi a partir da aplicação da crítica marxiana que, em 1982, a consciência teórica no Serviço Social brasileiro construiu uma nova concepção de profissão e, com ela, a compreensão das possibilidades e limites de sua intervenção profissional.

O livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* se tornou um verdadeiro clássico da área. Depois de mais de 25 anos, a co-autora, em recente publicação, considera que “a concepção de profissão na divisão social e técnica do trabalho, apresentada pela autora, em 1982, tornou-se de domínio público, mas não os seus

---

conteúdo do primeiro curso de formação dado à primeira turma da Escola de Serviço Social de São Paulo era sobre a “questão social”.

fundamentos" (I AMAMOTO, 2007, p. 29). Esta é a sua hipótese de trabalho, ao retomar os estudos de como a profissão participa no processo de produção e reprodução das relações sociais na contemporaneidade.

Esta compreensão tornou-se marco e referência teórico-metodológica para compreender a natureza da profissão no conjunto das relações sociais na ordem burguesa. Entendo que a concepção expressa por Lamamoto em 1982 produziu uma consciência teórica capaz de fazer a *auto-crítica* da profissão e promover a *desfetichização* das relações sociais e do próprio Serviço Social.

## **1.2. Uma nova concepção de assistência social**

A produção de Lamamoto & Carvalho, formulada em 1982, repercutiu entre os profissionais tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional com grande êxito. Pode-se afirmar que se generalizou a sensação de que o "enigma" havia sido desvelado. De fato, a impressão da lucidez teórica, da consciência, da percepção clara da realidade foi a experiência de muitos que se puseram a investigar, sobre a base ali fornecida, o significado social da profissão a partir do movimento da realidade histórica.

O mérito desta obra está no seu compromisso com a verdade sócio-histórica. Revela, obviamente, um conhecimento inacabado, pois o processo de conhecimento é sempre aproximativo; porém, seu rigor teórico-metodológico no trato com as fontes bibliográficas e documentais, bem como a qualidade de suas fontes, produziu uma obra que não se anacronizou no tempo. Na presente argumentação, é meu objetivo evidenciar o impacto da nova concepção de Serviço Social (mas também de política social) na produção de uma nova concepção de assistência social.

O marco histórico da problematização da assistência social como objeto de estudo no contexto dos profissionais que se situaram no contexto da perspectiva

de *intenção de ruptura* (a expressão não comparece, como tal, em I amamoto, mas o amadurecimento da sua concepção a incorpora e está na base da sua interpretação, assim como abre a possibilidade de repensar a categoria profissional enquanto parte da classe trabalhadora <sup>48</sup>), inseridos de algum modo na tradição do *movimento de reconceituação* <sup>49</sup>, foi a publicação do livro *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras* em 1985 - fruto da pesquisa de um grupo de professores do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP <sup>50</sup>.

As autoras partem da compreensão de que

a assistência social enquanto prestação de serviços constitui uma mediação na relação de classes e é o desvelamento do caráter ideológico desta relação que permite apreendê-la como um espaço contraditório

---

<sup>48</sup> "A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma *procura*, uma *luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social*, que, *reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional*, busca colocar-se, *objetivamente*, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento 'interno' da profissão. Faz parte de um *movimento social mais geral*, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo *rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las*. [...] Essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a *compreensão das implicações políticas de sua prática profissional*, reconhecendo-a como *polarizada pela luta de classes*. [...] Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira 'acima' da história. Isso implica, por sua vez, o *enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural*" (IAMAMOTO, 1992, p. 37).

<sup>49</sup> O grupo de professores que redigiu o livro que a seguir referiremos preocupou-se em clarificar sua posição junto à categoria e ao conjunto do movimento de reconceituação na América Latina, dado a participação histórica da PUC-SP neste processo. Esclarece numa nota: "Este movimento, em seus marcos iniciais, negou a assistência como um dos elementos da prática profissional, dada a reiteração das características conservadoras que esta prática implica. Assim, pode parecer à primeira vista que a PUC-SP estaria se redimindo de seu 'erro histórico' ao se propor a analisar a assistência social pública e o exercício de sua prática pelos assistentes sociais. Face à atual conjuntura, a prática da assistência vem sendo retomada nas discussões e reflexões da categoria dos assistentes sociais e, em especial, entre aquelas que se dedicam à formação profissional. A própria Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), ao apresentar a concepção da profissão para o novo currículo mínimo, reconhece que a ação profissional do assistente social se deu historicamente através da assistência a 'estratos carentes da população'" (SPOSATI et alii, 1992, p. 26).

<sup>50</sup> O grupo de pesquisadores era constituído das professoras Aldaíza de Oliveira Sposati, Dilsea Adeodata Bonetti, Maria Carmelita Yazbek e Maria do Carmo Brant Carvalho Falcão.

onde também ocorre a luta pelos direitos sociais (SPOSATI et al, 1992, p. 7).

Considerando a crise econômica mundial e suas incidências no Brasil, intensificadoras do quadro de miséria e desigualdade social, as autoras trabalham com a hipótese de que “as práticas assistenciais governamentais, enquanto produtoras de bens e serviços, são um espaço para a constituição de uma forma de cidadania para as classes subalternizadas” (*idem*, p. 25).

As autoras expressam a seguinte compreensão acerca das relações entre a assistência social e o Serviço Social:

Na divisão sócio-técnica do trabalho, o assistente social tem sido demandado como um dos agentes ‘privilegiados’ pelas instituições geridas diretamente pelo Estado, ou por ele subvencionadas, para efetivar a assistência. O caráter histórico de sua atividade profissional em qualquer instituição está voltado prioritariamente à efetivação da assistência (*idem*, p. 23).

E, mais incisivamente:

É a institucionalização da assistência que historicamente estabelece o Serviço Social como profissão. É este componente que o caracteriza e distingue na divisão sócio-técnica do trabalho. Sem a assistência, o Serviço Social ou o Trabalho Social deixam de ser enquanto tal, passando a ser outra profissão. [...] À medida que o Estado se responsabiliza pelas condições de reprodução da força de trabalho, passa a incorporar igualmente a nova técnica social, o Serviço Social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais na execução desta área programática. A presença do técnico introduz procedimentos racionais e científicos e garante a face da justiça social na operação da assistência. (*idem*, p. 40 e 42).

Em nossa análise, ao longo do desenvolvimento do texto a relação Serviço Social e Assistência Social vai sendo desdobrada num movimento que oscila em momentos que ora reforçam uma visão conservadora e endógena da profissão, ora uma visão histórico-crítica. Esta última fica evidenciada na medida em que as autoras concebem a assistência como espaço contraditório, tratando-a, como vimos em citação anterior, como mediação nas relações inter-classes. Porém, ao

ênfatarem que os profissionais de Serviço Social são agentes “privilegiados” que “prioritariamente” trabalham na efetivação da assistência não contribuem, em nosso entender, para romper com a visão endógena que explica a profissão a partir do desenvolvimento linear da “racionalização da assistência” ou mesmo “evolução da ajuda”<sup>51</sup>. Quando as autoras situam a assistência social na história, retomam a prática da ajuda, afirmando que “a assistência ao outro é a prática antiga na humanidade. Não se limita nem à civilização judaico-cristã nem às sociedades capitalistas” (*idem*, p. 40).

No item em que as autoras analisam “o Serviço Social e a assistência”, iniciam a exposição apresentando o nascimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil, a PUC-SP em 1936. Em seguida, afirmam que “a problemática operária era uma preocupação do CEAS, criado em 1932, em plena revolução paulista” (*idem*, p. 43). Baseando-se em Carvalho (1980), as autoras afirmam que “o autor mostra como o Serviço Social é, na sua gênese, marcado pela ausência de legitimidade junto àqueles que formarão sua clientela, caracterizando-se como uma imposição” (*idem*, p. 43). Aqui, a “clientela” refere-se aos “operários”, sujeitos concretamente alvo da intervenção dos profissionais naquele momento. Para as autoras, “ao se resgatar a história do Serviço Social no Brasil, constata-se que se concebeu (e se transmitiu) o Serviço Social como a própria superação

---

<sup>51</sup> A pesquisa posterior de Paulo Netto (1992) abriu a possibilidade de demarcar a ruptura com a tese de que “a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na ‘organização’ da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já ‘organizadas’, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o evoluir como que desenharia um *continuum*.” (PAULO NETTO, 1992, p. 65-66). Para o autor, é justamente a *ruptura* com este *continuum*, com a constituição de um espaço sócio-ocupacional concreto no âmbito do capitalismo monopolista e sua intervenção via “políticas setoriais” constituindo um mercado de trabalho profissional, no qual o assistente social vende sua força de trabalho, é então, “precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social que os agentes se profissionalizam” (*idem*, p. 68).

da assistência" (*idem*, p. 43). Mais uma vez, as autoras analisam "assistência" como sinônimo de "ajuda", "filantropia", "benemerência".

A percepção das pesquisadoras na análise deste objeto de estudo revela-se ao constatarem que

a ação do Serviço Social, trabalhando as potencialidades de indivíduos, grupos e comunidades, faria emergir as 'energias' para o autodesenvolvimento. Negava-se a assistência, pela dependência nela implícita, que se contrapunha à concepção de autopromoção, como resultado da capacitação das potencialidades de indivíduos, grupos e comunidades (*idem*, p. 44).

Uma entrevista de Odila Cintra Ferreira, uma das "pioneiras" do Serviço Social e aluna da primeira turma formada na PUC-SP (cf. *Serviço Social & Sociedade*. S. Paulo: Cortez, 1983, nº 12), é esclarecedora desta relação: a entrevistada distingue claramente a profissão que nascia das práticas de "ajuda" e benemerência; a legitimidade profissional vinha de sua inserção junto à família operária, como Ação Social, no espírito da Doutrina Social da Igreja. Diz expressamente Odila Cintra Ferreira, em passagem para a qual Yazbek (2006, p. 125) chama a atenção: "Na escola de Ação Social nunca falaram de obras assistenciais, consideradas paliativas. Falavam em ciências sociais, mudanças sociais, sindicatos, movimentos operários, mas isso dentro de uma orientação católica" (*Serviço Social & Sociedade*, citada, p. 38).

Quando as autoras se referem aos anos 1940, quadra em que o Estado cria a LBA, o Senai, o Sesc, o Sesi <sup>52</sup>, iniciando sua intervenção neste campo e criando/ampliando o mercado de trabalho profissional, as autoras argumentam que, com o processo de "teorização do Serviço Social", "na busca de sistematizar

---

<sup>52</sup> "A criação das grandes instituições assistenciais ocorre num momento em que o Serviço Social é ainda um projeto embrionário de intervenção social. Até esse momento, o Serviço Social constitui uma atividade profundamente ligada à sua origem no interior do bloco católico e desenvolve sua ação em obras assistenciais implementadas por frações da burguesia paulista e carioca, principalmente seus segmentos femininos que se expressam através da Igreja Católica, com o objetivo de solidificar sua penetração entre os setores operários, dentro do projeto de recristianização da sociedade" (IAMAMOTO, 1992, p. 93). Cf. Também Iamamoto e Carvalho (1991).

seus conhecimentos e conferir-lhes maior cientificidade, caminhou [-se] para a dicotomização entre assistência e promoção social" (*idem*, p. 46). Neste momento histórico, a concepção de "promoção social" relacionava-se à lógica do Estado vinculada à concepção de "desenvolvimento". Cabiam ao que se considerava "assistência social" neste período

as atividades de pronto-socorro social, ou sejam, as de ajuda material ou financeira destina às populações com problemas agudos de subsistência, em geral procedidas por voluntários ou auxiliares sociais. Tais atividades passam a ser relegadas pelos profissionais de Serviço Social, tanto pelo seu caráter paliativo e clientelístico, quanto pelas limitações que traziam à afirmação do assistente social como profissional no quadro institucional. Mais uma vez, historicamente, a profissão rejeita a assistência (*idem*, p. 46-7).

Ao longo do texto, as autoras vão demonstrando como, nos diferentes momentos históricos no Brasil, o Serviço Social foi "negando", "rejeitando" a "assistência", mostrando que sua profissionalidade não se encontrava no exercício desta "prática".

Chegando aos anos 1960, as autoras situam a influência do movimento de reconceituação no quadro latino-americano e brasileiro, destacando o contexto de substituição do nacional-desenvolvimentismo pela "internacionalização e modernização". Neste momento em que a "modernização conservadora" é a tônica do Estado brasileiro, as autoras constataam que "instala-se a era do planejamento no Serviço Social brasileiro e a assistência permanece rejeitada" (*idem*, p. 49).

No período do Estado ditatorial, elas evidenciam "o caráter assistencial das políticas sociais" e uma ação "com a intenção de obter apoio do regime e despolitizar as organizações dos trabalhadores, passa a tratar a questão social através da articulação repressão-assistência" (*idem*, p. 50). Este binômio no trata da "questão social" caracterizava o Estado brasileiro à época, permeando todas as profissões e todas as políticas sociais executadas.

Como é de conhecimento geral, o movimento de reconceituação caracterizou-se por sua heterogeneidade e aproximação “enviesada” ao marxismo<sup>53</sup>. As autoras recuperam este momento na profissão. A consciência profissional das contradições do Estado burguês estava dada e, ao mesmo tempo, este mesmo Estado era o maior empregador dos profissionais: “Novo impasse se instala na profissão. A maioria assalariada, as políticas sociais se fazem no bojo das instituições. Como assumir a nova perspectiva?” (*idem*, p. 51).

A tensão instalada no meio profissional diante da realidade de sua intervenção gerou duas tendências. “Contrapõe-se à leitura ingênua a leitura determinista da realidade e, mais uma vez, a questão da assistência é rechaçada. Agora, como bloqueadora das forças coletivas para a transformação social” (*idem*, p. 52). A literatura profissional registrou este momento da vida profissional evidenciando posturas fatalistas e messiânicas diante da imediaticidade<sup>54</sup> da intervenção profissional (cf. I AMAMOTO, 1992, pp. 113-118) e seus limites por não apreender a *historicidade do ser social* na ordem burguesa.

No momento em que as autores escreviam, constatam que a “negação da assistência” ainda se apresenta na pauta profissional. As duas saídas apresentadas, através das “soluções tecnocráticas” no âmbito do planejamento social e daquelas vinculadas à organização popular fora das instituições, negavam a “assistência como instância de mediação inerente ao Serviço Social” (*idem*, p. 53). E a defesa das autoras é o reconhecimento da “assistência” como “mediação” da ação profissional do assistente social.

Ao apresentarem a concepção que possuem de “assistência social” e sua relação como o Serviço Social, as autoras manifestam que “a questão assistencial

---

<sup>53</sup> Cf., entre muitas fontes, Quiroga (1991) e Paulo Netto (1989a, 1991).

<sup>54</sup> Um dos “mitos” analisados por I amamoto é “a prática social apreendida na sua imediaticidade, como um dado, que teria o poder miraculoso de revelar-se a si mesma, como coisa ‘natural’. Essa naturalização da vida social e essa coisificação da prática – aparências necessárias e historicamente gestadas na própria sociedade capitalista – são apreendidas unilateralmente como se fossem reveladoras da concretude do real” (I AMAMOTO, 1992, p. 115).

necessita ser compreendida para além de uma profissão, pois não se trata de uma questão particular de uma categoria" (*idem*, p. 58). Logo adiante, afirmam que "antecede a análise da assistência como prática profissional caracterizá-la enquanto instância programática das políticas sociais e, portanto, possibilidade concreta de absorção do trabalho do assistente social" (*idem*, p. 59). Ao se referirem aos campos de intervenção profissional no âmbito das políticas sociais, reafirmam que "a inserção do assistente social, embora se faça nas diferentes políticas sociais juntamente com outros profissionais, encontra expressão nas políticas específicas de assistência social" (*idem*, p. 59).

Entendo que na produção das autoras, em 1985, duas dimensões distintas mutuamente se determinam. Primeiramente, quanto à gênese da profissão, as autoras não distinguem a "assistência", identificada como "ajuda", da "assistência social" como política social, concepção que irão defender ao longo do texto. Tal indistinção, quando relacionada com o processo de profissionalização do Serviço Social, não apreende a particularidade da natureza da profissão no âmbito das relações sociais no Brasil, prevalecendo a idéia de *continuum* das protoformas do Serviço Social.

Em segundo lugar, ao identificarem a "assistência" como área específica da política social <sup>55</sup>, as pesquisadoras dão um importante passo no sentido do que é novo na sua contribuição – o pensar a assistência enquanto política social. Todavia, e aí a mutua determinação a que acima me referi, ao considerarem a "assistência" como a área onde se dá a "expressão" do Serviço Social como

---

<sup>55</sup> Analisando o Orçamento da União de 1985, as pesquisadoras revelam que "nas políticas sociais públicas, a assistência é considerada pelo Estado como uma área específica de despesa governamental sob diferentes denominações como: assistência social, assistência geral, assistência comunitária, entre outras. Com isto, a assistência tanto se qualifica como um subprograma de uma política de saúde, habitacional, educacional, como uma área específica da política social. (SPOSATI et al, 1992, p. 59). Ao mesmo tempo as autoras, identificam "[...] uma tendência que hoje se coloca para as políticas de assistência social: a pauperização massiva da população brasileira está descaracterizando a assistência social como uma área específica de despesa governamental e, em contrapartida, está transformando vários serviços públicos em serviços de 'assistência social'" (*idem*, p. 61).

profissão, não avançam na desmistificação da noção de que “o assistente social é o profissional da assistência”.

As pesquisadoras sustentam que

*superar a leitura fetichizada do assistencial no Serviço Social é movimento que vai além da questão profissional. Implica, de um lado, apreender o assistencial como mecanismo histórico presente nas políticas brasileiras de corte social. De outro, criar estratégias para reverter essas políticas na conjuntura da crise da sociedade brasileira para os interesses populares (idem, p. 53, itálicos originais).*

Embora naquele momento a relação Serviço Social e Assistência Social não estivesse, a nosso ver, totalmente desvendada pelo grupo de pesquisadoras, fica claro que reconhecem um processo de *fetichização do assistencial*, não só na profissão como também na sociedade. Mas a pesquisa as coloca no caminho teórico-metodológico que possibilita esta superação ou desfetichização - “apreender o assistencial como mecanismo histórico” numa perspectiva de classe, naquele momento pensada como “os interesses populares”.

O texto avança na caracterização do assistencialismo como expressão de manutenção da dependência e da tutela, entendendo que *“romper o assistencialismo não é romper com o serviço em si, mas com o engodo, com o mágico que é reificado em sua mediação”* (idem, p. 75, itálicos originais). Quando as autoras passam a distinguir “assistência” e “assistencialismo”, situam a análise no campo da política social, enfatizando que a assistência necessita ser compreendida “a partir da inserção nas relações de classe mediadas pelo Estado através de suas práticas. Portanto, a assistência diz respeito a uma modalidade de produção de bens e serviços a uma classe social” (idem, p. 58).

Outra referência central no caminho de *desfetichização* encontra-se na crítica operada pelas pesquisadoras à concepção de que *“perpassa a prestação dos serviços de assistência social pública uma certa noção de gratuidade, como se a riqueza do Estado viesse de outra fonte que não a própria riqueza produzida pelo trabalhador”* (idem, p. 61, itálicos originais). A referência à política social e

seu financiamento como expressão da “riqueza produzida pelo trabalhador” situa a análise no patamar da Economia Política e da teoria do valor, contribuindo na desmistificação da “gratuidade” das ações assistenciais como benesse ou favor, avançando na possibilidade de definição dos *direitos sociais* garantidos via política social. O momento do texto em que as autoras desvendam esta relação expressa uma concepção determinante no processo de *desfetichização da assistência social*:

O que via de regra caracteriza a ação governamental como de assistência social é a destinação a fundo perdido da aplicação do recurso financeiro público. Com isto os programas de assistência social seriam aqueles que operam com mercadorias e não só com serviços. [...] Esta mercadoria como coisa externa, ou seu equivalente, na forma de dinheiro, repassadas fora do “mercado de consumo”, ou da “relação de troca” usual, recebe o caráter de uma doação [...] Dá-se uma forma especial de “troca” onde o Estado é aquele que tem riquezas [...]. O assistente social torna-se o profissional instituído para conferir um mérito social a essa “doação”, de modo que não se configure um favorecimento ilícito. Tem, portanto, uma delegação, socialmente conferida, para identificar, categorizar a pobreza e a miséria e proceder a “justiça social” (*idem*, p. 59-60).

A apreensão deste complexo de relações autoimplicantes e sua publicização na pesquisa, das autoras permitiu trazer à luz processos antes naturalizados pelos assistentes sociais em seu exercício profissional. Tal possibilidade se deu pela apropriação, por parte do grupo de pesquisadoras, do debate sobre o significado social da profissão que I amamoto defendeu em 1982.

Por outra parte, nesta obra ressoa a conjuntura brasileira dos meados da década de 1980, quando o país vivia grande recessão e, ao mesmo tempo momento, seu processo de redemocratização. Os setores progressistas da sociedade estavam mobilizados em construir respostas às contradições postas historicamente e herdadas da ditadura. Especialmente os assistentes sociais vinculados aos movimentos sociais na grande São Paulo sentiam a urgência e necessidade de uma intervenção de outra natureza. Naquele momento tinham consciência de que

não basta a constatação empírica dos assistentes sociais de que a assistência que acontece se reveste de um caráter paliativo, não resolvendo os problemas da força de trabalho, que aumentam a cada dia. Impossível uma leitura da assistência de *per sí*, sem atentar para as determinações sociais e históricas do significado da assistência como política governamental, de sua imbricação com as relações de classe e destas com o Estado. Em momentos de crise, a prática do assistente social se torna fundamental, pois exige a busca de estratégias teórico-práticas no interior das políticas sociais que contribuam para o fortalecimento do processo organizativo dos setores populares, em articulação com os movimentos sociais (*idem*, p. 25).

Diante da realidade na qual os profissionais estavam inseridos e a consciência teórica já acumulada no meio profissional, bem como da estrutura do Estado brasileiro herdado da ditadura, as pesquisadoras se propõem a “repensar as políticas sociais”. Além disto, problematizam a relação do Serviço Social com a assistência social, considerando que

superar o mecanismo assistencial é superar a própria modalidade histórica das políticas sociais brasileiras. Acumular forças na direção dessa superação implica [...] quebrar a resistência dos assistentes sociais em colocar a assistência na pauta do projeto profissional da categoria (*idem*, p. 108).

O conjunto de questões levantadas em 1985 pelo grupo de docentes do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP produziu inúmeros desdobramentos – como teremos oportunidade de ver mais adiante. Mais do que avaliar a coerência de suas considerações, o que se quer demarcar é situar o campo no qual este conjunto de problematizações se deu, determinar o marco histórico que representa e valorizar o iniciativa de tirar a assistência social do campo do mero assistencialismo no Brasil. Esta ação foi carregada de conseqüências tanto para a categoria profissional quanto para a sociedade brasileira e continua a demandar sua investigação.

### **1.3. Mudanças na organização política da categoria profissional**

No curso dos anos 1970, as fronteiras entre os “segmentos profissionais modernizantes” e os que investiam numa “ruptura” com o Serviço Social Tradicional estavam em processo de definição.

É neste contexto que a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – APASSP <sup>56</sup> retomou sua organização política em 1977 tendo, a partir de 1978, como presidente, a assistente social Luiza Erundina de Souza <sup>57</sup>, cuja diretriz era a mobilização da categoria por sua organização sindical ao nível nacional. A memória registrada nos 25 anos da APASSP, em 1980, assinala que a possibilidade de reorganização da categoria em São Paulo deu-se pela participação política dos assistentes sociais na luta pelas liberdades democráticas <sup>58</sup>.

Os anos de 1978 e 1979 foram de intensa mobilização da categoria profissional <sup>59</sup>, num processo em que, juntamente com outras camadas trabalhadoras, os assistentes sociais se reconheciam com trabalhadores

---

<sup>56</sup> A APASSP foi fundada a 22 de janeiro de 1955, registrada na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo; sua existência foi determinante na luta pela aprovação de lei que regulamentou a profissão, Lei nº 3.257, de agosto de 1957 - posteriormente lutou para que fosse regulamentada, o que ocorreu apenas em 15/05/1961. No início dos anos 1960, mobilizou-se no sentido de se tornar sindicato, porém, “a questão esbarrava sempre nas mesmas dificuldades: a pequena adesão dos Assistentes Sociais e a proibição da sindicalização dos funcionários públicos, face ao elevado número de Assistentes Sociais nessa condição” (SOUZA, 1981, p. 79). Ainda no início da ditadura, em 1965, obteve seu conhecimento como organização pré-sindical. Entre 1970 e 1977, a APASSP esteve paralisada, só retomando suas atividades em 1977, quando o movimento sindical e o movimento popular ganham a cena pública na região de São Paulo. Neste contexto, articulando-se a outras categorias profissionais e ao mesmo tempo esforçando-se na articulação da categoria ao nível nacional, a APASSP passou a ter um protagonismo estratégico na organização da categoria profissional.

<sup>57</sup> Como presidente da APASSP, Erundina ficou conhecida nacionalmente, tanto no meio profissional quanto do meio sindical, popular, servidores públicos... Envolve-se com a categoria, juntamente com demais trabalhadores, nas lutas pela democratização e direitos básicos. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores em 1980 e posteriormente a primeira prefeita de São Paulo na gestão 1989 – 1993, derrotando Paulo Maluf, então PDS.

<sup>58</sup> “Só nos últimos cinco anos, graças à heróica luta dos trabalhadores e à brava resistência dos movimentos populares, é que se foi conquistando certo espaço de liberdade de organização e participação política. No bojo desses movimentos, estavam os Assistentes Sociais mais combativos e comprometidos com a luta pela reconquista das liberdades democráticas. Embora minoria, foram capazes de desencadear amplo processo de mobilização da categoria em torno de seus interesses específicos e dos interesses mais gerais da sociedade” (SOUZA, 1981, p. 80).

assalariados. Este processo ganha a cena pública por ocasião do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo. Os eventos da categoria eram organizados pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS e respectivos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS, cujas posições conservadoras reforçavam a institucionalidade da ditadura.

A organização do III Encontro Nacional das Entidades Sindicais, realizado em São Paulo em 1979, antecedendo o III CBAS, foi estratégica. Neste encontro foi criada a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Social – CENEAS <sup>60</sup>, com o objetivo de articular nacionalmente a criação do Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais. Deste encontro prévio saiu um manifesto quanto ao caráter elitista e antidemocrático do III CBAS, destacando-se o repúdio ao convite de honra feito a representantes do governo ditatorial.

Durante o III CBAS este manifesto foi legitimado pela esmagadora maioria dos presentes que, através da intervenção organizada das entidades sindicais realizando assembléias paralelas e simultâneas à programação oficial, em assembléia geral deu novo rumo ao congresso. Das assembléias paralelas surgiu um documento que subverteu o congresso:

1 - Considerando o caráter anti-democrático deste III CBAS, cujos procedimentos foram decididos pela comissão executiva sem qualquer discussão com a categoria, nós assistentes sociais, apresentamos nosso repúdio e propomos que o próximo congresso seja assumido pelas

---

<sup>59</sup> Visando construir uma articulação nacional consistente e interferir no debate nacional, as entidades existentes se mobilizaram, realizando alguns encontros: I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado em Belo Horizonte, de 25 a 26/08/1978 (1 sindicato e 3 associações profissionais); II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado em Belo Horizonte, de 02 a 04/11/1978 (5 sindicatos e 5 associações profissionais); III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais realizado, em Belo Horizonte, de 21 a 23/09/1979 (4 sindicatos e 12 associações profissionais, 1 núcleo de associação e 3 grupos pró-associação).

<sup>60</sup> A CENEAS manteve suas atividades de articulação nacional até outubro de 1983, quando foi fundada a Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais.

entidades realmente representativas da categoria, ou seja, nossos sindicatos e associações de classe;

2 - Considerando que a política social é um reflexo do modo de produção, e que sua abordagem deve ser feita de forma a possibilitar uma visão global que permita aos profissionais discutirem as políticas setoriais referentes aos diversos campos de atuação e as possíveis inter-relações entre eles, propomos que o painel, "O profissional na política social" seja apresentado dentro desta visão global;

3 - Considerando não ser correta a separação entre profissionais e estudantes de serviço social, visto que têm objetivos e anseios comuns e pelos quais lutam juntos, repudiamos a restrição à sua participação, limitada apenas a dois estudantes por faculdade;

4 - Considerando a conjuntura brasileira e a retomada pelos trabalhadores da luta por melhores condições de vida e de trabalho, propomos que as despesas com as atividades sociais do congresso sejam canceladas e destinadas ao Fundo de Greve dos trabalhadores brasileiros;

5 - considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado, propomos a discussão de seus salários e as condições de trabalho durante o congresso, com vistas a estimular sua participação na luta de todos os trabalhadores brasileiros;

6 - considerando a relação da prática dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da população, propomos a participação de representantes das comunidades e lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do congresso (III CBAS apud ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 171-2).

O III CBAS ficou conhecido como "congresso da virada", pois de fato "virou a mesa". É ilustrativa a mudança da composição da mesa diretora, no início do congresso integrada por representantes do governo militar <sup>61</sup> e no final do congresso composta por representantes dos trabalhadores <sup>62</sup>.

<sup>61</sup> "O congresso tinha uma comissão de honra que era composta da seguinte maneira: um presidente, general João Batista Figueiredo, então presidente da República; um patrono que abriu o congresso, Murilo Macedo, ministro do Trabalho; além de Jair Soares, ministro da Previdência e Assistência Social, cuja presença era prevista para o encerramento do congresso; o governador biônico de São Paulo, Paulo Salim Maluf; o secretário da Promoção Social de São Paulo, Antonio Salim Curiati e o prefeito biônico da cidade de São Paulo, Reinaldo de Barros." (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 171).

<sup>62</sup> Entre os representantes dos trabalhadores presentes que se pronunciaram estava Luiz Inácio Lula da Silva: "Para nós, trabalhadores, é motivo de muita honra sermos convidados, no momento em que, numa demonstração soberana e democrática, vocês conseguem repudiar a mesa de honra, de autoridades prepotentes que não fizeram outra coisa neste país, senão massacrar todo um povo. A honra aumenta muito mais quando a gente percebe que nessa mesa temos pouquíssimas autoridades, mas temos muito mais pessoas compromissadas, de direito e de fato, com aqueles que realmente elas representam"(III CBAS, apud ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 174).

Os resultados do “congresso da virada” evidenciam o marco histórico, teórico e político deste evento, que expressou publicamente *ruptura política* com o conservadorismo. Se uma série de passos anteriores (como os encontros sindicais a que me referi) construíram a possibilidade concreta dessa “subversão”, outras determinações posteriores foram colocadas pelo próprio evoluir desse processo, permitindo a abertura da profissão para o *pluralismo*<sup>63</sup> e a disputa por sua direção social.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira incidiram sob a categoria, de modo que carecia aprimorar seus instrumentos normativos – e esta incidência acentuou-se na seqüência do “congresso da virada”. Depois de intensa discussão nos encontros CFAS/CRAS desencadeados a partir de 1983, o Conselho Federal de Assistentes Sociais aprovou, pela Resolução nº 195/86, de 09 de maio de 1986, um novo Código de Ética. A inserção dos Assistentes Sociais nos movimentos mais amplos exigiu um “a nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira” (CFAS *apud* MUSTAFÁ, 2001, p. 129-130).

A dimensão política manifesta-se claramente neste Código, revelando “a negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a ‘ética da neutralidade’, enfim recusada; e a afirmação de um novo papel profissional, implicando uma nova qualificação, adequada à pesquisa, à formulação e gestão de políticas sociais” (PAIVA *et al*, 1996, p. 160).

#### **1.4. Mudanças no âmbito da formação profissional**

---

<sup>63</sup> Paulo Netto considera que “a renovação [profissional] implica a construção de um pluralismo profissional” (PAULO NETTO, 1991, p. 131). Este pluralismo expressou um avanço da categoria, intensificando-se em seu processo de “validação teórica” ao longo dos anos 1980 (cf. ABESS, 1991) e nos anos 1990 - no Código de Ética de 1993, foi definido como princípio ético dos assistentes sociais.

No âmbito da formação profissional, a transição dos anos 1970 aos 1980 foi determinante.

Desde 1975, na XIX Convenção da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, realizada em Piracicaba (SP), definiu-se a necessidade de revisão do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social. Nos espaços de debate da política de formação profissional foi sendo gestada uma nova proposta curricular, tendo destaque o debate da XX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Belo Horizonte de 4 a 9 de setembro de 1977, que teve como tema “Conteúdo programático dos Cursos de Serviço Social do Brasil”.

Neste processo de discussão, deu-se a organização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS, em Londrina (PR), de 29 a 31 de outubro de 1978. Organizando-se de forma regionalizada, os estudantes, envolvidos no movimento mais amplo de democratização do país através do movimento estudantil, engajaram-se no debate da revisão curricular de forma ativa<sup>64</sup>.

Na XXI Convenção Nacional da ABESS, sob o tema “Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo”, realizada em Natal (RN), de 2 a 6 de setembro de 1979, foi definido pelo segmento da categoria funcionalmente ligado ao ensino o Documento Básico do Novo Currículo Mínimo, logo encaminhado ao Conselho Federal de Educação para aprovação – o que só ocorreu mediante o Parecer nº 412, aprovado em 5 de agosto de 1982, e a Resolução nº 6, de 23 de setembro de 1982.

---

<sup>64</sup> Realizaram-se o II ENESS em Salvador, em 1979, e o III ENES em Belo Horizonte, em 1980 – quando o movimento estudantil do Serviço Social se organiza nacionalmente como Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE – SESUNE. Envolvidos como movimento nas lutas mais amplas dos trabalhadores pelas liberdades democráticas, todos estes encontros tinham como centralidade o debate da formação profissional – cf. Pereira (1984) e Braz e Matos (2008).

O Parecer nº 412, relatado pelo conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza, considera que no Currículo Mínimo anterior em vigência (Parecer nº 242/70, Resolução de 13/3/70)<sup>65</sup>, predominou

uma visão fragmentada da realidade em que deveria atuar [os assistentes sociais], com a especificidade dos seus estudos voltados para o Serviço Social de Casos, em contraposição ao de Grupo ou de Comunidade. Essa metodologia levava a uma irreal divisão do indivisível, razão pela qual tem sido criticada (BRASIL, 1982).

Com este reconhecimento, o Parecer incorpora os princípios propostos pela ABESS para o novo currículo. Este, segundo a entidade, deve ter

como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social. [...] Torna-se portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. [...] Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesta perspectiva, a formação profissional acadêmica pressupõe: 1. um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade; 2. um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas (BRASIL, 1982).

Com a aprovação do novo Currículo Mínimo, todas as escolas de Serviço Social do país tiveram o prazo máximo de dois anos para sua implantação. Seguiu-se deste processo um momento de intenso debate no meio profissional tendo a ABESS como protagonista neste processo junto às unidades de ensino no país<sup>66</sup>.

O novo Currículo Mínimo foi marcado pelo "*ecletismo* em sua ordenação formal" (PAULO NETTO, 1984, p. 5). Além disso, "a área de conhecimentos

<sup>65</sup> Observe-se que esta anterior proposta curricular obedeceu à Reforma Universitária de 1968.

<sup>66</sup> À época, o Brasil contava "com 55 cursos de Serviço Social, dos quais 14 integrados a Universidades Federais, 4 a Universidades Estaduais, 12 a Universidades particulares; 4 estão vinculados a Fundações e 21 a Escolas particulares isoladas. Em São Paulo existem hoje 21 Faculdades, todas da rede de ensino particular, à exceção de um curso da Universidade do Estado de São Paulo, instalado em Franca" (Yazbek et al, 1984, p. 62).

básicos aparece em si mesma fragmentada, situando a realidade da 'clientela' como um aspecto dissociado da análise mais geral da sociedade" (YAZBEK *et al*, 1984, p. 44).

Em substituição às disciplinas de Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, foram criadas as disciplinas de Teoria do Serviço Social <sup>67</sup>, Metodologia do Serviço Social <sup>68</sup> e História do Serviço Social <sup>69</sup> de forma a cada uma, na estrutura rígida da grade curricular, possuir autonomia, além de partir do pressuposto que haveria uma Teoria, uma Metodologia e uma História próprios do Serviço Social <sup>70</sup>.

Há que destacar que o processo de implementação do novo Currículo Mínimo se deu concomitantemente ao aprofundamento do processo da "abertura política". Neste contexto, o espaço das universidades também vivia o momento da transição democrática.

Paulo Netto (1984), considerando este currículo a resultante objetiva de uma conciliação entre tendências existentes no interior da formação, ponderou que a sua implementação poderia seguir por três vias: a eclético-restauradora, a solução modernizante e a via da ruptura. Considera a implementação da via de

---

<sup>67</sup> Ementa: "Ratifica-se a permanência do estudo da Teoria do Serviço Social como conhecimento profissionalizante dos mais fundamentais, devendo ter como enfoques as principais construções teóricas do Serviço Social: objeto, intencionalidade, e pressupostos metodológicos de sua práxis; campo de atuação do Serviço Social e sua posição no contexto das Ciências Humanas e Sociais" (BRASIL, 1982).

<sup>68</sup> Ementa: "Propõe-se a introdução do estudo da Metodologia do Serviço Social (caracterizado no currículo mínimo atual como Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade). Este estudo é importante pois se encarregará das estratégias de ação profissional; visa a capacitação do profissional para operacionalizar os conhecimentos teóricos através de uma ação sistemática pertinentes aos vários níveis e áreas de atuação do Assistente Social." (BRASIL, 1982)

<sup>69</sup> Ementa: "Sugere-se a inclusão do estudo da História do Serviço Social, cuja importância está na análise e compreensão do Serviço Social como fenômeno histórico a sua institucionalização como resultante de uma demanda social, o seu reconhecimento como resultante das respostas sociais de sua prática, enfim, as relações do processo de institucionalização do Serviço Social com a formação sócio-histórica da sociedade brasileira." (BRASIL, 1982).

<sup>70</sup> Cf. o debate da XXIV Convenção da ABESS, registrado no Cadernos ABESS nº 1 (ABESS, 1986); cf. também ABESS (1989).

ruptura factível e alerta que a mesma “abre o passo para uma inflexão radical na concepção mesma do Serviço Social, pondo em questão a quase-totalidade das representações dos profissionais e docentes” (PAULO NETTO, 1984, p. 15).

As críticas ao novo currículo mínimo foram sendo construídas em seu processo de implementação; porém, ele abriu possibilidades para a *ruptura* com o “metodologismo” e “epistemologismo” próprios da concepção, até então hegemônica no meio profissional, de que o Serviço Social é uma ciência e possui uma teoria própria (cf. ABESS, 1989).

Na implementação deste novo currículo, há que registrar a importância da experiência do projeto pedagógico da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP e sua influência sob as demais unidades de ensino do país. Seu projeto de revisão curricular foi publicado em *Serviço Social & Sociedade* (nº 14, 1984) e constituiu referência nacional, com esta faculdade consolidando-se como vanguarda no processo de formação profissional. Um dos grandes fatores que propiciou este protagonismo foi a presença da professora Marilda Iamamoto no corpo docente da faculdade e o acúmulo do grupo de professores que com ela participaram da pesquisa que resultou na produção do já citado livro *Relações Sociais...* Além disto, o protagonismo da PUC-SP também se adensa com a participação da professora Maria Carmelita Yazbek, então diretora da Faculdade, na presidência da ABESS no biênio 1983-1985. A proposta curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP foi sendo disseminada no país como a proposta mais avançada e coerente com os conhecimentos até então produzidos na área, contribuindo para a construção de sua hegemonia.

Em outubro de 1982, a ABESS propôs uma pesquisa nacional sobre a formação profissional no país, cujo processo foi desencadeado através do “Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil – determinantes históricos e perspectivas” (cf. *Serviço Social & Sociedade*, nº 14, 1984). Para os fins da nossa argumentação, interessa destacar, do conjunto de

aspectos analisados pelas pesquisadoras <sup>71</sup>, os que se referem à especificidade da profissão na realidade brasileira:

O assistente social é o profissional da ajuda, do auxílio, que atua junto à clientela, repassando serviços sociais e orientando-a socialmente, predominantemente dentro dos padrões e valores estabelecidos. Desse modo, o Serviço Social participa da criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, atendendo através da sua prática tanto as condições materiais de sobrevivência como as condições ideológicas de aceitação, de acomodação da massa trabalhadora. A profissão desenvolve na sociedade um trabalho ideológico fundado na prática da assistência social. Historicamente, na prática do Serviço Social na sociedade brasileira, conjugam-se duas dimensões fundamentais no trabalho junto aos setores populares: a tutela e a assistência. Neste sentido, é fundamental na discussão da especificidade do Serviço Social, enquanto prática profissional, ter presente a vinculação histórica da profissão com a assistência social, seja particular ou pública, centralizada pelo Estado e traduzida em programas de política social. Ao longo da história da profissão, o assistente social no Brasil é o profissional da assistência, e isso é um dado fundamental a ser considerado no processo de redefinição da identidade profissional do Serviço Social no Brasil, no sentido de rebater o assistencialismo pela luta em torno da efetivação dos direitos sociais do cidadão e da ampliação da cidadania para as classes trabalhadoras (CARVALHO, BONETTI, I AMAMOTO, 1984, p. 121).

A pesquisa efetivada revela concretamente a percepção da especificidade vigente neste período no segmento da categoria profissional alocado ao ensino. Simultaneamente, o grupo de pesquisadoras da PUC-SP estava situando a assistência social como objeto de estudo. Mais adiante, neste capítulo, voltaremos a tratar da assistência.

A construção destes processos foi desencadeada por sujeitos determinados, situados historicamente no tempo e espaço, por isto a importância de indicar sujeitos significativos neste processo.

### **1.5. A formação e o desempenho da vanguarda profissional**

---

<sup>71</sup> Foram as seguintes profissionais: Alba Maria Pinho de Carvalho, Dilséa Adeodata Bonetti e Marilda Villela I amamoto.

Todo processo social pressupõe a existência de indivíduos sociais que o materialize. Até aqui, estou fazendo referência a processos determinados (momentos da organização política da categoria profissional, movimentos de construção teórica, iniciativas no domínio da formação profissional etc.) que, sendo coletivos (ou seja, parte do movimento maior da categoria profissional no âmbito das relações sócio-profissionais em que ela se insere), encontram vocalização de indivíduos. A estes indivíduos – obviamente conectados a redes de relações profissionais e institucionais – chamarei de *vanguarda profissional*<sup>72</sup>.

As profissões ou ramos de atividade desenvolvem internamente um segmento de profissionais que, ao longo do tempo, assumem a posição de vanguarda. Minha investigação – com apoio em amplos registros documentais – permite afirmar que a gestação da vanguarda contemporânea do Serviço Social brasileiro (*e a considero vanguarda no que toca especificamente ao debate de Serviço Social e Assistência Social*), que identificarei a seguir, forjou-se no protagonismo interno e externo da profissão na passagem dos anos 1970 aos 1980, objetivando seu acúmulo especialmente a partir dos anos 1990. Trata-se sobretudo de profissionais que, ao longo dos últimos 30 anos, tem adensado o debate na área do Serviço Social e orientado o seu processo teórico-prático, que é, em si mesmo, coletivo.

Estes profissionais têm influenciado o debate sobre a profissão e a política de assistência social através de publicações e conferências; através da gestão das organizações da categoria (CFESS, CRESS, ABESS/ABEPSS); através da representação da categoria em diferentes espaços públicos (conselhos como CNAS, CONANDA e agências de fomento como CNPq, CAPES); através da docência nos programas de pós-graduação, orientando a formação de novos pesquisadores, docentes e profissionais de ponta; através de consultorias

---

<sup>72</sup> A concepção adotada refere-se àqueles profissionais que ao longo de sua atividade, através de sua produção intelectual e participação política, construíram mediações concretas através de seu trabalho e interferiram na realidade social.

e assessorias a instituições públicas e privadas, bem como na emissão de pareceres na área, tanto no Brasil como em outros países (Argentina, Uruguai, Portugal).

Este é um quadro aproximativo que objetiva evidenciar o movimento desta vanguarda, que se altera no tempo mas que traduz, na atualidade, a perspectiva de *intenção de ruptura*. Não sendo um bloco homogêneo, identificam-se rupturas e continuidades que desafiam a categoria profissional em sua relação com a sociedade brasileira.

Se, no final dos anos 1960, a inserção dos assistentes sociais no âmbito universitário foi determinante no processo de renovação profissional. Atualmente a inserção destes profissionais, no âmbito da pós-graduação, inicialmente como alunos e depois como professores, demarca um novo processo, tendo sua maior visibilidade em inícios dos anos 1990.

A formação de um quadro qualificado demanda tempo e investimento individual e coletivo. O fator central na possibilidade concreta de formação das vanguardas contemporâneas e sua intervenção para além das fronteiras do próprio Serviço Social foi o acesso aos programas de pós-graduação na área<sup>73</sup>.

A política de pós-graduação no Brasil nasceu como uma estratégia da “modernização conservadora” do Estado ditatorial. O primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social foi criado na PUC-SP, sob a coordenação da professora Dra. Susana Medeiros, que mobilizou esforços no sentido de promover a qualificação mais avançada do Serviço Social. Pioneiramente, o curso iniciou-se em 1972, criando a possibilidade da área formar, no país, seus próprios quadros (MEDEIROS; FALCÃO, 1984). No mesmo ano, criou-se o mestrado em Serviço Social da PUC-RJ e, posteriormente, na UFRJ (1976), na PUC-RS (1977), na UFPB (1978) e na UFPE (1979).

---

<sup>73</sup> Ver Anexo 1 - Programas de Pós Graduação na área de Serviço Social no Brasil, reconhecidos e recomendados pela CAPES, por IES, UF, natureza, número de docentes, ano de criação da graduação e da pós-graduação, conceito na Capes e número de vagas.

O processo de expansão dos Programas de Pós-Graduação foi diretamente condicionado pela política governamental no âmbito do ensino superior. É de observa-se que na década de 1980 não houve a abertura de nenhum curso de mestrado, registrando-se, no período da redemocratização e na Nova República, apenas a abertura do curso de doutorado em Serviço Social na PUC-SP <sup>74</sup>.

Sendo o único a possuir os dois níveis até meados de década de 1990, o Programa de Pós-Graduação da PUC-SP foi determinante na formação dos assistentes sociais brasileiros e latino-americanos, pois foi o primeiro doutorado no continente, ampliando-se através de convênios internacionais <sup>75</sup>. No marco das suas linhas de pesquisa, seus grupos de pesquisa iniciaram suas atividades em 1984, quando da criação do Núcleo de Seguridade e Assistência Social, um dos primeiros grupos de pesquisa registrado nos Diretórios do CNPq <sup>76</sup>. É incontestante que, durante a década de 1980, tanto a graduação quanto a pós-graduação da PUC-SP foram a referência da formação em Serviço Social no Brasil. Em especial, seus docentes responderam por boa parte da formação de novos quadros docentes, especialmente dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades brasileiras.

O veículo de disseminação da produção intelectual destes pesquisadores ao longo dos anos 80 foi a Cortez Editora <sup>77</sup>, particularmente com a criação da revista *Serviço Social & Sociedade* <sup>78</sup>. Até 1979, o único periódico nacional da

---

<sup>74</sup> Lembre-se da Assembléia Geral de Estudantes na PUC/SP, em 03/05/1977, que criou o Comitê de Anistia Primeiro de Maio e posterior invasão (setembro/1977) contra a realização do III Encontro Nacional de Estudantes. Deve-se registrar a autonomia, didático-pedagógica e política, da PUC-SP nos tempos da ditadura, bem a oportunidade de trabalho – a partir de 1979/1980 - aos professores que foram perseguidos políticos.

<sup>75</sup> Ver Fernandes (1989), Martinelli; Baptista (1996), Negreiros (1998).

<sup>76</sup> Ver Anexo 2 - levantamento realizado junto aos grupos de pesquisa cadastrados nos Diretórios do CNPq, constatei o registro dos respectivos grupos.

<sup>77</sup> Resultado, em 1979, da separação de um dos sócios da *Cortez & Moraes*, que já publicava materiais da área de Serviço Social, a *Cortez Editora* tornou-se, na sequência, a maior editora de textos da área em língua portuguesa e, mais recentemente, criou a coleção “Biblioteca Latinoamericana de Trabajo Social”, destinada ao público de língua castelhana.

<sup>78</sup> Periódico da área publicado quadrimestral e regularmente desde 1979, com distribuição em todo o território nacional. Atualmente está em seu número 96 e alcança países latino-

área era a revista *Debates Sociais*<sup>79</sup> ampliando-se, a partir deste momento, a disseminação da produção intelectual dos assistentes sociais.

Estes dois periódicos atravessaram os anos 1980 como únicos canais nacionais de expressão da categoria, espaços de publicização das pesquisas e debate na área<sup>80</sup>. Em 1986 começaram a circular, em parceria com a Cortez Editora, os *Cadernos ABESS*<sup>81</sup>, periódico especializado editado com o objetivo de difundir o debate no âmbito da formação profissional, exercendo papel central especialmente no processo de implementação e avaliação do currículo de 1982.

A produção intelectual na forma de livros, especialmente a publicação de dissertações e teses, também encontrou na Cortez Editora o canal privilegiado de divulgação. O levantamento das publicações em livro da vanguarda profissional contemporânea manifesta como alguns títulos, ao longo do tempo, encontraram uma demanda regular, expressa em várias reedições<sup>82</sup>. Mais recentemente, surgiram outros canais de divulgação (em especial, as editoras universitárias e, em São Paulo, a Veras Editora).

No processo da minha investigação, depois do levantamento bibliográfico da produção intelectual dos assistentes sociais sobre o Serviço Social e sobre

---

americanos e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, Portugal, Angola e Cabo Verde.

<sup>79</sup> Periódico da área publicado semestralmente e regularmente desde 1965 pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCI SS. Esta Revista por suas vinculações foi central na disseminação da produção da vertente modernizadora no processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Ver Paulo Netto (1991).

<sup>80</sup> Ver Anexo 3 - Cronologia de periódicos da área de serviço social a partir do ano da primeira edição.

<sup>81</sup> O periódico não teve publicação regular e foi editado até o número 8. Quando a ABESS passou a ser Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, esta criou novo periódico, em substituição aos *Cadernos ABESS*, a revista *Temporalis*, prevista para ser semestral, mas que, porém, tem encontrado dificuldades para manter sua regularidade e distribuição. É prioridade constituir-la como revista científica da área, mas as condições em que têm operado as diferentes gestões da ABEPSS não vêm garantindo a sua periodicidade.

<sup>82</sup> Ver Anexo 4 - Listagem da produção em livro publicados pela Cortez Editora dos profissionais pesquisados.

Assistência Social, cheguei a um grupo de 15 profissionais – precisamente o que estou designando como a vanguarda profissional contemporânea.

*Quadro 1 – Resumo da cronologia da titulação da vanguarda por década*

Anos	Início da graduação	Defesa do mestrado	Defesa do doutorado	Defesa do pós-doutorado
1960 - 1969	09	----	----	----
1970 - 1979	03	03	01	----
1980 - 1989	03	05	03	----
1990 - 1999	----	03	07	03
2000 - 2009	----	----	04	04
Sem titulação	----	04*	----	08
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>

\*Não houve acesso à informação.

Fonte: *Plataforma Lattes*, acesso em junho/2008

No quadro acima, observa-se que 9 iniciaram a graduação em Serviço Social na década de 1960, 3 na década de 1970 e 3 na década de 1980. Embora em tempos distintos, todos foram estudantes sob a vigência da ditadura militar. No quadro abaixo, detalhamos o resumo sinalizado, identificando nominalmente os componentes da vanguarda:

*Quadro 2 – Titulação dos componentes da vanguarda  
(área e instituição)*

	NOME	GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	MESTRADO	DOCTORADO	PÓS-DOCTORADO
01	Alba Maria Pinho de Carvalho	1970-1973/UFMA - MA	1978-1982/PUCRJ	1994-1999/UFC/BR♣	-----
02	Aldaíza Sposati	1963-1966/PUCSP - SP	1972-1976/PUCSP	1982-1986/PUCSP/BR	1989-1992/UC-PT
03	Ana Elizabete Mota	1972-1976/UFPE - PE	1979-1984 - UFPE	1990-1995/PUCSP/BR	2002-2003/UFRJ-BR
04	Beatriz Augusto de Paiva	1983-1986/UFRJ - RJ	1988-1993/UFRJ	1999-2003/PUCSP/BR	-----
05	Berenice Rojas Couto	1970-1973/UCPEL - RS	-----	1998-2003/PUCRS/BR	-----
06	Elaine Rossetti Behring	1981-1987/UFRJ - RJ	1988-1993/UFRJ	1997-2002/UFRJ/BR	-----
07	Ivanete Salete Boschetti	1982-1985/UCDB - MS	1990-1993/UNB	1993-1998/EHESS/FR♣	2006-2006/UERJ-BR
08	José Paulo Netto	1966-1969/UFJF - MG	-----	1986-1990/PUCSP/BR	-----
09	Maria Carmelita Yazbek	1964-1967/PUCSP - SP	1975-1977/PUCSP	1984-1992/PUCSP/BR	2000-2001/USP-BR
10	Maria do Carmo Brant Carvalho	1961-1965/PUCSP - SP	-----	1972-1974/PUCSP/BR	1985-1986/EHESS-FR
11	Marilda Villela Yamamoto	1967-1971/UFJF - MG	1976-1982/USP*	1997-2001/PUCSP/BR♣	-----
12	Odária Battini	1966-1969/PUCPR - PR	1974-1980/PUCSP	1985-1991/PUCSP/BR	2003-2003/UFRJ-

					BR
13	Potyara Amazoneida Pereira Pereira	1961-1965/UFPA - PA	1973-1976/UNB**	1982-1987/UNB/BR♣	1991-1992/MU-RU
14	Raquel Raichelis	1968-1971/PUCSP - SP	1982-1986/PUCSP	1993-1997/PUCSP/BR	-----
15	Vicente de Paula Faleiros	1962-1966/UNAERP - SP	-----	1976-1984/UM/CN♣	1990-1991/EHESS- FR

Fonte: *Plataforma Lattes*, acesso em junho/2008

\* Mestrado em Sociologia Rural

\*\*Mestrado em Sociologia

♣ Doutorado em Sociologia

O grupo envolve três gerações distintas que obtiveram sua formação em conjunturas diferentes <sup>83</sup>. O tempo médio de formação, considerando o primeiro a iniciar a graduação e o último a concluir o doutorado, foi de 30 anos. Neste período, a expansão de todos os níveis da formação, bem como a conjuntura sócio-histórica do país, alterou-se significativamente. Cabe destacar que o fio condutor que parametra a produção intelectual deste grupo coloca-se na *vía de ruptura*, herdeiros de uma tradição que recuperando o passado, analisa o presente para construir o futuro.

Os primeiros mestres e doutores em Serviço Social formados no Brasil tiveram como orientadores professores de outras áreas. Esta condição da formação também está presente no grupo pesquisado. O quadro seguinte evidencia a relação entre orientadores e respectivos orientandos; ao mesmo tempo, ao indicar as dissertações/teses orientadas pelos componentes da vanguarda, destaca-se a sua intervenção na continuidade do processo de formação pós-graduada.

<sup>83</sup> Esta segmentação em três gerações obedeceu a um critério simples: a primeira geração envolve os profissionais que ingressaram na graduação nos anos 1960 (trata-se dos profissionais identificados pelos números 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15), a segunda abrange os que ingressaram nos anos 1970 (identificados pelos números 1, 3 e 5) e a terceira inclui os que ingressaram nos anos 1980 (identificados pelos números 4, 6 e 7). Tenho consciência de que este recorte não dá conta de apreender giros e mudanças no interior de cada uma das décadas assinaladas - utilizo-o aqui por meras razões expositivas, mas sabendo que aí reside uma das razões da heterogeneidade que caracteriza esse grupo de profissionais.

*Quadro 3 - Relação entre orientadores e orientados, número de orientações de dissertações e teses orientadas pelos últimos*

	Nome	Orientador(a) no doutorado	Número de dissertações orientadas	Número de teses orientadas
01	Alba Maria Pinho de Carvalho	Profa. Dra. Elza Maria Franco Braga Dra. *	19	02
02	Aldaíza Sposati	Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira Dr. Ciências Sociais	46	18
03	Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes	Prof. Dr. Gadiel Perucci Dr. Ciências Sociais	15	05
04	Beatriz Augusto de Paiva	Profa. Dra. Aldaíza Sposati Dra. Serviço Social	05	00
05	Berenice Rojas Couto	Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis Dr. Direito	05	02
06	Elaine Rossetti Behring	Prof. Dr. José Paulo Netto Dr. Serviço Social	06	00
07	Ivanete Salete Boschetti	Prof. Dr. Robert Castel Dr. Sociologia	14	00
08	José Paulo Netto	Prof. Dr. Octavio Ianni Dr. Ciências Sociais	40	25
09	Maria Carmelita Yazbek	Profa. Dra. Suzana Aparecida Rocha Medeiros - Dra. Serviço Social	55	28
10	Maria do Carmo Brant Carvalho	Profa. Dra. Nadyr Gouvêa Kfourri Dra. Serviço Social	10	06
11	Marilda Villela Iamamoto	Profa. Dra. Vera Chaia Dra. Ciências Sociais	15	00
12	Odária Battini	Profa. Dra. Nobuco Kameyama Dra. Serviço Social	00	00
13	Potyara Amazoneida Pereira Pereira	Prof. Dr. Pedro Demo Dr. Ciências Sociais	09	01
14	Raquel Raichelis	Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley Dr. Ciências Sociais	05	00
15	Vicente de Paula Faleiros	Prof. Dr. Marc Renaud Dr. *	28	00
	TOTAL		272	87

Fonte: *Plataforma Lattes*, acesso em junho/2008

\*: sem informação

Observa-se que a primeira e a segunda gerações possuem como orientadores os primeiros assistentes sociais que se doutoraram no país ou docentes de áreas afins. A terceira geração foi orientada doutores em Serviço Social da primeira geração (com uma exceção, a do profissional 7, cuja formação pós-graduada se fez no exterior, com orientador de área afim).

O quantitativo de orientandos deste grupo de 15 profissionais é absolutamente representativo e expressa o processo multiplicação e a continuidade da formação. Somando-se este quantitativo de orientandos, de mestrado e doutorado, do início do processo de orientação até a coleta de dados, tem-se um total de 359 orientandos titulados. Este é um indicador de que a influência tendeu a crescer de forma expressiva.

*Quadro 4 – Relação entre vinculação institucional e atuação profissional*

Nº	NOME	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
01	Alba Maria Pinho de Carvalho	UFC*	docente da graduação*
02	Aldaiza Sposati	PUCSP	Docente da pós-graduação
03	Ana Elizabete Mota	UFPE	Docente da pós-graduação
04	Beatriz Augusto de Paiva	UFSC	Docente da pós-graduação
05	Berenice Rojas Couto	PUCRS	Docente da pós-graduação
06	Elaine Rossetti Behring	UERJ	Docente da pós-graduação
07	Ivanete Salete Boschetti	UNB	Docente da pós-graduação
08	José Paulo Netto	UFRJ	Docente da pós-graduação
09	Maria Carmelita Yazbek	PUCSP	Docente da pós-graduação
10	Maria do Carmo Brant Carvalho	PUCSP	Docente da pós-graduação
11	Marilda Villela Yamamoto	UERJ	Docente da pós-graduação
12	Odária Battini	PUCPR - CIPEC	Pesquisadora
13	Potyara Amazoneida Pereira Pereira	UNB	docente da pós-graduação
14	Raquel Raichelis	PUCSP	docente da pós-graduação
15	Vicente de Paula Faleiros	UNB	docente da pós-graduação

\*Graduação em Sociologia

Fonte: *Plataforma Lattes*, acesso em junho/2008

Uma determinação posta na constituição da vanguarda profissional é sua inserção no espaço sócio-ocupacional das universidades, em sua maioria, públicas. Conforme se verifica no quadro acima (Quadro 4), todos os profissionais estão

inseridos em Cursos de Serviço Social, exceto a profissional identificada sob o número 1 (o que pode explicar sua ausência no debate no âmbito da categoria a partir do início dos anos 1990).

Outra particularidade do vínculo profissional do grupo é sua inserção no âmbito da pós-graduação, nos programas de suas respectivas unidades de ensino. Apenas uma profissional – a identificada pelo número 12 – não possui mais vínculo formal com universidade, porém continua sua produção intelectual via uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos, com a qual mantém vínculo com a universidade como pesquisadora.

A atual política de pós-graduação impõe uma lógica produtivista, no interior da qual os profissionais precisam se mover – produtivismo que afeta negativamente a qualidade da sua intervenção. Um dos grandes dilemas postos aos docentes na atual estrutura universitária é ao mesmo tempo fazer a crítica e responder às exigências institucionais, que impõem processos que não contribuem para a real avaliação da universidade, reforçando sua lógica “operacional” (sobre esta lógica, cf. Chauí, 1999). Esta lógica vai incidir sobre a pós-graduação que, no caso do Serviço Social, amplia-se na primeira década do presente século (conforme se constata no Anexo 1, Quadro 1).

O grupo de profissionais que estou considerando como a vanguarda veio assumindo a liderança de grupos de pesquisa, mantendo vinculações com agências públicas de fomento à investigação. Ora, tais grupos de pesquisa tiveram um alento especial quando o Serviço Social foi reconhecido pelo CNPq – a maior agência brasileira de fomento à pesquisa – como “área de produção de conhecimento”, em 1987; é deste ano a criação do instrumento acadêmico da ABESS na área da pesquisa, o CEDEPSS, que habilitaria a área, como um todo, a dialogar institucionalmente com agências de fomento – e quando se examinam os

seus dirigentes, no espaço de uma década, verifica-se que ali se encontram, dos 15 membros da vanguarda profissional de que nos ocupamos, 6 deles<sup>84</sup>.

Atualmente, a área de Serviço Social possui 52 pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa no CNPq (cf. Carvalho e Silva e Silva, 2005). Os tipos de *bolsa* variam de acordo com os requisitos exigidos ao pesquisador, distribuídos categorias 1A, 1B, 1C, 1D e 2. O Quadro 5, abaixo, evidencia que, dos 15 profissionais, 7 são bolsistas de produtividade.

*Quadro 5 - Vinculação a grupo de pesquisa, classificação no CNPq, condição e IES*

---

<sup>84</sup> Ver Anexo 5 - Diretoria Executiva do CEDEPSS.

	NOME	CLASSIFICAÇÃO NO CNPq	VINCULAÇÃO A GRUPO DE PESQUISA	CONDIÇÃO	IES
01	Alba Maria Pinho de Carvalho	-----	NUMAPP - Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas	Pesquisadora	UFC
02	Aldaíza Sposati	-----	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade e Assistência Social	Líder	PUCSP
03	Ana Elizabete Mota	PQ 1C	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho - GET	Líder	UFPE
04	Beatriz Augusto de Paiva	-----	Observatório Latino Americano - OLA	Líder	UFSC
05	Berenice Rojas Couto	-----	Grupo de Pesquisa em Proteção Social e Direitos Sociais	Líder	PUCRS
06	Elaine Rossetti Behring	PQ 2	Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social - GOPSS Laboratório Integrado de Pesquisa do Centro de Estudos Octávio Ianni - LIPES/ CEOI Programa de Estudos e Pesquisa: Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e Centro de Estudos Octávio Ianni	Líder	UERJ
07	Ivanete Salete Boschetti	PQ 1C	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho	Líder	UNB
08	José Paulo Netto	-----	Programa de Estudos e Pesquisa: Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e Centro de Estudos Octávio Ianni	Pesquisador	UERJ
09	Maria Carmelita Yazbek	-----	Políticas de Assistência Social - Programas de Transferência de Renda no País (PROCAD entre PUC-SP/PUC-RS/UFMA)	Líder	PUCSP
10	Maria do Carmo Brant Carvalho	-----	-----	Pesquisadora	-----
11	Marilda Villela Iamamoto	PQ 1D	Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil Laboratório Integrado de Pesquisa do Centro de Estudos Octávio Ianni - LIPES/ CEOI Programa de Estudos e Pesquisa: Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e Centro de Estudos Octávio Ianni	Líder	UERJ
12	Odária Battini	PQ 1C	PROÉTICA: Serviço Social, Políticas Públicas e Prática profissional	Líder	PUCPR
13	Potyara Amazoneida Pereira Pereira	PQ 1B	Estudos Político-Sociais . POLITIZA	Líder	UNB
14	Raquel Raichelis	-----	Políticas de Assistência Social - Programas de Transferência de Renda no País (PROCAD entre PUC-SP/PUC-RS/UFMA)	Líder	PUCSP
15	Vicente de Paula Faleiros	PQ 1ª	Geracionalidade, imaginário e violência	Líder	UNB

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa, acesso em junho/2008

A natureza do trabalho no âmbito da universidade é o trabalho especificamente teórico-intelectual. Foi a inserção, na condição de docentes, de profissionais de Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional - mais exatamente: na carreira acadêmica (PAULO NETTO, 1991) - na década de 1960, no âmbito da graduação, e a partir da década de 1970 no âmbito da pós-

graduação, que produziu a possibilidade objetiva do investimento no trabalho teórico-intelectual no Serviço Social.

Os grupos de pesquisa liderados pelos profissionais ou nos quais os profissionais estão inseridos submetem-se à avaliação da produtividade. Observa-se que os critérios entre as diferentes áreas do conhecimento não são distintos. O risco da incorporação acrítica deste critério - *fundamentalmente quantitativo* - cria a ilusão da produção do conhecimento. O produto do conhecimento passa a ser algo que pode ser mensurado independentemente de seu valor intrínseco. O *volume* de trabalhos apresentados em eventos, de artigos publicados em periódicos, o número de orientandos passa a ser praticamente - mediante sua inscrição no *Currículo Lattes* - o *único* indicador do estatuto intelectual.

Esta condição não é exclusiva ao Serviço Social. Perpassa de forma geral todos os indivíduos sociais no interior da sociedade, com particularidades na universidade atual. É possível afirmar que, na atualidade, com o maior controle burocrático-administrativo sobre os docentes e pesquisadores, a sua margem de autonomia diminuiu, especialmente no que toca aos profissionais vinculados aos programas de pós-graduação mais expostos à lógica competitiva.

A concorrência entre os programas na disputa pelo "conceito Capes", pelas bolsas de estudo aos seus estudantes e demais recursos, imprimiu a lógica da competitividade na universidade pública. A (contra) Reforma do Estado (BEHRING, 2003) se faz sentir na crescente subordinação da universidade pública às exigências mercantis. Os profissionais que assumem a gestão das unidades acadêmicas (e também dos programas de pós-graduação, obviamente) necessitam administrar estas demandas, muitas vezes naturalizadas na imediatividade do cotidiano.

A expansão dos programas de pós-graduação evidenciada no Anexo 1 (Quadro 1) trouxe consigo a exigência de expansão dos mecanismos de divulgação

da produção acadêmica. Este também é um dos indicadores da incidência do “mercado” do ensino superior. No processo da nossa investigação, busquei identificar quais os periódicos hoje produzidos pela área de Serviço Social. A busca fez-se a partir do levantamento de todos os programas de pós-graduação, identificando seus canais de publicação, bem como de entidades da categoria (CFESS e ABESS-ABEPSS) e de outro organismo (CBCI SS)<sup>85</sup>.

Observa-se a expansão da edição de periódicos a partir da metade da década de 1990, simultaneamente à expansão dos programas de pós-graduação. Ao mesmo tempo em que ocorre esta expansão, que deve ser analisada de forma crítica, expande-se a inserção de profissionais que legitimam tais periódicos, constituindo-se especialistas da área que ocupam lugares nos conselhos editoriais. O grupo de profissionais que estamos considerando como vanguarda também tem assumido esta nova atividade. O Quadro 6, abaixo, apresenta o número de conselhos editoriais das quais estes profissionais fazem parte, considerando os 17 periódicos analisados<sup>86</sup>.

*Quadro 5 – Quantitativo da participação nos conselhos editoriais de periódicos da área de Serviço Social*

	NOME	Nº de Periódicos
--	------	------------------

<sup>85</sup> Ver Anexo 6 - Periodicidade, editora, avaliação *Qualis*, número total e identificação das publicações.

<sup>86</sup> Ver Anexo 7 - Listagem dos periódicos.

01	Alba Maria Pinho de Carvalho	02
02	Aldaíza Sposati	02
03	Ana Elizabete Mota	05
04	Beatriz Augusto de Paiva	01
05	Berenice Rojas Couto	05
06	Elaine Rossetti Behring	02
07	Ivanete Salete Boschetti	06
08	José Paulo Netto	06
09	Maria Carmelita Yazbek	09
10	Maria do Carmo Brant Carvalho	00
11	Marilda Villela Yamamoto	06
12	Odária Battini	02
13	Potyara Amazoneida Pereira Pereira	07
14	Raquel Raichelis	03
15	Vicente de Paula Faleiros	06

Fonte: Periódicos pesquisados

Um desafio colocado às publicações dos periódicos – a partir de data recente, submetidos a um novo instrumento de avaliação, patrocinado por agências de fomento à pesquisa, o *Qualis* - não tem sido apenas manter a regularidade das edições, mas sobretudo garantir sua distribuição. Conforme verificamos <sup>87</sup> apenas uma editora é comercial, a Cortez Editora; as demais são editoras universitárias e os periódicos das entidades da categoria também não dispõem de um sistema regular e eficiente de distribuição.

### **1.6. A vanguarda profissional e a nova concepção da assistência social**

Uma concepção, para ganhar legitimidade e hegemonia, necessita ganhar visibilidade pública, ser submetida ao debate. As novas concepções de Serviço Social e Assistência Social nasceram, como vimos (itens 1.1 e 1.2), no interior dos espaços acadêmicos. Como estas concepções ganharam autonomia e foram incorporadas como orientação teórico-metodológica posteriormente?

Destaquei, no que toca à nova concepção de Serviço Social, o espaço da organização profissional (item 1.3), com o papel desempenhado pelo Código de

---

<sup>87</sup> Ver Anexo 8 -

Ética de 1986, e o da formação profissional (item 1.4), quando aquela concepção é incorporada no novo currículo mínimo em 1982.

Para indicar como a vanguarda profissional fez extrapolar suas preocupações e produções para além da vida acadêmica, convém destacar, ainda na década de 1980, dois momentos relevantes para a categoria profissional: o V CBAS, realizado em São Paulo (SP), de 9 a 13 de dezembro de 1985 e o VI CBAS, realizado em Natal (RN), de 10 a 14 de abril de 1989.

Os eventos da categoria revelam-se momentos ímpares na catalização de posições e manifestações da categoria, expressando seu conteúdo político. Seguindo a deliberação do III CBAS, ambos os congressos foram organizados coletivamente por todas as entidades da categoria entre eles os estudantes. O V CBAS foi o primeiro congresso em que a ANAS, CFAS, ABESS e SESSUNE organizaram o evento, que teve a presença de representantes da ALAETS e CELATS.

No V CBAS, o destaque, naquilo que interessa à nossa investigação, foi a mesa “O Serviço Social nas relações sociais: a questão da assistência”, tendo como conferencistas as professoras Marilda Villela Yamamoto e a Alba Maria Pinho de Carvalho.

No contexto da Nova República, a problematização posta o foi nos seguintes termos: “Que rumos alternativos apontam para a ruptura com uma prática profissional controladora, subserviente, que não raras vezes nós encontramos no mercado de trabalho? [...] Por que assistência social?” (IAMAMOTO *in* ANAS, 1985, p. 36). A resposta foi dada argumentando com a apresentação de dados da realidade social, especialmente a condição da classe trabalhadora e a crise econômica posta na conjuntura política vigente.

Situando a vinculação da assistência no regime militar aos preceitos da segurança nacional, a conferencista retoma a concepção de que

o significado da assistência vai mais além das atividades em si mesmas que muitas vezes executamos como profissionais. Apreender esse significado social da assistência pública implica entender as relações estabelecidas entre o Estado e a Sociedade (*idem*, p. 42).

A problematização central de ambas as conferencistas referiu-se ao debate da cidadania. Nas palavras de I amamoto:

É comum verificarmos hoje, no seio da categoria profissional, a afirmação de que os serviços sociais são direitos sociais dos cidadãos, que não podem mais ser encarados como benesses de um caricato Estado de Bem-Estar Social. Verificamos, pois, a preocupação de apreender a assistência mais além da ideologia do assistencialismo, do favor, da filantropia do capital e do Estado em relação a seus chamados carentes, os necessitados. Aprofundar essa discussão parece-me fundamental. Hoje o próprio Estado assume o discurso da cidadania. Mas eu perguntaria: qual cidadania? (*Idem*, p. 46).

A conferencista contrapõe a cidadania liberal à cidadania social, didaticamente distinguindo uma referencialidade centrada apenas no indivíduo. Concluiu reforçando a luta do movimento social e sindical na politização das relações sociais “aproveitando as contradições da própria democracia burguesa, para avançar na constituição de uma sociedade de nova natureza, que se inscreva na luta pela democratização do cotidiano na vida social” (*idem*, p. 47).

A exposição de Carvalho, situando-se no contexto conjuntural da crise econômica, observou, citando o projeto “Primeiro Criança” do governo Sarney, “que a miséria se coloca como uma pressão potencial para o bloco no poder” (CARVALHO *in* ANAS, 1985, p. 48). Como estratégia para enfrentar a dupla pressão tanto da “miséria” quanto da “organização popular”, a conferencista destaca a ação do Estado de “institucionalizar os conflitos”, buscando se “modernizar dentro do contexto do capitalismo”. Nesta estratégia,

os mecanismos básicos dessa redefinição do Estado têm sido as políticas estatais, as políticas sociais, que, do ponto de vista dos interesses dominantes, mantendo intocados os interesses fundamentais do bloco no poder, assumem bandeiras de luta dos movimentos sociais e as necessidades imediatas de sobrevivência dos setores populares não organizados, que estão dispersos na sua luta individualizante (*Idem*, p. 50).

Ao expor o caráter estratégico de manutenção da dominação burguesa, a conferencista retoma a natureza contraditória do Estado, afirmando que “ao absorver determinadas necessidades, reivindicações e luta das classes dominadas, as políticas estatais atendem os interesses imediatos dos trabalhadores” (*idem*, p. 50).

Manifesta a conferencista a sua concepção de Serviço Social ao afirmar que

o Serviço Social, como profissão, está diretamente colocado nessa relação de enfrentamento do Estado com as classes trabalhadoras. Ele está no cerne desse enfrentamento, pois historicamente o assistente social se insere na sociedade como funcionário do Estado, chamado a viabilizar diferentes políticas sociais, para atuar com questões específicas: questão agrária, habitação, saúde, educação, previdência, do menor. Estas políticas concretizam a dinâmica contraditória do Estado no atendimento das necessidades e reivindicações das classes trabalhadoras, com a pretensão de amenizar os conflitos e de controlar a questão social (*idem*, p. 52).

A transcrição, aqui, dessas exposições objetiva reforçar a compreensão presente e manifesta do significado social da profissão e da particularidade de natureza da intervenção profissional no âmbito das “diferentes políticas sociais”. Aqui, aquela visão formulada no relatório do projeto de investigação da ABESS apresentado no item 1.4, na qual se apresenta o assistente social como “profissional da assistência” é confrontada, porém ainda não desmistificada. No final de sua exposição, a conferencista reconhece a assistência social como demanda e considera que o assistente social

[...] atuará dentro do Estado da Nova República, desenvolvendo efetivamente a assistência social em diferentes políticas sociais, tanto como demanda individual como demanda coletiva da clientela, como contribuindo para o avanço da luta dos trabalhadores, para o avanço da organização popular. [...] Nesse sentido, é preciso dar um salto qualitativo à nossa prática, de modo a trabalhar as políticas sociais numa perspectiva de classe. [...] Uma estratégia viável seria aliar o trabalho da assistência com o trabalho da educação política, em que, a partir das próprias discussões das políticas, se pudesse desmistificar o Estado, a sociedade e a face democrática do Estado (*idem*, p. 60).

A consciência teórica estava posta e publicizada numa conjuntura de intensos desafios para a categoria profissional. Destaco da exposição a referência feita à intervenção profissional no entendimento de que a assistência social seria realizada nas diferentes políticas sociais. Neste momento histórico, 1985, a assistência estava diluída nos orçamentos das demais políticas sociais, conforme pesquisa de Sposati *et al* (1985). O debate em torno da possibilidade da “assistência social” dispor de um *locus* específico na estrutura da administração pública será posterior.

O VI CBAS ocorreu num momento de grande efervescência política: era ano de eleições presidenciais e a Constituição Federal havia sido aprovada no ano anterior. Mais uma vez a assistência social, será tematizada na mesa “Assistência pública e privada do país e política social do Estado e do patronato: as alternativas propostas pelo movimento popular”, tendo como conferencistas as professoras Maria Carmelita Yazbek e Ana Elisabete Mota.

Iniciando sua exposição referindo-se a Marx, Yazbek situou sua exposição com o objetivo de “colocar em discussão a gestão capitalista da reprodução da força de trabalho e o seu modo de regular a questão social” (YAZBEK *in* ANAS 1991, p. 76). A conferencista desenvolveu sua exposição chamando a atenção para o “caleidoscópio” das políticas sociais no contexto das relações sociais e o Serviço Social como “mediação” neste espaço.

Chamou a atenção para a necessidade da profissão repensar a assistência social, situando-a como possibilidade, na luta pela cidadania, de acesso ao fundo público, entendendo ser um novo caminho para encaminhar a questão. Quando se refere à ação do Estado, distingue dois ângulos possíveis: como uma política específica ou como mecanismo presente no conjunto das políticas sociais. A conferencista lembra que, naquele momento, “como área específica da ação

governamental no âmbito do social, a assistência não tem sequer o estatuto de política social" (*idem*, p. 79).

Para Yazbek,

"[...] no conjunto desta ação, que se expressa em programas e práticas institucionalizadas, situa-se a assistente social como profissional da assistência, [...] É o desvelamento dessa mediação que vai permitir compreender o assistencial como um espaço contraditório [...]" (*Idem*, p. 80).

Segundo a conferencista, a luta de classes, expressa na luta por direitos de cidadania, se manifesta nesta relação contraditória na "mediação Estado/instituição/classes subalternas" (*idem*, p. 80).

A conferencista situou a conjuntura nacional do período, bem como a Constituição recém aprovada, especialmente os artigos que tratam da seguridade social e o artigo 6º, que dispõe sobre os direitos sociais. Ela finalizou sua exposição remetendo ao Serviço Social duas tarefas: os assistentes sociais devem orientar a sua intervenção para atender aos interesses dos usuários e intervir na ampliação e qualificação dos serviços, visando a universalização do seu acesso como direito social.

A exposição de Mota iniciou-se com a afirmação de que "trata-se, no nosso entender, de discutir o processo de gerenciamento das condições de reprodução da força de trabalho no interior do processo de produção e distribuição da riqueza" (Mota *in* ANAS, 1991, p. 84).

Situando as políticas sociais como respostas dadas pelas classes dominantes às classes subalternas, a conferencista retoma, na tradição brasileira, a "subsunção do direito à reprodução da vida à questão da ajuda" (*idem*, p. 84). Diante do padrão de pauperização da população e da restrição da ação do Estado, relembra que se opera um processo de seletividade, distinguindo "o operário" e "o pobre" e um duplo padrão de política social.

Segundo a conferencista,

para desvendar o significado material e político da assistência, temos de analisar as formas de inserção do trabalhador na produção bem como os meios utilizados pelos setores dominantes para gerenciar a reprodução da força de trabalho disponível (*idem*, p. 86).

Fundamentando-se na crítica da economia política, a conferencista lembra que “o trabalhador não participa da riqueza que ele próprio produziu. É exatamente aí que reside a contradição” (*idem, ibidem*).

Ao problematizar as relações sociais na particularidade brasileira, a conferencista conclui que os assistentes sociais “não tem no momento outro caminho a não ser discutir e defender a publicização dos serviços básicos, o fortalecimento dos fundos públicos e a defesa de interesses sociais e coletivos dos trabalhadores a eles” (*idem*, p. 90).

É com esta consciência teórica e política que a vanguarda da profissão tem trabalhado intensamente, desde a década de 1980, na crítica e ao mesmo tempo na intervenção na realidade brasileira, defendendo o aprofundamento da democracia e com alguns de seus representantes tendo em vista a superação da exploração de classe.

A conjuntura sócio-histórica, na sua conexão com a consciência teórica e com a ação política da vanguarda profissional, permitiu fazer emergir, como *possibilidade concreta*, para a categoria profissional, a *desfetichização* do Serviço Social e abriu o caminho para a ulterior *desfetichização* da assistência social.

## Capítulo 2

### **O ingresso da Assistência Social na agenda do Serviço Social**

Os anos 1990 iniciaram-se, para as classes dominantes do mundo, com o sabor da vitória. A queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, e a

dissolução da URSS, em 1991, foram por elas comemoradas como demarcando “o fim da história” (FUKUYAMA, 1992). A vitória do projeto societário sob o comando do capital passou a ser apregoada pelos seus defensores como a prova cabal de que a única via possível para a sociabilidade humana se constitui sobre o *livre mercado* – vale dizer: ganhou força a perenização do modo de produção capitalista.

No processo de dominação sobre um mundo à sua imagem e semelhança, a palavra de ordem do capital, ao nível internacional, foi a “flexibilização”. A desregulamentação político-democrática geral das relações econômicas internacionais e intra-nacionais, criando novas condições estruturais para a continuidade (ou, segundo alguns autores, para a reestruturação ou, ainda, a restauração) de seu projeto logo evidenciou que, nesta nova sociabilidade, não haveria lugar para todos (MARTIN e SCHUMANN, 1998).

O capital, revolucionando como sempre e permanentemente as forças produtivas sob seu controle, utilizando no seu exclusivo interesse as descobertas científicas e a capacidade criativa do trabalho humano, jogou toda a sua força, em todos os âmbitos da vida social, para a recuperação das suas taxas de lucro, em queda desde a crise recessiva geral de 1975-1976 (MANDEL, 1990). O resultado, na seqüência imediata, foi um aprofundamento da concentração e da centralização da renda e da riqueza socialmente produzida<sup>88</sup>.

Nesta quadra histórica, ficou claro que, se o desenvolvimento capitalista foi capaz de produzir riqueza nunca antes conhecida, também produziu o seu oposto, pobreza e desigualdade social não mais apenas nos países periféricos, mas também nos países centrais, com destaque para os Estados Unidos e os

---

<sup>88</sup> Os estudos expressam que “os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento dos 416 milhões de pessoas mais pobres.” (*Relatório do desenvolvimento humano, 2005*, p. 21). Em estudo recente sobre os ricos no Brasil, “identificou-se no contingente de 5 mil famílias a conformação de um volume patrimonial equivalente a 42% de todo o Produto Interno Bruto Brasileiro” (POCHMANN et al, 2004, p. 11).

países da União Européia. De fato, constatou-se que o abismo entre ricos e pobres aumentou em todos os continentes (HOBSBAWM, 1995).

Particularmente no que se refere à distribuição de renda, verificou-se que

a América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda. Segundo o BID, 5% da população recebe 25% do total nacional. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Mais ainda, apesar de ter um PIB *per capita* intermediário, a América Latina apresenta a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos e a menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta (ESTENSSORO, 2003, 119).

Na América Latina, ao longo dos anos 1990, um verdadeiro desastre social correspondeu à vitória do capital (cf. SOARES, 2003). Os “efeitos colaterais” do sistema não estavam mais circunscritos aos povos de economias menos desenvolvidas e dependentes. A “globalização” da economia necessariamente foi a “globalização” das suas contradições, podendo ser “vistas em tempo real” em todo o planeta. A “compressão tempo/espço” (HARVEY, 1993) pôs abaixo as barreiras cronológicas e tópicas, as possibilidades de intercâmbio e se, por um lado favoreceram o livre trânsito de mercadorias, também viabilizaram novos patamares de socialização da produção cultural e intelectual – mas, agora, sob um comando antes desconhecido do capital.

A capacidade organizativa dos trabalhadores e as conquistas sociais efetivadas nos “30 anos gloriosos”, que impuseram a intervenção do Estado na regulação das contradições do processo de acumulação, tiveram sua força de resistência e oposição reduzidas, experimentando, em especial após a transição dos anos 1980/1990, um grande enfraquecimento.

Criadas em julho de 1944 em Bretton Woods (EUA), ganhando nova dimensão a partir de 1971, as duas principais “agências multilaterais” do sistema financeiro internacional - Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - arrogaram-se, nos anos 1990, a “gestão da crise”. Seus agentes tornaram-se os

grandes “técnicos” com poder de definir o destino de milhões de trabalhadores nos vários continentes, submetendo governos nacionais às terapias visando à “saúde” do sistema (CHOSSUDODOVSKI, 1999).

Atribuindo a crise econômico-social à gestão estatal ou à sua ineficiência, ao longo da década de 1990, uma verdadeira campanha ideológica pregou a “satanização do Estado” e a “divinização do mercado”, desencadeando o enfraquecimento dos governos locais subordinados à economia globalizada (cf. BORÓN, 1994). Alternando-se as crises no processo de acumulação capitalista, a crise mundial de 1973-1974, que redundaria, dois anos depois, numa recessão generalizada, marcou no “sismógrafo da história” um índice crítico, que requisitou imperativamente a reorganização dos seus parâmetros (MANDEL, 1982, p 29). Após “trinta anos gloriosos” de crescimento econômico, instaurou-se uma fase de estagnação econômica que encontrou na década de 1990, depois dos impedimentos antes postos pela existência do “socialismo real” desbloqueados, as condições para retomar as taxas de lucro antes alcançadas.

As novas relações engendradas no mercado mundial e operadas agora pela dominância do capital financeiro foram instrumentalizadas através da pressão do sistema financeiro e sua política de crédito internacional sobre os Bancos Centrais das economias nacionais. O pagamento dos juros das dívidas externas, especialmente dos países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990, contribuiu para hipertrofiar o poder das finanças. Este processo gerou o crescimento do capital financeiro que, sobre bases fictícias e especulativas, criou uma riqueza mais volátil e mais vulnerável aos “riscos do mercado”.

Nos anos 1990, as notícias diárias sobre o “mercado de ações”, a “valorização das Bolsas”, a “cotação” das “moedas fortes” etc. passaram a fazer parte da vida cotidiana dos cidadãos comuns que, embora não apreendendo seu

funcionamento, sentiam na prática o processo crescente de pauperização<sup>89</sup> e a queda do poder aquisitivo.

Se a década iniciou com o fim da ameaça de uma possível III Guerra Mundial, com o final da “guerra fria” produzindo um aparente ambiente pacífico, “os anos que se seguiram a 1989 viram mais operações militares em mais partes da Europa, Ásia e África do que qualquer um pode lembrar [...]. Em suma, o perigo de guerra global não havia desaparecido. Apenas mudara” (HOBSBAWM, 1995, p. 538-9). O desenvolvimento científico e tecnológico a serviço da indústria bélica continuou dinamizando a economia capitalista e fortalecendo os interesses imperialistas.

O capitalismo monopolista já explicitara “ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados” (PAULO NETTO, 1992, p. 20). As contradições que este processo deflagrara anteriormente são inerentes ao processo de acumulação; a *lei geral da acumulação capitalista* desvendada por Marx viera se realizando com necessidade férrea, demandando “mecanismos de intervenção extra-econômicos” (*idem*). Nas novas condições da “globalização”, as implicações contidas nos processos historicamente precedentes foram potencializadas.

---

<sup>89</sup> “Quaisquer que sejam, porém, os indicadores utilizados, assinala-se a pobreza como constitutiva das sociedades latino-americanas. Se, em 1987, o Banco Mundial contava na América Latina 70 milhões de *pobres* e 50 milhões de *indigentes*, em 1996 o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD* estimava que, em meados dos anos noventa do século passado, na América Latina viviam 110 milhões de pessoas viviam abaixo da *linha de pobreza* (dois dólares diários por pessoa), o que representava 24% da população do subcontinente; números da *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe/CEPAL*, referentes a 2002, apontavam que 43% da população latino-americana constitui-se de pobres, fora os 18,6% de indigentes. Na última década, havia no subcontinente 42 milhões de adultos analfabetos, 55 milhões de pessoas sem acesso a serviços de saúde, 109 milhões sem serviços de água potável, 5 milhões de crianças com menos de cinco anos subnutridas e 36 milhões de pessoas sem esperança de viver mais de 40 anos; e dados colhidos em 2004 pela CEPAL indicavam que 44% da população do subcontinente residiam em favelas ou áreas com precária infra-estrutura” (PAULO NETTO, 2007, p. 141).

Se a lógica que explica a década de 1990 é a lógica da desregulamentação e flexibilização das relações econômicas, impactando todas as dimensões da vida social nos planos macro e microssocietário, tal lógica encontrou a sociedade brasileira em pleno momento de regulamentação da Constituição Federal de 1988 – isto é: do ponto de vista da conjuntura mundial, estávamos na contra-corrente da história. Os governos brasileiros na década de 1990 regulamentaram os direitos sociais garantidos constitucionalmente num contexto macrosocietário no qual sua restrição, tendo em vista as determinações do Estado mínimo, era o “receituário” das “agências multilaterais”, que operavam num sentido inverso<sup>90</sup>.

Em 1990, a primeira medida tomada pela equipe econômica de Collor foi confiscar a poupança do povo, convencendo a opinião pública de que todos deveriam participar deste esforço. Esta medida antipopular, juntamente com sua política de abertura da economia brasileira ao capital internacional, gerando a falência de indústrias nacionais, criou as condições para o descontentamento com seu governo. Aliando-se este contexto às denúncias de corrupção, o governo Collor teve vida curta, porém as medidas implementadas deram a direção dos governos posteriores: implementação do neoliberalismo. Recorde-se, ainda, que Collor iniciou o desmonte da administração pública brasileira, extinguindo órgãos, fundindo outros e culpabilizando os servidores públicos pela ineficiência dos serviços.

O histórico abandono do Estado no interior do país criou uma demanda pela emancipação política de antigos distritos municipais que passaram a reivindicar

---

<sup>90</sup> No âmbito da legislação social foram aprovadas as seguintes leis: Decreto n. 99.274, de 06/06/1990, **regulamenta a política nacional do meio ambiente, Lei Orgânica da Saúde**, Lei n. 8.080, de 19/09/1990, **Lei da Participação na Gestão do SUS**, Lei n. 8.142, de 28/12/1990, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei n. 8.069, de 13/07/1990, **Código de Defesa do Consumidor**, Lei n. 8.078, de 11/09/1990, **Lei Orgânica da Seguridade Social**, Lei n. 8.212, de 24/07/1991, **Lei Orgânica da Previdência Social**, lei n. 8.213, de 24/07/1991. O projeto de lei da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS foi integralmente vetado em 1990. Ao serem aprovadas, desencadeou-se um processo de adequação de estados e municípios à nova legislação social trazendo as mesmas exigências para todos os municípios, independentemente de seu porte.

maior presença dos serviços públicos. O processo de criação de novos municípios, mesmo sem condições político-administrativas de responder às exigências da administração pública, trouxe nova configuração político-administrativa para o país. Tal processo de emancipação reforçou a cultura política de tradição oligárquica no âmbito local. Neste processo predominou a ação de deputados estaduais e federais buscando garantir sua base de sustentação política <sup>91</sup>. O processo de definição das leis orgânicas municipais alterou a relação entre os entes da federação, trazendo nova realidade no debate sobre o processo de municipalização. O debate sobre o poder local e descentralização promovido nos anos 1970 e 1980 pelo movimento municipalista inicialmente vinculado ao MDB, encontrou nos anos 1990 outro teor, agora ressignificado no espírito da desresponsabilização do Estado com os serviços sociais e sua crescente privatização.

As denúncias de corrupção e o descontentamento com o governo Collor por parte das elites vinculadas à burguesia nacional, bem como suas medidas antipopulares, foram a base para proposta de *impeachment* do presidente. O movimento pelo *impeachment* de Collor de Melo mobilizou a população, ganhou adesão popular e em 1992 o mandato do presidente foi cassado. O vice-presidente I tamar Franco assumiu o mandato até 1994,

A mobilização popular pelo *impeachment* de Collor derivou num movimento nacional, multipartidário, pela *Ética na Política*, contribuindo para aglutinar as forças de oposição desarticuladas nacionalmente desde as eleições presidenciais de 1989.

---

<sup>91</sup> A configuração político-administrativa dos municípios, conforme a Constituição de 1988 "entes da Federação", alterou-se bastante no início dos anos 1990. O debate progressista do poder local durante a década de 1980 propiciou a descentralização/municipalização. Na sua implementação posterior, forjou-se a criação de municípios sem a necessária autonomia, financeira e de recursos humanas, para ofertar serviços à população, reforçando a dependência dos grupos políticos dominantes ao nível local. Atualmente, o país possui 5.565 municípios, sendo 75% destes considerados de pequeno porte com menos de 20 mil habitantes.

Foi neste contexto que a fome e a miséria do povo brasileiro foram explicitadas como refrações da “questão social”. O movimento nacional *Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida* protagonizou, no contexto das organizações da sociedade civil, a colocação na agenda pública da pobreza e da miséria, que, naquele contexto, ao reforçarem a ação das organizações não-governamentais – ONGs, reforçaram inintencionalmente a lógica da “satanização” do Estado.

O governo Itamar incorporou o debate da sociedade civil criando, pelo Decreto n. 807, de 24/04/1993, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, conselho de caráter consultivo vinculado à Presidência da República com a finalidade de propor diretrizes para as ações, do Estado e da sociedade civil, no âmbito da alimentação e nutrição.

No governo Itamar Franco, depois de 5 anos de mobilização os setores da área, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei n. 8.742, de 07/12/1993 foi aprovada, regulamentando os artigos 203 e 204 da Constituição de 1988. No âmbito da Seguridade Social, a LOAS foi a última legislação a ser definida. Também teve aprovação no governo Itamar a Lei da Política Nacional do Idoso, Lei n. 8.842, de 04/01/1994.

No âmbito econômico, em 1994 foi implementado o Plano Real. Depois de uma série de planos, a partir deste ano a estabilização da moeda bem como o controle da inflação trouxeram segurança ao contexto cada vez mais inseguro e vulnerável da economia.

Neste ano, com o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda do governo Itamar, foi eleito Presidente da República, derrotando no segundo turno Luis Inácio Lula da Silva, candidato pela segunda vez.

O dia da posse de Fernando Henrique Cardoso foi definidor no âmbito da política social que seria implementada. A edição da Medida Provisória 813, de

01/01/1995 criou o Programa Comunidade Solidária, extinguiu a Legião Brasileira de Assistência - LBA, o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - CBI A, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA e o Ministério de Bem-Estar Social - MBES. Durante os 8 anos de seu governo, a diretriz estratégica foi a ênfase nas ações do chamado "terceiro setor", estimulando as ações diretas dos programas sociais via ONGs e reduzindo o gasto social do Estado no âmbito social através da focalização e seletividade das ações assistenciais (cf. LESBAUPI N, org., 1999, BEHRING, 2003 e BOSCHETTI, 2007).

Em 03/05/1995 os petroleiros entraram numa greve que durou 32 dias - com o governo FHC numa posição irredutível, apelando inclusive para a ocupação militar das instalações das refinarias e criminalizando a ação sindical. Este episódio revestiu-se de uma significação emblemática - daí em diante, o movimento sindical entrou numa conjuntura claramente defensiva.

A tônica dos governos FHC foi operar a chamada Reforma do Estado - como veremos a seguir, tratou-se de um processo de Contra-Reformas pois, de fato, os princípios e diretrizes definidos constitucionalmente para a garantia de direitos sociais pelo Estado foram esvaziados de sua dimensão universalista (BEHRING, 2003 e BATISTA, 1999). Também neste período, a atividade legiferante por iniciativa do Executivo foi intensa <sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Durante o governo FHC, no âmbito da legislação social, foram aprovados o Decreto n. 1.948, de 03/07/1996 que regulamenta a Política Nacional do Idoso; a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394, de 20/12/1996; o Decreto n. 3.298, de 20/12/1999 que regulamenta a lei que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9.795, de 27/04/1999; a Lei da Pessoa Portadora de Transtornos Mentais e Redirecionamento do Modelo Assistencial em Saúde Mental, Lei n. 10.216, de 6/04/2001; o Decreto n. 3.952, de 04/10/2001, que cria o Conselho Nacional de Combate à Discriminação; o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257, de 10/07/2001.

Além da legislação neste âmbito, outras leis merecem destaque: a lei que dispõe sobre o serviço voluntário, Lei nº 9.608, de 18/02/1998, a legislação que dispõe sobre as Organizações Sociais - OS, Lei nº 9.637, de 15/05/1998 e a lei que qualifica as ONGs como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, Lei nº 9.790, de 23/03/1999 (GOMES, 1999), bem como a Lei Complementar de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A intensidade do processo de regulamentação da legislação infraconstitucional na década de 1990 se deu num contexto de aparente “defesa de direitos” que objetivamente criaram novos aparatos jurídicos, configuradores de uma nova organização político administrativa para o Estado brasileiro<sup>93</sup>.

Para este período é imprópria a designação de um “período de desregulamentação” - não se trata de falta de regulamentação no Brasil. Talvez nunca tenha se falado e realizado tanto em legislação e ao mesmo tempo nunca os direitos proclamados foram tão negados. O aparato jurídico construído reflete o reconhecimento expresso das contradições e necessidades sociais, porém não são nem adequados nem suficientes para sua efetivação, inclusive carecendo de força social para dar-lhes materialidade.

Esse ímpeto legiferante reflete uma forma de enfrentamento das expressões da “questão social” que, de forma fragmentada, cria políticas setoriais ocultando a natureza própria da “questão social” e a impede de ser apreendida como totalidade.

Vale lembrar o que um estudioso da política social no Brasil observou com relação ao passado e ao presente: analisando o período que vai da ditadura de Getúlio com influências até depois de sua morte (1954), caracteriza-o como período de “controle da política”; no período que vai da ditadura militar de 1964 a 1988, caracteriza-o como período de “política do controle”. O autor afirma que

nesses dois períodos, a política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade. A política social acha-se no terceiro período de existência no Brasil, depois de 1988, que chamo de *política social sem direitos sociais* (VIEIRA, 1997, p. 68)

---

<sup>93</sup> Historicamente se observou que, “substantivamente, o giro que a organização monopólica da sociedade-burguesa conferiu ao enfrentamento das refrações da “questão social” deriva da contínua, sistemática e estratégica intervenção estatal sobre elas” (PAULO NETTO, 1992, p 30).

Precisamente nesta conjuntura, a vanguarda profissional do Serviço Social, capitalizando a sua mobilização e as conquistas que vinham do “Congresso da Virada”, renovou as bases legais da sua inserção sócio-ocupacional, os seus compromissos ético-políticos e o desenho da sua reprodução, mediante novas normativas para a formação profissional. Foi nela, igualmente, que os assistentes sociais participaram ativamente, junto com demais organizações, do processo de definição da LOAS e sua implementação na década de 1990.

Neste processo, a vanguarda profissional adensou praticamente a desfetichização do Serviço Social e, com a inserção da problemática da Assistência Social no âmbito da política social – avanço prenunciado no trabalho do grupo de docentes/pesquisadoras da PUC-SP -, inseriu-a desfetichizadamente na agenda profissional.

## **2.1 Serviço Social: novas bases profissionais**

A possibilidade da revisão crítica do Serviço Social brasileiro se deu, como vimos, pela apreensão de uma nova concepção de história baseada na tradição marxista. Nesta perspectiva,

é a história social, resultado da ação dos homens na produção e reprodução da sua vida material e espiritual, tendo no trabalho a forma primária de manifestação da vida, que funda o chão no qual a profissão irá se desenvolver. É essa concepção materialista da história, que enfrenta a visão hegemônica (legado cultural do positivismo) de uma história cronológica, linear, evolutiva e sem sujeito, que fornece à profissão os suportes teórico-metodológicos para sua revisão crítica (GUERRA, 2004, p. 26/27).

A possibilidade histórica de construção do que posteriormente denominou-se *projeto ético-político profissional* já se deu no contexto de democratização do país (cf. BONETTI et al, 1996; IAMAMOTO, 1998; NETTO, 1999 e BARROCO,

2001). O processo de implementação do currículo mínimo de 1982 e do novo Código de Ética de 1986, ambos com direção social definida como anti-conservadora, bem como a organização político-corporativa da categoria (ANAS, ABESS, CFAS/CRAS, SESSUNE), criaram as bases para a formulação do projeto profissional que se definiu com mais clareza na década de 1990 <sup>94</sup>.

É de domínio público da categoria profissional a referência às novas bases legais que legitimam a profissão a partir da década de 1990: a nova lei de regulamentação da profissão, Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 <sup>95</sup>; o novo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado pela Resolução nº 273, de 13 de março de 1993 e a revisão das Diretrizes Curriculares aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária da ABESS, de 8 de novembro de 1996 <sup>96</sup>.

A definição das novas bases legais da profissão se deu através de processos distintos. O debate pela necessidade da definição das atribuições profissionais, iniciado sob o manto da *perspectiva modernizadora*, ganhou novo impulso depois de 1991, mobilizando a categoria no país.

Ainda em 1971, a categoria debateu, durante a realização do IV Encontro Nacional CFAS/CRAS, o primeiro anteprojeto para nova lei de regulamentação, só encaminhado posteriormente ao Congresso, em 1986. Este foi arquivado devido à instalação do processo constituinte. Em 1989, no contexto do

<sup>94</sup> “No caso do Serviço Social, o rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, prenhe de diversidades, mas que acabou, ao longo da década de oitenta e na entrada dos anos noventa, por gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir (e que vem ganhando corpo desde a última eleição presidencial) – direção suficientemente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde março de 1993: direção que pondo como valor central a *liberdade*, fundada numa ontologia do ser social assentada no *trabalho*, toma como princípios fundamentais a *democracia* e o *pluralismo* e, posicionando-se em favor da *equidade* e da *justiça social*, opta ‘por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero’ (CFAS, 1993 : 11)” (PAULO NETTO, 1996, p. 116-7).

<sup>95</sup> Esta lei revogou a primeira lei que regulamentou a profissão no Brasil, Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

<sup>96</sup> Depois de aprovada na assembléia da ABESS, a proposta das novas Diretrizes Curriculares foi encaminhada ao Ministério de Educação – MEC, sendo aprovadas apenas em 2001, com significativas mudanças em relação à proposta encaminhada (cf. I AMAMOTO, 2002 e 2007).

compromisso político da categoria definido no Código de Ética de 1986, foi encaminhado novo projeto de lei (PL nº 3.903/89). Em 1991, por ocasião da tramitação na pertinente comissão do Senado Federal, houve a proposição de um projeto substitutivo ao original, mobilizando a categoria durante o ano de 1992 na discussão do conteúdo da proposição. No VII CBAS, em São Paulo, e no XX Encontro Nacional CFAS/CRAS, em Goiânia, ambos em 1992, a categoria debateu o projeto que foi posteriormente aprovado no Congresso Nacional através da Lei nº 8.662, em 7/6/93.

No que tange às atribuições profissionais, a representação corporativa da categoria defendeu um princípio claro para orientar a institucionalização legal do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social:

É sabido ainda que a ação profissional do assistente social possui seu locus prioritário, posto pela divisão sociotécnica do trabalho, no planejamento e na execução das políticas sociais, e que a dimensão política da profissão ganha aí relevância e reconhecimento inquestionáveis (CFESS, 1996, 179).

A aprovação da nova lei de regulamentação da profissão definiu no artigo 4º as competências profissionais e, para a minha argumentação, destaco:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas entidades e organizações populares; [...] IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; [...] XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviço sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CRESS - 11ª Região, 2003, p. 7-8).

Destaco especialmente estes aspectos legais porque, em meu entender, *a lei que regulamenta a profissão incorpora a nova concepção de Serviço Social* (que debati anteriormente - cf. item 1.1), colocando as *políticas sociais* como espaço sócio-ocupacional no qual o assistente social tem a possibilidade de desenvolver sua intervenção profissional. Ressalto novamente que esta concepção

foi sendo construída ao longo dos anos 1980, encontrando-se no debate da categoria, inclusive desbordando os limites da vanguarda que o promoveu. Apenas a título de ilustração, além da pesquisa pioneira de Faleiros (1980) – este um representante da vanguarda –, deve-se citar o contributo oferecido em CFAS (1979), Souza (1979), Rico (1979), Teixeira (1979, 1980), Costa (1979), Marques (1980), Pereira – esta, outra representante da vanguarda – e Paiva (1981).

A ênfase que atribuo a esta incorporação tem uma razão de ser: entendo que é de fundamental importância distinguir o reconhecimento das *políticas sociais* como campo próprio da intervenção do assistente social da concepção segundo a qual “o assistente social é o profissional da assistência”, ainda presente no relatório da pesquisa realizada pela ABESS em 1983 (cf., *supra*, o item 1.4).

Avançando na investigação de Iamamoto & Carvalho de 1982, a pesquisa de Paulo Netto publicada em 1992, sustenta que

é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalidade do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à racionalização da filantropia nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura, só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos. [...] O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais (PAULO NETTO, 1992, p. 69-70).

Como aí se registra, as condições sócio-históricas, marcadas pelo capitalismo monopolista e a constituição do Estado a ele funcional, têm no enfrentamento das expressões da “questão social” através das políticas sociais o espaço no qual o Serviço Social teve sua gênese e profissionalização. Este espaço de intervenção requer procedimentos técnico-operativos tanto na dimensão da formulação quanto da implementação de políticas sociais. O mesmo autor considera que nesta última dimensão,

onde a natureza da prática técnica é essencialmente executiva, põe-se a demanda de atores da mais variada ordem, entre os quais aqueles que se alocam prioritariamente no patamar terminal da ação executiva – o ponto em que os diversos vulnerabilizados pelas seqüelas e refrações da ‘questão social’ recebem a direta e imediata resposta articulada nas políticas sociais setoriais. Neste âmbito está posto o mercado de trabalho para o assistente social: ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais (idem, p. 70-71).

Com esta concepção, entendo que foram postas as bases histórico-teórico-metodológicas que explicam a natureza do Serviço Social. Fruto do acúmulo de conhecimentos produzidos na área e da radical apreensão da obra marxiana, esta concepção deu nova inteligibilidade à relação Serviço Social e Política Social <sup>97</sup> e ao fazê-lo, redimensionou a relação Serviço Social e Assistência Social.

A tese que explica a natureza do Serviço Social pelo desenvolvimento linear da “racionalização da assistência”, caracterizadora de uma visão endógena da gênese e do desenvolvimento profissional (cf. MONTAÑO, 2007), foi confrontada com uma nova concepção. Nesta última, a profissão não nasce a partir do desenvolvimento linear da assistência, da filantropia, da caridade, mas

---

<sup>97</sup> Para o autor “é a política social do Estado burguês no capitalismo (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da ‘questão social’, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (PAULO NETTO, 10x992, p. 26)

justamente com o rompimento com tais práticas. A profissionalidade do Serviço Social passa a se explicar, legitimada na divisão social (e técnica) do trabalho, quando, no âmbito da ação do Estado e no marco das contradições postas pelo capitalismo monopolista, este inicia sua intervenção nas expressões da “questão social” através de políticas sociais. O autor, analisando este processo, destaca que a necessária intervenção do Estado, possui tanto uma função política quanto econômica. As respostas criadas pelo Estado, tanto na dimensão política quanto econômica, visam manter o limite da coesão e da reprodução social da classe trabalhadora, fazendo transparecer sua aparente neutralidade na luta de classes.

A partir desta concepção, sustentar a noção de que o assistente social é o “profissional da assistência” contribui para reforçar o conservadorismo, com todas as suas implicações. Somente situando o nascimento da profissão no momento particular do capitalismo monopolista e da intervenção do Estado nas expressões da “questão social” via políticas sociais, com claros componentes de manutenção da ordem burguesa, é que a real dimensão da profissão se esclarece, bem como sua profissionalização na sociedade. Mais exatamente: uma inteira desfetichização do Serviço Social só é possível nesta perspectiva analítica.

Ainda dois outros aspectos merecem ser destacados nesta concepção. Primeiramente, a forma pela qual o Estado enfrenta as expressões da “questão social”, tomadas como *problemas sociais* individualizados e naturalizados; esta forma necessariamente a fragmenta e a parcializando <sup>98</sup>, sem a apreensão dos seus nexos causais. De outra forma (ou seja: tomando como base o próprio modo de produção capitalista e seu sistema de relações) a intervenção do Estado burguês seria impossível, uma vez que revelaria a sua natureza de classe. Além

---

<sup>98</sup> “Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais [...] Assim, a ‘questão social’ é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção” (PAULO NETTO, 1992, p. 28).

deste aspecto, cabe ressaltar que o enfrentamento das refrações da “questão social” de forma fragmentada e parcializada pelo Estado, via políticas sociais, também gera a fragmentação das diferentes profissões que foram criadas e regulamentadas para enfrentar tais seqüelas.

Quando a lei de regulamentação da profissão, aprovada em 1993, definiu como competência profissional, entre outras, “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares” (CRESS 11ª Região, 2003), formalizou um espaço de intervenção (e não só) para a profissão e, ao mesmo tempo, criou as condições concretas de sua inserção no mercado de trabalho, legitimando-a socialmente. *A legislação não se refere a nenhuma política específica, rompendo objetivamente com a compreensão de que o assistente social é o profissional da assistência.*

Tal legislação reforça a concepção do significado social da profissão apresentada por Iamamoto & Carvalho em 1982, bem como a tese de Paulo Netto em 1992. Reconstruir estes nexos explicativos justifica-se na atualidade pelo fato desta “incompreensão” ou “redução” ainda permanecer tanto na sociedade quanto no meio profissional. Tal necessidade se amplia diante do crescimento do mercado de trabalho na área da política de assistência social e na precarização da formação profissional que se tem observado e que será alvo de referência mais adiante.

Ainda no âmbito da legislação profissional, cumpre mencionar o Código de Ética. Tal legislação define que cabe ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS a aprovação do Código de Ética Profissional (Cf. artigo 8º, inciso IV). A necessidade de revisão do Código de Ética de 1986 era sentida desde o final dos anos 1980. Na gestão 1990-1993, o Conselho organizou dois seminários nacionais de ética, (1991 e 1992), além de um debate específico durante do VII CBAS

(1992), envolvendo CFESS/CRESS, ABESS, ANAS e SESSUNE. Desses debates é que resultou a revisão do Código de 1986 – o novo Código, de 1993.

Este Código de Ética expressou o processo de renovação do Serviço Social no Brasil mantendo as conquistas de 1986; de fato, o novo Código de Ética,

reafirmando os seus [do Código anterior] valores fundamentais – a liberdade e a justiça social –, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais, e das tendências à autonomia e à autogestão social (BONETTI et al, 1996, p. 216-7).

O novo Código de Ética tem como fundamento a ética como expressão de uma ontologia do ser social cujos valores são determinações da prática social, expressa no trabalho. Tal concepção

contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação (*idem*, p. 217).

A introdução deste diploma legal ressalta que

cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada teoricamente das derivações ético-políticas do agir profissional (*idem*, p. 217).

Para além de uma normatização que orienta o exercício profissional, o novo Código introduziu uma direção teórico-metodológica e ético-política à ação técnico-operativa. O destaque são os onze princípios fundamentais que expressam um projeto profissional, um *dever ser* que orienta o exercício profissional. Quando os assistentes sociais brasileiros definem a sua “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (*idem*, p. 218), colocam no horizonte a superação do capitalismo.

Também aqui, para a conquista deste significativo avanço, envolveram-se pesquisadores sem cuja produção e intervenção o novo Código seria impensável – destaque, novamente a título de ilustração, os trabalhos reunidos *in* Bonnetti et al (1996), além de Koike (1993), Barroco (2001) e, sobretudo, a produção do CFESS (em especial, CFESS, 1996 e 2003).

Enfim, cabe mencionar a dimensão da legislação que se refere à formação profissional. Em 1991, o Movimento Estudantil em Serviço Social - MESS, coordenado pela SESSUNE, realizou o XII ENESS, na UFMT (Cuiabá), com o tema “Serviço Social no Desafio do Novo”, tematizando a formação profissional. Da sistematização deste debate, foi lançado o “Anteprojeto da Campanha Nacional pela Reestruturação da Formação do Assistente Social no Brasil” encaminhado à ABESS no ulterior processo de debate sobre a revisão curricular (cf. BRAZ e MATOS, 2008).

Em 1994, na seqüência de deliberações anteriores <sup>99</sup>, a ABESS iniciou um processo debate referente à revisão curricular envolvendo todas as unidades de ensino filiadas, realizando entre 1994 e 1996 aproximadamente 200 oficinas locais nas 67 unidades acadêmicas, 25 oficinas regionais e 2 nacionais. O documento final deste processo de construção foi apreciado e aprovado na Assembléia Geral da ABESS, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996. Um dos pressupostos explicitados neste documento é expresso nos seguintes termos:

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista (ABESS, 1997, p. 60).

---

<sup>99</sup> A XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, realizada em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982.

Ressalto nesta concepção o acúmulo da produção dos autores citados anteriormente, numa concepção que apreende o Serviço Social na historicidade da relação entre as classes sociais. O documento apresenta princípios e diretrizes e uma nova lógica curricular que organiza as disciplinas em três núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O documento definiu todas as matérias e respectivas ementas, cabendo destacar o conteúdo das matérias de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos <sup>100</sup> e a disciplina de Política Social <sup>101</sup>. Observa-se, pelo caráter desta última ementa, que nela foi incorporada a concepção mais avançada da profissão, sem que se remeta a uma relação direta Serviço Social/Assistência Social. No âmbito da formação profissional, na análise documental das diretrizes curriculares aprovadas pela categoria, não comparece nenhuma relação que identifique a profissão com a política de assistência social.

No mesmo ano (1996) em que as Diretrizes Curriculares foram definidas pela representação dos profissionais docentes, supervisores de estágio e estudantes, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDB. Trata-se de uma das legislações sociais infra-constitucionais que mais tempo levou para ser regulamentada, o que expressa o intenso debate no

---

<sup>100</sup> “Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos” (ABESS, 1997, p. 70).

<sup>101</sup> “As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho”. (ABESS, 1997, p. 70).

Congresso Nacional referente à questão da educação. A lógica do mercado e a privatização da educação foram vencedoras na orientação da LDB.

Neste contexto, as organizações da categoria se posicionaram mobilizando especialmente docentes e estudantes através das publicações dos Cadernos ABESS e *Temporalis*. Em 1997, o documento aprovado pela categoria no ano anterior, "Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social", foi encaminhado ao MEC/CNE mantendo interlocução com a área através da Comissão de Especialistas <sup>102</sup>. Esta tinha como tarefa organizar o documento aprovado pela assembléia da ABESS nos padrões definidos pelas resoluções do MEC e representar, nesta instância, o Serviço Social brasileiro.

O processo de definição das Diretrizes Curriculares tramitou por 5 anos, sendo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação através do Parecer nº CNE/CES 492/2001, de 03/04/2001 e Resolução nº 15, de 13/03/2002. Ora, já então - de fato, desde 1998 - o governo FHC implementou sua política de ensino superior voltada para privatização, facilitando ainda mais a conversão desta área num campo para investimentos capitalistas voltados descaradamente para a exploração mercantil. Os resultados desta política, nefastos para o conjunto da formação universitária no país, revelaram-se extremamente deletérios para a formação profissional em Serviço Social - a partir de 1998, os cursos de Serviço Social como que explodiram no país, com um crescimento exponencial das instituições privadas de caráter realmente comercial; uma especialista, indicando dados dos anos seguintes - aqueles nos quais já se fizeram sentir os efeitos da política educacional implementada a partir de 1998 - oferece o seguinte

---

<sup>102</sup> Esta comissão foi composta por Marilda Yamamoto - como já vimos, representante da vanguarda profissional -, Mariângela Belfiore-Wanderley e Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo.

*Quadro 1 - Evolução dos cursos de Serviço Social e sua natureza pública e privada*

**2002-2004**

Ano	Instituições privadas	%	Instituições públicas	%	Total de cursos de S. Social
2002	76	68,47	35	31,53	111
2004	133	76,44	41	23,66	174
<b>Aumento</b>	nº	+ 57	-	+6	+ 63
	%	75%	-	17,14%	56,75%

e faz o comentário que o elucida:

Conforme dados do INEP, existia, em 2002, um total de 111 cursos de Serviço Social, sendo 76 (68,47%) oferecidos por instituições privadas e 35 (31,53%) por instituições públicas. Em dois anos, registrou-se um crescimento total dos cursos em 56,75%, enquanto os cursos em instituições privadas cresceram 75% e os cursos em instituições públicas cresceram 17,14%, o que confirma a tendência de privatização do ensino superior público no país, antes assinalada, na área de Serviço Social (I AMAMOTO, intervenção no X ENPESS, Porto Alegre, 2004).

De todas estas notações – relativas à legislação profissional, isto é, as bases legais envolvendo a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética e a formação, através das Diretrizes Curriculares (que o MEC desnaturou, retirando-lhes o caráter imperativo) -, o que ressalta é a *tensão* entre um processo de regulamentação que marcou conquistas da categoria profissional e o quadro geral de “flexibilização” dominante na conjuntura internacional própria dos anos 1990 e que passou a refletir-se no país especialmente com o governo FHC. Esta tensão mostra o equívoco das leituras lineares dos processos sociais, inclusive os profissionais – de fato, a década de 1990, para os assistentes sociais brasileiros, assinalou especialmente avanços. Não afirmo que assinalou *exclusivamente* avanços – a contra-reforma do Estado já estava em marcha. O balanço final, todavia, deve sublinhar que, já operando na contra-corrente, as

propostas da vanguarda profissional, respaldadas pelas manifestações formais da categoria, foram em larga medida incorporadas à legislação.

Para tanto, foram essenciais os eventos de caráter mais abrangente da categoria - congressos - e, no caso dos segmentos de ponta da pesquisa acadêmica, a continuidade dos ENPESS. Eles podem ser visualizados no quadro abaixo:

*Quadro 2 - Relação dos eventos da categoria realizados na década de 1990 por data, local e total de trabalhos apresentados*

Nº	EVENTO	DATA	LOCAL	NÚMERO DE TRABALHOS
1	VII CBAS	25/05/1992	São Paulo - SP	92
2	VIII CBAS	02/07/1995	Salvador - BA	205
3	I ENSS	16/07/1997	Belo Horizonte - MG	31
4	IX CBAS	01/07/1998	Goiania - GO	422

Uma observação menos superficial desses eventos revela como se constituíram em fóruns efetivamente significativos que esclarecem a capacidade de resistência da categoria profissional nos anos 1990. Senão, vejamos:

- a) no VII CBAS, exatamente na abertura da década, o debate centrou-se sobre quer sobre as modificações exigidas para o novo Código de Ética, quer sobre os projetos societários em confronto na contemporaneidade;
- b) no VIII CBAS - note-se, acima, no Quadro 2, que os trabalhos apresentados quase que dobraram -, todas as polêmicas centrais incidiram sobre a ofensiva neoliberal;
- c) no I ENSS, a categoria pronunciou-se em defesa de um sistema nacional de Seguridade Social;
- d) no IX CBAS, incorporando todo o acúmulo dos anos imediatamente anteriores e remetendo à legislação profissional, emergiu a noção do denominado *Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro*. A

participação da categoria, expressa nos trabalhos apresentados, mais que dobrou em relação ao congresso anterior.

Se se correlaciona esta mobilização intensa da categoria profissional com as atividades já mencionadas da ABESS, considerando, pois, o conjunto das entidades representativas dos assistentes sociais, compreende-se melhor o balanço – há pouco referido – favorável da década de 1990 para a categoria no Brasil. Pode-se afirmar, enfim, que as bases legais da ação profissional se alargaram, abrigando uma concepção desfeticizada de Serviço Social. Mas este processo positivo também envolveu a Assistência Social.

## **2.2. Assistência Social: novas bases legais**

Entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a edição do diploma legal que conferiu um novo estatuto à Assistência Social no Brasil (a LOAS, de 1993), o protagonismo da vanguarda profissional do Serviço Social foi extremamente importante. Uma série de estudos embasou os projetos que, no Congresso Federal, se confrontaram para definir a concepção de Assistência Social e a estrutura político-administrativa a que esta deveria obedecer – não cabe, aqui, um tratamento detalhado deste processo, porquanto já suficientemente analisado por Mestriner (1992).

A intensa mobilização de técnicos, pesquisadores, parlamentares e representantes da sociedade civil resultou na realização do I Simpósio Nacional sobre Assistência Social, promovido pela Câmara dos Deputados, dias 30,31 de maio e 1º de junho de 1989. Deste movimento nasceu o Projeto de Lei nº 3.099/89, tendo a aprovação do Congresso Nacional em agosto de 1990.

Cabe destacar aqui que no texto do referido Projeto de Lei, a definição de assistência social era:

A assistência social, enquanto direito da cidadania e dever do Estado, é a política social que provê, a quem necessitar, benefícios e serviços, para acesso à renda mínima e o atendimento das necessidades humanas básicas, historicamente determinadas (SPOSATI, coord., 1991, p.71).

Entendo que este ponto é crucial: como direito de cidadania e dever do Estado, *a assistência social é concebida com caráter setorial, no contexto da política social*, cuja finalidade é o atendimento das necessidades humanas básicas “historicamente determinadas”; parece-me de valia ressaltar nesta definição legal um conteúdo teórico-político desta concepção: esta referência a *necessidades humanas básicas historicamente determinadas* traz a problemática para o espaço público. Acrescente-se que o projeto-de-lei que continha esta determinação foi inteiramente vetado pelo Presidente Collor em 17 de setembro de 1990.

A partir deste momento, o debate em torno do projeto de lei, que estava mais restrito aos espaços técnicos e acadêmicos, ampliou-se. O CFAS/CRAS, ANAS, ABESS, CEDEPSS, ANASSELBA emitiram o documento “Ponto de vista que defendemos”, no qual destacam que

a assistência (pública ou privada) é impensável fora dos marcos históricos e políticos que peculiarizam o enfrentamento da questão social na sociedade de classes. A assistência social como política social deve ser pensada em cima das particularidades da questão social (*apud* MESTRINER, 1992, p. 355).

Esta concepção da categoria, tão nitidamente formulada, foi amplamente divulgada, mobilizando-se em sua defesa os profissionais de todo o país. Entre os profissionais que estiveram neste debate destacaram-se, entre outros, Potyara Amazoneida Pereira Pereira e Vicente de Paulo Faleiros, da UnB e Maria Carmelita Yazbek e Aldaíza Sposati (todos eles pertencentes à vanguarda profissional antes caracterizada e que tiveram, de fato, um excepcional protagonismo em toda esta movimentação).

Em 1990, o CEDEPSS, financiado pelo CNPq, iniciou um estudo sobre “Balanços das pesquisas sobre assistência social pública no Brasil”, cujo relatório foi publicado como *Carta Tema. A assistência social no Brasil. 1983-1990* (SPOSATI, coord., 1991). Deste material, para os efeitos da nossa argumentação, vale ressaltar uma menção específica - a explicitação da relação Serviço Social/Assistência Social:

A construção histórica que Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho procedem quanto ao serviço social brasileiro, permite a sua desmontagem como estratégia de classe e, com isto, a assistência é enxergada não só como a irracionalidade das primeiras damas mas como tática e estratégia no interior das políticas sociais brasileiras (*idem*, p. 19).

Aqui, importa salientar que, sendo o resultado da primeira pesquisa no contexto da tramitação da Lei Orgânica da Assistência - LOAS, este trabalho situa a assistência no campo contraditório das políticas sociais. Assumindo expressamente a inspiração da obra de Yamamoto e Carvalho que abriu o caminho à desfetichização da profissão, aqui se opera com clareza a sua extensão à Assistência Social; não é por acaso que, de novo tematizando a relação Serviço Social/Assistência social, aí se considere que

essa prática [a Assistência Social] foi estigmatizada com a pecha do assistencialismo e, nesse processo, o próprio profissional responsável por essa ação ou pela sua supervisão também se postou como subalterno. Os próprios assistentes sociais - agentes privilegiados da assistência - consagraram-na ao vê-la apenas na função residual como uma prática e não como uma política (*idem*, p. 19-20).

É de sublinhar, penso, que o assistente social é aqui caracterizado como um “agente privilegiado da assistência” e não mais como “o profissional da assistência” - esta determinação parece-me, ademais de sintomática, correta se pensada numa ótica desfetichizadora.

Este passo, aparentemente trivial, é efetivamente um salto: situa a Assistência Social como *política social* garantidora de *direitos sociais*, deslocando-a concretamente do campo do assistencialismo, distinguindo-se,

portanto, deste último, posto como prática indiferenciada e reiteradora da tutela e do favor. Na base deste salto há todo um acúmulo teórico, iniciado particularmente após o texto pioneiro – sobre o qual já nos detivemos no capítulo anterior – do grupo de pesquisadoras da PUC-SP; foram peças fundamentais deste acúmulo, produzidos especial mas não exclusivamente por representantes da vanguarda profissional, os materiais elaborados por Yazbek et al (1985), Sposati e Carvalho (1985), Faleiros (1989), Oliveira (1989), Paixão (1991), Carvalho (1991), Mestriner (1992), Paiva (1993), Yazbek (1993), Pereira (1996), Schons (1995 e 1999) e Sposati (2004). *Considero que, nesta produção, alcançou-se um patamar de compreensão da Assistência Social, e de sua relação com o Serviço Social, que se apresenta como a desfetichização de ambos os termos.*

Já observamos que o processo que se concluiu pela promulgação da LOAS, no seu detalhamento, não precisa ser resgatado aqui, uma vez que já foi objeto de estudo (citamos, a propósito, o trabalho de Mestriner). Mas cabe recordar, para situar tal processo, que ele decorreu apresentando momentos distintos, que esquematicamente podem ser assim faseados: a partir do prescrito na Constituição Federal de 1988 (artigos 6, 203 e 204, acerca da Assistência Social como direito social não contributivo no âmbito da Seguridade Social e do seu orçamento específico, sua implementação envolvendo descentralização político-administrativa e participação popular), inicia-se, ainda em 1989, uma fase de debates e estudos; dela resultam projetos de lei distintos, uns mais restritivos e outros mais avançados; com o veto presidencial, já mencionado, a um projeto aprovado, o debate saiu dos círculos acadêmicos e de especialistas e se generaliza entre os assistentes sociais e na sociedade; a partir de 1991, a categoria profissional une-se em torno de um referencial – explicitado no documento acima referido, “O ponto de vista que defendemos” – e desta unidade

emerge um projeto de lei <sup>103</sup> que, encampado pelos parlamentares José Dirceu, Jandira Feghalli e Maria Luísa Fontenelle, não foi aprovado, embora muitas de suas proposições tenham sido incorporadas no projeto enfim vitorioso, relatado pela parlamentar Fátima Pellaes (cf. Sposati, 2004).

O projeto relatado por Fátima Pellaes, vitorioso, levou à regulamentação dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal, definindo então a organização político-administrativa da Assistência Social no país – sob o governo de Itamar Franco, surge a LOAS, mediante a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Um dos representantes da vanguarda profissional, aliás, estudou detidamente esta legislação (Pereira, 1996), de modo que, aqui, podemos simplesmente nos deter sobre três de seus aspectos – a concepção da política de Assistência Social, a sua gestão e o seu financiamento.

A assistência social foi reconhecida no seu *status* de política setorial no âmbito da Seguridade Social (art. 1º), devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas setoriais no enfrentamento à pobreza, de forma a garantir a universalização dos direitos sociais (art. 2º, § único). Vê-se, pois, que ao mesmo tempo em que a assistência social passou a ter um *locus* específico na estrutura da administração pública nos três níveis de governo, passou a ser pensada de forma articulada às demais políticas setoriais na perspectiva da universalização dos direitos. O anterior isolamento e fragmentação da assistência social na estrutura político-administrativa deu lugar a uma nova visibilidade em sua operacionalização. A assistência social passa a ser política de Estado e não mais política de governos caracterizando, enfatizando a sua continuidade e necessidade de inserir-se no âmbito do planejamento orçamentário dando-lhe previsibilidade.

---

<sup>103</sup> Tramitavam 3 Projetos de Lei no Congresso: PL 1.457 de 09/08/1991; PL 1.943 de 01/10/91 e PL 3.154/1992.

Como doutrinam os mais qualificados cientistas políticos, só o Estado garante direitos (cf. Coutinho, 1997). Por isto, neste sentido, quando a LOAS define em seu artigo 5º a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social com comando único em cada esfera de governo, estabelece como diretriz uma referencialidade um tanto ambígua: de uma parte, põe-na como dever e, portanto, *política de Estado*, mas não determina a exclusividade estatal na sua realização; de fato, tanto no seu art. 1º quanto no 3º, menciona a ação estatal conjugada à ação privada – o que significa a possibilidade de um esvaziamento da ação pública mediante o protagonismo de instituições privadas. É de notar que somente em dezembro de 2007 foi possível a regulamentação, justamente, deste art. 3º.

No que diz respeito à gestão (art. 6º), a LOAS define que todas as ações assistenciais (benefícios, serviços, programas e projetos) são organizadas num sistema descentralizado e participativo. Tal sistema é constituído por todas as entidades de assistência social (caracterizadas justamente no supra-citado art. 3º) e instâncias deliberativas (conselhos, conferências e fundos nos três níveis de governo) – etapas de implementação desse sistema foram a constituição do CNAS, em 1994 <sup>104</sup>e, nos anos subseqüentes, através de suas legislações estaduais e municipais, a constituição dos conselhos nestes níveis de governo. Há que destacar, aqui, o caráter *deliberativo* dos conselhos em todos os níveis – indicando uma tendência democratizante, dada a presença, neles, de representantes populares.

Avanço significativo deu-se no que tange ao financiamento da Assistência Social: pela primeira vez, com a LOAS, a assistência passou a dispor de uma

---

<sup>104</sup> A presença de representantes da categoria profissional no CNAS – primeiro, com o CFESS, recentemente substituído pela FENAS – é um importante indicador do protagonismo da categoria profissional na implementação da LOAS. Não se pode, aqui, desenvolver a implicação da intervenção profissional nos conselhos, de algum modo já analisada por Raichelis (1998); cf. também CRESS/7ª.Região (2008).

inserção formal no orçamento público, por via do orçamento específico da Seguridade Social (art. 27 a 30). Todavia, até hoje, não se obteve a vinculação expressa dos recursos para a área – tema controvertido, mas em face do qual a categoria profissional tem sustentado a necessidade dessa vinculação orçamentária.

Entendo, numa síntese obrigatoriamente breve, que a LOAS e a sua implementação significaram, tanto para a sociedade brasileira quanto para a categoria profissional, um expressivo avanço em relação ao passado. Dois elementos são aqui essenciais.

O primeiro relaciona-se à clara distinção formal entre assistência e assistencialismo. A caracterização da primeira como direito social, vinculada a um sistema de Seguridade Social enquanto política pública setorial, rompe com uma tradição historicamente sedimentada de clientelismo, patrimonialismo e dominação/opressão política mediante a “política do favor”; nesta caracterização, certamente que foi importante a teorização desenvolvida, entre outros representantes da vanguarda, por Yazbek (1993) e Pereira (2000). O segundo – este mais diretamente relacionado à categoria profissional – está conectado ao chamado “desenho institucional” da assistência: ele abriu novos espaços de intervenção profissional, requisitou novas habilidades e competências e, muito especialmente, ampliou o campo profissional, permitindo o extravasamento do papel profissional dos limites da “execução terminal” para as funções de deliberação, planejamento, gestão e avaliação.

É preciso lembrar, porém, que o caráter imperativo-legal da LOAS, *obrigando* estados e municípios a estabelecerem as estruturas político-administrativas requeridas para a recepção de recursos (art. 30 da LOAS), fez com que a instituição dessas instâncias frequentemente se subordinassem às injunções do localismo e do provincianismo (com a sua seqüela de patrimonialismo,

clientelismo etc.). Por isto, a democratização referida deve ser avaliada com cautela, sempre à base de estudos concretos da realidade concreta.

### **2.3. A Assistência Social na agenda profissional**

Numa futura história do Serviço Social no Brasil, parece-me que a década de 1990 terá um destaque peculiar: nela se registra a inserção da Assistência Social na agenda profissional.

Cuidemos de precisar esta afirmação. Já foi largamente observado o papel dos assistentes sociais nas atividades assistenciais – sob este aspecto, é conhecida a relação entre o Serviço Social e este setor. Aqui, trata-se de outro processo: trata-se da inserção da Assistência Social como ponto fundamental de uma agenda profissional já desfetichizada a profissão e também já desfetichizada a Assistência Social – isto é: trata-se de um Serviço Social compreendido como especialização na divisão sócio-técnica do trabalho, a um certo grau de desenvolvimento do sistema capitalista (o monopólio), com todas as contradições postas pela sua inserção na mediação entre classes sociais e trata-se de uma Assistência Social vista como política pública (de Estado) que responde a direito social.

Ora, como vimos no capítulo precedente, esta desfetichização, no que toca ao Serviço Social, opera-se nos anos 1980; a desfetichização, no que toca à Assistência Social, apenas se inicia então; é o debate em torno da sua regulamentação infra-constitucional que permite o coroamento de tal processo na década de 1990.

A década de 1990 se caracteriza, então, nas dimensões que aqui nos interessam, como aquela em que uma problemática que inicialmente foi um quase

monopólio da vanguarda profissional se espalhou pelo conjunto (ou pela massa do conjunto) da categoria profissional. Este resultado objetivo derivou, fundamentalmente, de dois vetores de força: de um lado, as exigências postas pela imperatividade da LOAS para estados e municípios, reclamando profissionais para implementá-la (afetando, pois, diretamente o mercado de trabalho profissional); de outro, o acúmulo teórico operado pela vanguarda profissional, seu papel multiplicador por via dos cursos de pós-graduação e a incidência de seus produtos (livros, teses, artigos etc.) na formação e a mobilização das principais entidades representativas da categoria <sup>105</sup>.

Este é um aspecto particularmente importante: como o avanço teórico, no começo claramente delimitado em espaços de pesquisa (a referência central, aqui, é a PUC-SP, mas não única – na seqüência do processo, a UnB inscreveu-se neste marco), se foi espalhando, via inclusive a mediação de entidades como o sistema CFESS/CRESS, passando a constituir, na agenda da categoria profissional, um terreno em que os profissionais articularam-se a outros segmentos profissionais e políticos e ganharam uma visibilidade pública antes nunca alcançada. Evidentemente, para isto contribuiu significativamente as demandas da sociedade brasileira, derivadas da histórica e reconhecida “dívida social”. Mas esta conjunção entre o acúmulo teórico-político da vanguarda, seu espalhamento pelo conjunto da categoria (ou, pelo menos, dos seus segmentos majoritários) e sua conexão com demandas socialmente reconhecidas da sociedade civil constitui, a meu juízo, um fenômeno/processo único na história do Serviço Social brasileiro.

---

<sup>105</sup> Não posso me deter, aqui, noutro aspecto que, num estudo exaustivo, certamente merecerá destaque especial: a presença de profissionais de Serviço Social na administração pública, mercê de vitórias eleitorais personalizadas (Luíza Erundina é, aqui, o exemplo mais conhecido) ou de protagonismo em secretarias de vários âmbitos (neste caso, são nomes conhecidos os de Aldaíza Sposati e Márcia Lopes).

Talvez o indicador mais sugestivo desse processo tenha sido o protagonismo dos assistentes sociais – em especial, da vanguarda profissional a que estamos dedicando nossa atenção – nas conferências de assistência social, em todos os níveis de governo. Na ausência de um levantamento exaustivo dessas conferências, limito-me a referir aquele protagonismo nas conferências de nível nacional<sup>106</sup>, em todas, registra-se a participação ativa de representantes da vanguarda profissional (no caso de alguns, a participação é reiterativa: Maria Carmelita Yazbek, Aldaíza Sposati e Ivanete Boschetti).

Em síntese: ao fim do século XX, um Serviço Social *crítico* (ou seja: que rompeu com seus fetiches) foi capaz de contribuir decisivamente para uma nova concepção de Assistência Social (também ela crítica e, portanto, despida de fetichizações). Trata-se, como se vê, de um processo que, realmente, merece a qualificação de *histórico*.

Um representante da vanguarda profissional escreveu, referindo-se a outro capítulo importante da história do Serviço Social, algo que me parece deve ser transcrito aqui – porque seu conteúdo diz respeito ao processo que estamos aludindo nestas páginas:

A formulação de um pensamento crítico no serviço social, vinculado a luta de classes, não foi obra de nenhum “iluminado”, mas o resultado de um processo histórico complexo de lutas, de resistência à ordem dominante, de organização das classes subalternas e de construção de um projeto político de aliança de intelectuais com os dominados, explorados e oprimidos, na luta por mudanças profundas (FALEIROS, 2005, p. 25).

---

<sup>106</sup> Ver Anexo 9 e Anexo 10.

### Capítulo 3

#### **As conquistas numa conjuntura adversa**

A entrada da primeira década do século XXI não operou a reversão da *restauração do domínio do capital* sobre o mundo, que, como observamos no capítulo anterior, teve marcos emblemáticos na queda do Muro e na dissolução da URSS. Em poucas palavras: a “globalização” – com seus corolários de “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” não experimentou reversões significativas.

É verdade que o ideário neoliberal revelou-se inepto para garantir o crescimento minimamente sustentado da economia capitalista como um todo: anunciadas pelo colapso dos “Tigres Asiáticos” e da Rússia ainda nos anos 1990, crises financeiras (que os economistas acríticos denominam “crises das bolhas”) espocaram desde o início do século – algumas com implicações nacionais catastróficas, como foi o caso da crise argentina de 2001 – e vieram a culminar na monumental crise manifestada no segundo semestre de 2008, cujos impactos reais ainda não podem ser minimamente mensurados. A própria “receita do ajuste”, a que também nos referimos antes ao aludir ao Consenso de Washington, foi refeita: não por acaso, um de seus autores, o economista inglês John Williamson, no fim dos anos 1990, já propunha a revisão de alguns de seus princípios. E a ênfase posta pelas já referidas “agências” ou “organismos multilaterais” – como o Banco Mundial e o FMI – nas “políticas de combate à pobreza absoluta”, é um reconhecimento tácito do fracasso das políticas neoliberais. Tal fracasso, porém, só diz respeito àqueles que estão excluídos de fato de propriedades – uma vez que, do ponto de vista do capital, o receituário neoliberal foi exitoso.

É evidente que cresceu mundialmente a oposição ao receituário neoliberal, por parte da enorme massa (que se conta aos bilhões de pessoas) dos prejudicados com sua adoção. De qualquer forma, essa oposição – manifesta largamente por movimentos episódicos (lembra-se de Gênova e Seattle) – não

conseguiu articular-se de forma orgânica, como o demonstram as dificuldades por que passam iniciativas como o *Forum Social Mundial* ou os esforços organizadores de Samir Amin e François Houtart (2003). Entretanto, em alguns Estados nacionais, por força de sua dinâmica política interna, têm surgido processos que põem abertamente em questão as proposições alinhadas com o espírito neoliberal – e, aqui, cabe destaque para a América Latina, onde, sem qualquer dúvida, há processos que merecem especial atenção (Bolívia, Venezuela e Equador).

Ademais, o anunciado “desanuviamiento” das relações internacionais, tão propalado após a queda do Muro e a dissolução da URSS, não se efetivou: a *pax americana* veio revelando desde os anos 1990 (recorde-se a situação dos Balcãs), mas acentuadamente após o 11 de setembro de 2001, um caráter crescentemente mais agressivo e belicista – de que é exemplo paradigmático a política de Bush para o Oriente Médio.

Em suma, quaisquer argumentos medianamente razoáveis para a legitimação dos ganhos obtidos pela “globalização” que não os auferidos pelo grande capital monopolista internacional perderam toda e qualquer sustentabilidade na década em curso. Sabe-se, porém, que a racionalidade não é o suporte das formulações ideológicas – por isso, e pela falta de alternativas visíveis, a proposição de que “um outro mundo é possível” ainda não galvaniza, *de forma organizada*, amplas massas populacionais. Não é preciso acrescentar que esta ausência de *formas e forças organizadas*, no campo daqueles a quem Florestan Fernandes chamava de “os de baixo” (uma vez que “os de cima” estão eficientemente articulados e organizados, a despeito das contradições que também operam no interior do bloco de forças transnacional que constituem), tal

ausência está muito condicionada pela crise do movimento operário-sindical e da legitimidade dos partidos políticos de extração popular em todas as latitudes <sup>107</sup>.

Para o Brasil, a primeira década do século XXI reservou algumas surpresas. Se, em todo o mundo, desaparecia – desde meados dos anos 1980 – o poder de imantação dos partidos políticos de esquerda, aqui se desenvolvia um fenômeno que vários estudiosos consideraram único: o surgimento e a rápida consolidação (num espaço de menos de vinte anos) de um partido político de extração operário-sindical e que atraiu um ponderável segmento da intelectualidade e mesmo das camadas médias. É claro que se fala do Partido dos Trabalhadores – a cuja história não nos prenderemos aqui, posto que já suficientemente elucidada (GADOTTI e PEREIRA, 1989; KECK, 1991; CARDOSO, 1999 e IASI, 2006).

O PT, ao longo dos anos 1980 e 1990, situou-se como o centro de gravidade da oposição às propostas neoliberais. Sob os governos FHC, no plano parlamentar, foi o protagonismo do PT que conseguiu limitar de modo significativo o processamento da contra-reforma – e, por isto mesmo, condensou as esperanças nacionais de uma alternativa política para o Brasil. No primeiro processo eleitoral de âmbito nacional do século XXI, Lula – candidato à Presidência da República pela quarta vez – foi enfim eleito, com uma legitimidade que poucos obtiveram na história republicana, legitimidade reiterada com sua reeleição.

Esperava-se do PT no governo central a reversão da orientação macro-econômica implementada coerentemente desde 1995 por FHC. Esperança vã: desde o seu primeiro dia na Presidência, Lula deu explícita continuidade à política econômica que estabilizara a moeda e reduzira a inflação, naturalmente com custos sociais bastante elevados. A fidelidade aos preceitos que vinham do

<sup>107</sup> Ao longo da minha exposição, praticamente fiz abstração dessa componente, uma vez que sua análise extrapola as minhas competências; remeto, todavia, a fontes que tratam dela com rigor e que oferecem bibliografia introdutória suficiente: Bihr (1998), Alves (2000) e Batista e Araujo, orgs. (2003).

Consenso de Washington manifestou-se com o cumprimento, à risca, de um dos procedimentos mais onerosos à massa da população brasileira: a preservação do chamado *superávit primária*, que engessa e condiciona todo e qualquer investimento estatal às exigências do pagamento dos juros da dívida pública – fazendo, pois, a festa dos rentistas <sup>108</sup>.

É evidente que os impactos do processo de contra-reforma iniciado por FHC se explicitaram claramente nos anos em curso (voltaremos a isto adiante). Mas eles foram imensos exatamente na medida em que o governo Lula, inclusive até o momento em que redijo esta tese, não reverteu nenhum dos passos centrais daquele processo – ao contrário, em algumas áreas, aprofundou contra-reformas que os governos FHC, justamente pela oposição do PT, não conseguiram operar adequadamente (é o caso específico da “reforma” da Previdência).

Esta foi a surpresa maior que o século XXI reservou aos brasileiros: o partido que fora a trincheira da resistência ao neoliberalismo tornou-se o seu operador. Fenômeno nada surpreendente, em si mesmo: afinal, desde os anos 1980, os partidos socialistas, na Europa latina, já vinham operando uma honesta gestão social-democrata de políticas favoráveis ao grande capital monopolista transnacional. A surpresa viria noutra dimensão: os escândalos que explodiram em 2005, envolvendo a alta direção do PT (da sua secretaria-geral à sua tesouraria), ainda hoje não suficientemente esclarecidos, contribuíram para erodir a aura de idoneidade ética que até então o partido detinha.

As mutações petistas podem ser objeto de várias análises, desde a superficialidade moralista ao psicologismo barato. Parece-me que há que buscá-las em outros níveis, especialmente as transformações graduais que o partido sofreu em seu processo de consolidação e que, de algum modo, já foram objeto

---

<sup>108</sup> Para que se tenha uma idéia: recentemente, em conferência, o Prof. Francisco de Oliveira lembrou que o orçamento total do Programa Bolsa-Família é de cerca de um décimo do pagamento dos juros da dívida pública interna.

de análise e que estão muito conectadas aos processos da vida sindical brasileira, que envolveram primeiramente a CUT, braço sindical do partido (TUMOLO, 2002 e IASI, 2006).

Estas considerações são centrais para a nossa tese – e por duas razões de fundo. A primeira diz respeito ao importante papel que o PT representou como instrumento de mobilização e politização de amplos setores da categoria profissional, inclusive contando não só com simpatias e colaboração, mas inclusive militância, de representantes da vanguarda profissional referida nesta tese (CARDOSO, 1995; ABRAMIDES e CABRAL, 1995). E o impacto dessa inflexão do partido, a partir do momento em que passou a partido de governo, também já é objeto de reflexão, especialmente porque ela introduziu fraturas no que antes se poderia chamar de uma “frente ampla” de representantes da vanguarda profissional: diferenças políticas que não tinham destaque enquanto o PT se opunha ao contra-reformismo dos governos de FHC, tornaram-se evidentes e distintivas quando o partido passou ao que muitos já denominam de “possibilismo”. (BRAZ, 2004 e PAULO NETTO, 2004).

A segunda razão, todavia, é mais decisiva: se, no plano da orientação macro-econômica, o PT no governo pouco se distingue do PSDB no governo, no plano da política da Assistência Social o governo PT operou modificações. Antes de tratar dessa política, cabem duas observações, uma substantiva, outra nem tanto. A observação substantiva é a seguinte: desde 2003, o(s) governo(s) Lula/PT parece sustentar a noção de que entre a orientação macro-econômica (ou seja, a *política econômica*) e a política social (ou o conjunto das políticas sociais) não há *relações necessárias* – vale dizer: que a política social goza de uma grande autonomia, quase uma independência, em face da política econômica. A outra observação refere-se aos impactos específicos da contra-reforma do Estado –

iniciada pelo(s) governo(s) FHC – na formação dos assistentes sociais e na organização da categoria profissional.

### **3.1. A formação debilitada e a organização pressionada**

A “contra-reforma” do Estado iniciada pelo governo FHC no que tange à educação pública superior não foi revertida durante o(s) governo(s) Lula. Os mecanismos de facilitação às instituições privadas – dentre os quais o PRO-UNI é o mais abrangente – para a abertura de cursos de graduação continuaram pródigos, do que resultou um enorme impacto na oferta de vagas em unidades de ensino cuja qualidade é questionada amplamente. Já vimos, no *quadro 1* da página 141, a expansão da oferta registrada entre 2002 e 2004; pois bem: tal expansão vem sendo exponenciada desde então, como se constata pelos dados do MEC/INEP, segundo os quais, *em abril de 2007*

existem no país 253 cursos de Serviço Social inscritos em instituições de ensino superior (IES), das quais 207 são privadas, correspondente a 82% do total, e 46 são públicas, ou seja, 18%. Do total de 253 (IES), 52% situam-se em universidades e 48% em instituições não universitárias, assim distribuídas: 12% em centros universitários, 33% em faculdades e 3% em institutos superiores ou escolas superiores (Iamamoto, 2007, p. 438).

Uma simples comparação aritmética com o quadro da página 141 mostra que o *ritmo* do crescimento dos cursos se acentua. Mais: agora, do número total de vagas informadas para 2007 (32.823), apenas 16% (isto é, 5.358) são ofertadas por instituições públicas (em 46 IES públicas).

O dado mais preocupante, neste domínio, é o surgimento do chamado *ensino à distância*. Deve-se ter claro que os avanços tecnológicos e o déficit de ensino superior no país justificam um investimento neste terreno; parece-me

equivocado uma crítica apriorística do ensino à distância. Todavia, nas condições brasileiras, tudo indica que tal modalidade de ensino atende menos à demanda efetiva de formação e mais a interesses de natureza mercantil – e a sua expansão é assombrosa: já em 2007, havia uma oferta de cerca de 10.000 vagas no ensino à distância (ou seja: praticamente o *dobro* das vagas ofertadas em cursos presenciais de instituições públicas!) e a projeção dos especialistas é a de que, “em 2010, só o ensino de graduação à distância lançará no mercado, no mínimo, um contingente de 10.000 profissionais/ano” (IAMAMOTO, 2007, p. 440). Se se leva em conta a estimativa (à base dos cadastros dos CRESS) da existência atual de 75.000 profissionais no Brasil, a projeção – com a modalidade do ensino à distância em plena carga e o crescimento já registrado das unidades do sistema privado – é de que “o contingente profissional irá *dobrar* até 2010” (*idem, ibidem*).

Não cabe aqui discutir em detalhe as implicações que este assombroso crescimento terá para o mercado de trabalho e, especialmente, para as relações de trabalho dos profissionais – já há algumas aproximações a esta problemática, todas elas traçando cenários pouco promissores (ABREU e LOPES, 2007; IAMAMOTO, 2007; BOSCHETTI, 2008 e RODRIGUES, 2008).

Por outra parte, qualquer expansão do sistema de educação superior implica uma efetiva expansão da oferta de recursos humanos para a docência (para não mencionar já a extensão e sobretudo a pesquisa). Parece haver uma clara defasagem entre a crescente demanda de docente qualificados e a oferta real dessa força de trabalho – e se é fato de que, nesses anos 2000, cresceu a procura por cursos de pós-graduação, bem como a expansão desse nível de formação (como fica claro no Anexo 1, Quadro 1), igualmente é factual que o ritmo de formação de docentes de nível é bem mais lento que o ritmo de crescimento da sua demanda.

A tendência perceptível, portanto, é o da expansão de uma formação de graduação aligeirada, de parca densidade teórica e muito mais afinada com um adestramento de nível técnico do que com uma formação superior de quadros capazes não só de operar, jogando com racionalidades instrumentais, mas, sobretudo, de prospectar, planejar e avaliar, investindo em racionalidades emancipatórias <sup>109</sup>. O aligeiramento da formação de graduação – e nem é preciso lembrá-lo aqui – teve início durante o período FHC, emblematicamente sinalizado pela supressão do currículo mínimo e pela sua substituição por meras *diretrizes*.

Mas a fragilização da formação não se restringe à graduação – atinge também a pós-graduação. As medidas que tendem a reduzir os prazos de duração dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, implementadas no(s) governo(s) FHC, bem como a lógica produtivista a que já aludi anteriormente – tais medidas vêm sendo aplicadas com maior rigor desde 2003. O impacto negativo, a médio e longo prazo, desse produtivismo (descontada a ênfase da competitividade que aí também encontra vigência) será certamente de monta – e vulnerabilizará a formação futura de novos quadros de vanguarda.

No que toca à organização política da categoria profissional, as transformações no mercado de trabalho, determinadas em essência pelas mudanças nas relações de trabalho dos assistentes sociais, também pressionam a organização constituída – na qual a centralidade, conquistada legitimamente por um árduo empenho na articulação intra e extra-categoria, tem cabido ao sistema CFESS/CRESS. A desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho, expressas em contratos de trabalho por projetos, temporários, de *part time* e, no limite, precários, ademais das pressões tradicionais sobre os vendedores dessa mercadoria especial que é a força de trabalho – tudo isso tem trazido

---

<sup>109</sup> Sob este aspecto, valeria reler um texto antigo de um dos representantes da vanguarda profissional, no qual já se antecipavam algumas das características que tomariam forma na tendência que estamos tematizando (cf. PAULO NETTO, 1996).

demandas de natureza corporativo-*sindical* para as quais a organização política que se consolidou nos últimos vinte anos não oferece respostas imediatas.

As tensões daí derivadas estão tendo desdobramentos pouco produtivos, inclusive porque – e não há nada de surpreendente nisto –, quando há demandas sindicais, é tênue, na tradição brasileira, o limite entre a disputa *política* e a disputa *partidária*. Já no X CBAS (2001), esta problemática foi levantada publicamente mas, desde então, só tem se agravado. E, neste agravamento, incidem também disputas acerca da legitimidade da representação desses trabalhadores (assistentes sociais) em instâncias públicas (cf. a nota divulgada pelo plenário CFESS/CRESS, com a presença da ABEPSS e da ENESSO, em 29-30/04/2006).

### **3.2. A política de Assistência Social nos anos 2000: a centralidade do “Bolsa Família”**

A política de assistência social nos anos 2000 foi marcada pela crescente intervenção no âmbito da pobreza absoluta – no espírito, aliás e como já referi, do discurso dos anos 1990 das “agências multilaterais”. O aumento da desigualdade social colocou as expressões da “questão social” no centro da agenda política.

Particularmente no âmbito da política de assistência social que foi implementada pelos governos FHC, observa-se a ênfase na ação das organizações da sociedade civil, via Programa Comunidade Solidária. Os espaços dos conselhos, especialmente no âmbito dos municípios, foram esvaziados seu conteúdo político.

Depois de longo processo de debate nos anos FHC, a nova Política Nacional de Assistência Social, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social

- CNAS, através da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, incorporando a deliberação de IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) pela criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aprovado posteriormente pelo CNAS, na Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, tendo como horizonte os princípios definidos na LOAS.

Penso que é de salientar que o momento particular da aprovação do SUAS marcou o envolvimento da categoria profissional não apenas na estruturação da área mas tem demandado energias na gestão e execução da política de assistência social através do SUAS.

As requisições profissionais ampliaram-se exponencialmente, fazendo com que o assistente social deixasse o caráter de "executor terminal de políticas sociais" (PAULO NETTO, 1992) para assumir espaços de formulação, gestão e avaliação de políticas. Continuidades e rupturas vão forjando a intervenção profissional, particularmente no campo da assistência social.

A ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais, tanto em municípios de pequeno porte (incidência do princípio da descentralização), onde desenvolvem ações mais generalistas construindo uma visão mais ampla da intervenção, como em municípios de grande porte, onde a tendência é ser mais especialista - nesta ampliação, os assistentes sociais têm se deparado com atribuições profissionais que exigem romper com a cultura política e cultura profissional herdada do conservadorismo.

Mas é preciso observar que esta tendência objetivamente progressista, do ponto de vista profissional, pode ser neutralizada, uma vez que

as políticas de assistência social na sociedade brasileira atual podem se constituir em mera modernização conservadora de práticas tradicionais, apenas com um verniz mais técnico, sem uma alteração qualitativa ou sem avanços efetivos no que se refere ao reconhecimento de direitos e à participação da sociedade civil (YAZBEK, 2001, p. 40).

O mercado de trabalho, marcado pelas determinações do capitalismo contemporâneo, forjou o processo de profissionalização do Serviço Social, no âmbito das políticas sociais, como sinalizamos no item precedente. A primeira década deste século ampliou expressivamente a intervenção dos assistentes sociais no âmbito da política social, fazendo-os refletir e repondo a questão da relação entre Serviço Social/Assistência Social.

Pensar o novo ordenamento da Política de Assistência Social exige a apreensão do processo histórico no qual se desenvolveu no país, numa perspectiva de totalidade. O SUAS surge no Brasil num contexto político marcado pelo fim do primeiro governo Lula (2003–2006).

De fato, a exigência de se organizar a Assistência Social em um “sistema único” foi objetivada na LOAS, no artigo 6º, quando se definiu que

as ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área (BRASIL, 1993, artigo 6º).

Já indiquei que o marco histórico e legal de ruptura com o assistencialismo no Brasil é a Constituição Federal, em seus artigos 203 e 204, e a lei que regulamenta estes artigos constitucionais, a LOAS. Nesta se define que

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, artigo 1º).

A partir desta referência jurídica e histórica, todas as ações assistenciais até então implementadas no país passaram a ter novo ordenamento. A história da assistência social no Brasil passou a ser dividida em dois momentos distintos: antes e depois da LOAS. Há, porém, uma espécie de transição entre estes *antes*

e *depois* – que configurou o carro-chefe da política social na presente década. Façamos um excursão antes de tocar no tema principal.

### 3.2.1. Do debate do rendimento mínimo ao Bolsa Família

Segundo Fonseca (2001), as propostas de redistribuição de renda entraram em debate no Brasil em meados da década de 1970 com o Prof. Antonio Maria da Silveira, baseadas na idéia – de inspiração liberal - do *imposto de renda negativo*. Em 1991, o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) encaminhou o Projeto de Lei do Senado nº 80, que instituía o Programa de Garantia de Renda Mínima - PRGM <sup>110</sup>. Sob a forma de imposto de renda negativo, o projeto estendia o benefício a todas as pessoas residentes no país com mais de 25 anos com rendimentos, na época, inferiores a C\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros). Também previa em seu artigo 9º que “à medida que o PRGM for sendo implementado serão desativadas as entidades de política social compensatória, no valor igual ao seu financiamento” (SUPLICY, 2002, p. 341). Neste período, vários debates em torno do Projeto de Lei foram realizados, com pontos divergentes, sendo sancionada, com alterações, a Lei que cria a Renda Básica de Cidadania em janeiro de 2004, já referida.

Na década de 1990, alguns municípios, basicamente administrados por governos do Partido dos Trabalhadores, iniciaram programas de transferência de renda, sendo um marco nesta iniciativa, em 1995, o Distrito Federal e os municípios de Campinas, Ribeirão Preto. Seguiram este caminho, em 1996, Vitória,

---

<sup>110</sup> O Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.835, de 08 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. Segundo esta lei, a partir de 2005, institui-se “a renda básica de cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário”. Sobre a concepção da renda de cidadania, cf. SUPLICY (2002).

Santos, Belo Horizonte, Jundiá, Boa Vista, Franca, Salvador. Nestes casos, a discussão em torno dos programas de transferência de renda foi associada à exigência da família garantir a frequência dos filhos em idade escolar na escola.

Ao nível do governo federal, já Fernando Henrique Cardoso sancionara a Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, criando o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", no âmbito do Ministério da Educação, destinado a famílias que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculados em estabelecimento de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento. Ainda no governo FHC, foi criado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde - "Bolsa Alimentação", pela Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001. Sob a coordenação, acompanhamento e avaliação do Ministério da Saúde, "o Programa destina-se à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação" (artigo 2º). Seguindo o mesmo parâmetro do Bolsa Escola, o valor mensal pago às famílias beneficiárias era/é de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiária. Segundo a regulamentação, o pagamento do benefício deve ser feito diretamente à gestante, nutriz ou à mãe das crianças. Só na sua ausência ao pai ou responsável legal <sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> Este aspecto dos programas sociais do governo federal foi mantido no Programa Bolsa Família. Se por um lado reconhece o crescente processo de *feminização da pobreza*, "...tem sido a queixa principal de inúmeras organizações feministas internacionais que denunciam a desresponsabilização dos governos no âmbito dos serviços sociais, com a sobrecarga das mulheres, que passam a ser as responsáveis pelo bem-estar das famílias. Com a não redução de nenhuma das suas demais responsabilidades, a carga total de trabalho da mulher tem aumentado. Dessa forma, ainda que a pobreza afete as famílias em geral - devido à divisão do trabalho sobre a base do gênero e as responsabilidades relativas ao bem-estar familiar - , as mulheres suportam uma carga desproporcional ao tratar de administrar o consumo e a produção da família em condições de crescente escassez" (SOARES, 2004, p. 75).

Após a promulgação da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que criou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE <sup>112</sup>, o governo FHC criou o “Auxílio-Gás”, através do Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002. Este programa, instituído para “subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo às famílias de baixa renda” (artigo 1º) estava sob a responsabilidade do Ministério da Minas e Energia. Os recursos para custeio do “Auxílio-Gás” são oriundos da arrecadação da CIDE e destina-se às famílias com renda mensal *per capita* máxima equivalente a meio salário mínimo que sejam beneficiárias do Bolsa Escola ou Bolsa Alimentação e/ou sejam integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. “O valor do benefício mensal é de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) e serão pagos bimestralmente à mãe ou, na sua ausência, ao responsável pela família” (artigo 4º).

Através do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, instituiu-se o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento que dever ser “utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de programas focalizados do governo federal de caráter permanente” (artigo 1º). Segundo o Decreto, os órgãos públicos federais, gestores dos programas de transferência de renda, devem articular ações integradas junto aos municípios para garantir a logística da coleta de dados e informações relativas à população alvo e aos beneficiários dos diversos programas sociais. Cabe à Caixa Econômica Federal – CEF o processamento dos dados e informações coletados pelos municípios. A CEF deve proceder à identificação dos beneficiários e atribuir o respectivo “número de identificação social, de forma a garantir a unicidade e a integração do cadastro, no âmbito de todos os programas de transferência de renda, e a racionalização do processo de cadastramento pelos diversos órgãos públicos” (artigo 2º). O financiamento do processo de Cadastro foi alocado

<sup>112</sup> Uma das consequências da política econômica de geração de superávits primários tem sido o aumento da carga tributária, com maior impacto nos tributos incidentes sobre o consumo, caso da CIDE.

no orçamento anual da então Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, de onde parte os recursos para pagamento dos serviços prestados pela CEF.

Cabe salientar que a antiga Política Nacional de Assistência Social aprovada pela Resolução nº 207, de 16 de dezembro de 1998 do Conselho Nacional de Assistência Social, definiu como destinatárias da política de assistência as famílias cuja renda *per capita* mensal é meio salário mínimo. Este corte de renda passou a ser considerado a “linha de pobreza” definidora do acesso aos programas sociais.

*A partir deste critério têm sido realizadas, ainda hoje, as estimativas de demanda do público-alvo para as ações assistenciais nos municípios. As estimativas têm como fonte o IBGE. A partir deste corte de renda, baseada nos dados do IBGE, define-se uma cota para cada município no que se refere ao número de famílias prevista para o Cadastro Único.*

Os programas de transferência de renda implementados nos governos FHC expressam o reconhecimento da necessidade do usuário, porém foram executados de forma fragmentada entre os diferentes Ministérios. A tentativa do Cadastro Único, à época, alocado na Secretaria de Estado da Assistência Social, também expressa o reconhecimento da legitimidade da política de assistência social na atenção às famílias em situação de pobreza, porém sem os recursos necessários e sem a capacidade de articular as demais políticas setoriais. Expressa também a focalização e seletividade das ações com a intensificação do controle sobre as famílias em situação de pobreza.

O Programa Bolsa Família, a partir destas implementações anteriores, constituiu-se como resposta, construída no primeiro governo Lula, visando

combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia de acesso aos direitos sociais básicos – de saúde, educação, assistência social e

segurança alimentar. Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (Cartilha do Programa Bolsa Família).

O Programa Bolsa Família situa-se no contexto do Programa Fome Zero. Este foi uma iniciativa do Instituto Cidadania que, em meados do ano 2000, reuniu especialistas em políticas sociais que propuseram um projeto cujo foco era a segurança alimentar, entendida como a garantia a todos os brasileiros de acesso a uma alimentação adequada à sobrevivência e à saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. O Programa Fome Zero tornou-se proposta da campanha presidencial de 2002 e prioridade atual do governo Lula. Como estratégia governamental, segundo Patrus Ananias e Frei Betto,

o Fome Zero é uma política pública que visa à erradicação da fome e da exclusão social. É uma política porque expressa a decisão do governo federal de enquadrar o problema da fome como uma questão nacional central e não como uma fatalidade individual. O Estado está alocando recursos humanos e financeiros em praticamente todas as suas áreas de atuação com o objetivo de estender os direitos de cidadania a milhões de brasileiros excluídos. Trata-se, portanto, de uma política pública porque, além do Estado, envolve toda a sociedade. [...] Quando o presidente Lula disse que, se ao final de seu mandato, cada brasileiro tivesse acesso a três refeições diárias, a missão de sua vida estaria cumprida, ele não fazia uma promessa, mas lançava um desafio à sociedade e estabelecia a linha-mestra de um ousado **projeto de nação**. É por isto que, desde seu lançamento, o Fome Zero alojou-se no espaço comum da mobilização cívica, no qual a sociedade se articula com o Estado (Detalhe Notícia, 17/10/04 *apud* Jornal O Liberal, 24/06/2004, *grifo nosso*)

Uma das frentes do Programa Fome Zero, lançado no início do governo Lula, foi o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, “vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional” (artigo 1º). O valor definido posteriormente pelo poder executivo foi de R\$ 50,00 (cinquenta reais) sendo concedido “para unidade familiar com renda mensal *per capita* inferior a meio

salário mínimo” (artigo 2º, parágrafo 2º). A lei também refere-se ao Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, no qual as famílias devem estar inscritas.

Como carro-chefe da política social do governo Lula, o Programa Fome Zero prevê uma ação integrada tendo três conjuntos de políticas articuladas entre si: políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais. Hoje, o Programa Bolsa Família situa-se no contexto das políticas estruturais, tendo como ação essencial a transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Faz-se necessário registrar que, no início do governo Lula, existiam simultaneamente e paralelamente, sendo executados de forma fragmentada para um público-alvo também fragmentado, quatro programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação (como vimos, heranças dos governos FHC). Logo esta realidade emergiu e tanto sociedade civil organizada quanto Estado, através dos espaços públicos dos fóruns, conselhos, nos diferentes níveis de governo, colocaram em questão a formatação dos programas sociais implementados.

Depois de ajustes no contexto do novo governo, reestruturado, o Programa Bolsa Família foi lançado oficialmente no dia 20 de outubro de 2003<sup>113</sup>, destinado a ações de transferência de renda com condicionalidades, destinado à famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O Programa Bolsa Família constitui-se na unificação de todos os benefícios sociais do governo federal num único programa. O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa Escola”, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – “Cartão Alimentação”, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – “Bolsa Alimentação”, o Programa “Auxílio-Gás” e o Cadastramento Único do Governo

---

<sup>113</sup> Foi regulamentado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e posteriormente pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Federal tiveram seus procedimentos de gestão e execução das ações unificados no Programa Bolsa Família. Logo, à medida que os atuais beneficiários destes programas passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

Um primeiro aspecto a ser considerado na análise do Programa Bolsa Família é que ao unificar os diferentes benefícios do governo federal, exigiu-se uma ação articulada entre os diferentes ministérios que antes operacionalizavam tais ações. A maioria dos programas unificados vinha do governo Fernando Henrique Cardoso envolvendo o *Ministério da Educação* com o Bolsa-Escola, o *Ministério da Saúde* com o Bolsa-Alimentação, o *Ministério de Minas e Energia*, com o Auxílio Gás, o antigo *Ministério da Previdência e Assistência Social* com o Cadastro Único. Posteriormente no governo Lula foi criado o *Ministério de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA*, hoje extinto, responsável por operacionalizar o Cartão - Alimentação. A articulação intersetorial amplia as possibilidades de ação otimizando os recursos públicos. Os destinatários destes programas na sua maioria eram as mesmas famílias, havendo fragmentação de benefícios, dispersão de recursos, aumento da burocracia e baixa efetividade das ações.

Sendo a família o foco da intervenção do programa, amplia-se a abordagem antes centrada nas crianças e adolescentes em idade escolar, gestantes, nutrizes e crianças de 0 a 6 anos, embora a possibilidade de ampliação dos recursos e o cumprimento das condicionalidades recaiam na sua maioria sobre estes segmentos. Neste sentido, percebe-se a articulação para a implementação da nova política nacional de assistência social que tem como base a matricialidade sócio-familiar.

Com a unificação no Bolsa Família, o novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS passou a coordenar as ações, devendo articular as

políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, assistência social e renda de cidadania às famílias em situação de pobreza no país. Segundo o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

a coordenação, a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família, que compreende a prática dos atos necessários à concessão e ao pagamento dos benefícios, a gestão do Cadastramento Único do Governo Federal, a supervisão do cumprimento das condicionalidades e da oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados, e o acompanhamento e a fiscalização de sua execução (artigo 2º).

Com esta orientação objetiva-se a expansão do atendimento, o aumento no valor dos benefícios para as famílias, a ampliação no volume de investimentos por parte do Estado e a simplificação dos procedimentos administrativos, a potencialização das ações pela pactuação entre governo federal, estados e municípios, mais eficiência e transparência nos gastos públicos e controle dos recursos.

A articulação das ações das diferentes políticas setoriais destinadas a um mesmo público-alvo tem sido um desafio histórico. Romper com a fragmentação, paralelismo e personalismo no trato da coisa pública além de medidas políticas, exige a revisão do corpo burocrático.

Não é supérfluo observar que um dos agentes financiadores do Programa Bolsa Família é o Banco Mundial <sup>114</sup>. Em seu pronunciamento no lançamento do Programa, Lula afirmou afirmando:

Quero começar cumprimentando o presidente do Banco Mundial, senhor Wolfensohn, pelo seu pronunciamento. E quero dizer a ele que estou

---

<sup>114</sup> Além da transferência de recursos o BIRD tem dado suporte técnico para a implantação e monitoramento do Programa no país. Evidência deste fato foi o II Workshop Internacional sobre Transferência Condicional de Renda pelo Banco Mundial realizado de 26 a 29 de abril de 2004 na cidade de São Paulo com a presença de 25 países dos cinco continentes. Neste o Programa Bolsa Família foi apresentado pela Secretária Executiva Ana Fonseca e pelo Secretário Nacional de Renda e Cidadania, André Teixeira (Ver Detalhe Notícia, 28/04/04).

muito otimista de que o Banco Mundial realmente participe deste Programa. Afinal de contas, acho que essas causas nobres não podem prescindir da ajuda do Banco Mundial. (...) Eu quero dizer ao presidente do Banco Mundial, que nós, até dezembro, chegaremos a 3 milhões e 600 mil famílias e se Deus quiser e todos ajudarem, inclusive os meus amigos do Banco Mundial, poderemos chegar aos 11 milhões no final de 2006 (Discurso do Presidente da República, Palácio do Planalto, 20 de outubro de 2003).

A meta do Programa anunciada pelo Presidente Lula significa atingir o universo da estimativa de famílias em situação de pobreza no país, 11.208.273 famílias o que corresponde a 47.074.747 pessoas. Segundo o Departamento de Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atualmente 99% dos municípios brasileiros estão cobertos pelo Programa. Foram cadastradas 89% da estimativa de famílias em situação de pobreza, num total de 9.937.615 famílias, correspondendo a 40.130.636 pessoas.

Além de recursos externos, o financiamento do Programa tem como base as dotações alocadas nos programas que foram unificados <sup>115</sup>, bem como dotações do Orçamento da Seguridade Social da União. A legislação define que “o Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes” (Lei nº 10.836, artigo 6º, parágrafo único). Sendo assim, o processo de inclusão das famílias no Programa possui o limite dos recursos orçamentários definidos anualmente na Lei Orçamentária, ocorrendo de forma gradativa.

O problema concreto de compatibilizar recursos com demanda não se evidencia no âmbito das leis e do planejamento. Ele se manifesta no âmbito local, onde as relações se materializam no processo de cadastramento e elegibilidade das famílias que serão incluídas no Programa. Quais critérios utilizar para definir

---

<sup>115</sup> A fonte dos recursos é oriunda do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação, Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, dotações do Ministério da Saúde, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, dotações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

aqueles que serão incluídos imediatamente e aqueles que serão incluídos “quando houver verba” sendo que a situação de pobreza ou extrema pobreza é equivalente? Existem de fato critérios? Se existem, quem os define? Eles são de fato operacionalizados pelos agentes que estão na linha de frente? Estas contradições são próprias de políticas seletivas que não consideram a “supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica” (LOAS, artigo 4º, inciso I).

Existe uma sintonia entre a política econômica e a política social encaminhadas pelo governo Lula, com as orientações dos organismos internacionais manifestando-se nos documentos oficiais e nas decisões governamentais. A direção de tais deliberações tem suas consequências concretas nos processos crescentes de pauperização da população e restrição de direitos sociais onde o mercado passa a ser cada vez mais exaltado <sup>116</sup>.

O paradoxo universalização/focalização se coloca de forma determinante na execução do Programa Bolsa Família. Lavinias pergunta: “focalizar na dimensão assistencial implica condenar a proteção social universal, como reza a cartilha liberal?” (LAVINAS, 2003, p. 13) A autora segue entendendo que

o aparente contraponto focalização *versus* universalização é um falso dilema. Programas focalizados e políticas universais são indiscutivelmente necessários e indissociáveis. [...] Programas focalizados ou compensatórios e políticas e programas universais, ambos fazem parte do sistema de proteção de que um país não pode abrir mão. Justamente aí reside o grande desafio: desenhar esse sistema de proteção social, que, embora de vocação universalizante, pois assentado na matriz dos direitos, continua inacabado no Brasil e pode desaparecer frente à tentação sedutora do modelo liberal tutelado compulsório de (não) fazer política social (*idem*, 2003, p. 17).

---

<sup>116</sup> Ao analisar a posição dos governos latinoamericanos no combate à pobreza e as proposições de organismos internacionais, SOARES explicita que “A intervenção do FMI poderia ser resumida em uma espécie de *slogan* (colocado pelo Fundo mesmo como um ‘desafio’ para a região): **‘combater a pobreza sem comprometer o processo de ajuste’**” (2001, p. 58).

### 3.2.2. O limite da política de Assistência Social

Este excursus sobre o Bolsa Família tem um sentido no corpo da minha argumentação: ressaltada brevemente a sua história, o que vem à tona é a *extrema dificuldade* de levar à prática o passo fundamentalmente positivo configurado na LOAS – a ruptura com o assistencialismo. Se caracterizei uma espécie de *zona de transição* entre o *antes* e o *depois* da LOAS, utilizando como exemplo o Bolsa Família, foi com o objetivo de indicar que tal ruptura, efetivada *legal e formalmente* no espírito da LOAS, não se afirma na realidade política e administrativa da nossa sociedade sem problemas. Não poucos críticos sérios do programa têm chamado a atenção para os riscos, os vieses e mesmo a utilização assistencialista dos seus recursos - um exemplo importante dessas críticas comparece, por exemplo, em Marques (1997).

Por outra parte, na evolução do Bolsa Família, também se registram os importantes passos para a instituição de uma política pública de Assistência Social assentada realmente na concepção de direito social – desde os procedimentos administrativos de controle, como se expressa, por exemplo, na questão do Cadastro Único (CadÚnico) e na informatização mais ampla (SUASWEB), até os mecanismos democráticos de gestão e de participação, de que são exemplos os vários conselhos. E nunca será demais insistir na importância, já manifesta na evolução do Bolsa Família, do esforço para reduzir a fragmentação e a setorialização estanque do planejamento e da execução.

*Trata-se, no fundo, de algo mais que romper com o caráter assistencialista das “políticas” de Assistência Social: trata-se, substantivamente, de romper com uma cultura política histórica e socialmente sedimentada e estratificada. Só os ingênuos podem imaginar que uma tarefa deste porte se realiza por mecanismos e diplomas legais e num lapso breve de tempo.*

Entretanto, não residem aí os limites da política de Assistência Social implementada no Brasil na primeira década do século presente – e isto apesar das mudanças que de fato vieram ocorrendo e das quais a implementação da LOAS, nos governos Lula, é exemplo. Porque, com efeito, nestes dois governos foram operadas mudanças. Não me deterei especificamente no processo de institucionalização do SUAS, uma vez que já é expressiva a documentação sobre ele <sup>117</sup>; basta-me ressaltar que, para além de todo o discurso triunfalista do governo e das críticas frequentemente demagógicas vindas de diferentes setores, há um elemento extremamente valioso no seu processo de implantação – a criação dos CRAS <sup>118</sup>. Com efeito, os Centros de Referência de Assistência Social *podem* viabilizar, como unidades estatais, o acesso a serviços sócio-assistenciais numa perspectiva democrática, participativa e universalizante. A implementação dos CRAS – que deve ser acompanhada para avaliações mais seguras e fundadas teoricamente – *pode* significar, efetivamente, uma nova forma de fazer política de Assistência Social num marco de promoção da vida cidadã.

Também não me importam, aqui, os problemas (aliás, sérios) de gestão do SUAS, que só agora começam a emergir, inclusive pelo caráter recente de sua institucionalização. Não há que esquecer que, embora de vida curta, o SUAS herda uma tradição. Como anotou uma especialista, “o SUAS não é produto do inesperado, da genialidade ou da prepotência do governo federal. Ele resulta de quase 20 anos de luta na assistência social e do aprendizado com a gestão da saúde, em particular com o SUS” (SPOSATI, 2006, p. 102). Mas, da análise a que

<sup>117</sup> Dentre as muitas fontes, cf. Martins e Paiva (2003), Sposati (2004, 2006), SNAN (2004), Paiva (2006), Lopes (2006), Mota, Maranhã, Sitcovsky (2006), Tapajós (2006), Muniz (2006), Torres (2007), Paula (2008) e Paulilo, Rizotti, Carloto, Martins e Garcia (2006).

<sup>118</sup> O CRAS destina-se às famílias em situação de vulnerabilidade social, com serviços organizados em bases territoriais. Os municípios foram divididos em cinco grupos, de acordo com o porte: até 20 mil habitantes (4.018 ou 73% do total); de 20 a 50 mil (964); de 50 a 100 mil (301); de 100 a 900 mil (209); e acima de 900 mil (15 metrópoles, onde vive um quinto da população). Para detalhamento, cf. NOB/SUAS (BRASIL, 2005).

procedi, parece relevante indicar que eles podem, do ponto de vista profissional do Serviço Social, promover uma problemática segmentação na categoria, conduzindo a “especializações” (do tipo “gestor de políticas públicas”) cujas conseqüências ainda não são claras, mas que seguramente acabarão por incidir na formação (cf. MOTA, MARANHÃO e SI TCOVSKI, 2006).

Nesta direção, não me deterei na formatação do SUAS, mas é preciso insistir em que, nele, as instâncias de deliberação desempenham papel central. E isto porque um dos grandes desafios postos historicamente à sociedade brasileira e à profissão tem sido o controle social e a participação popular no âmbito dos espaços deliberativos – os conselhos. Os conselhos são as instâncias deliberativas nos três níveis de governo e cabe a eles aprovarem os orçamentos encaminhados pelo respectivo órgão gestor da área. E a questão orçamentária, obviamente, é crucial no marco de qualquer política pública. No Brasil, sabe-se que o acesso ao fundo público manteve-se sob o controle e o domínio das frações das classes dominantes. Romper com este caráter patrimonialista passa pela necessária democratização do espaço público, especialmente dos conselhos gestores da política de assistência; neste sentido, trazer e publicizar a questão do orçamento é um meio de avançar na relação entre a função econômica e política da política social. O rompimento deste monopólio das frações dominantes, por via da ação dos conselhos – com a possibilidade do orçamento e do e financiamento serem apreciados e deliberados por eles – coloca a política de assistência social em um outro patamar de constituição.

Aqui, o que me interessa, de modo particular, é indicar os limites da política de Assistência Social – já dados no Fome Zero, evidentes no Bolsa Família e que, a meu juízo, afetam necessariamente todo o arco de iniciativas governamentais, em especial o SUAS.

É óbvio que um limite claro da política de assistência é que, como já indicamos, a assistência social não dispõe de uma vinculação orçamentária fixa, destinada para a área. A demanda pela aprovação de que seja destinado 5% do orçamento da Seguridade Social para a assistência social, em cada nível de governo, tem sido apresentada nas conferências de assistência social desde 1995 – e não tem sido atendida, o que inviabiliza, de fato, a previsibilidade necessária a qualquer planejamento. Observe-se que, na escala em que o SUAS regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, a impossibilidade do planejamento torna-se, pouco a pouco, um limite estrutural do sistema.

Esta sinalização remete ao que chamarei aqui de *o limite* da política de Assistência Social que, de fato, se constitui na interação de dois elementos: o de natureza estritamente econômico-política e o de natureza sistêmico-institucional. Tratemos de cada um separadamente, mas tendo em mente que minha referência é o Brasil dos anos 2000, entre FHC e Lula.

Não se pode conceber uma orientação econômico-financeira macroscópica desvinculada dos seus necessários efeitos e implicações sociais. Toda a experiência histórica, e não só a do século XX, revela que a uma orientação econômico-financeira correspondem *necessariamente* certas conseqüências sociais – e isto sem qualquer mecanicismo ou determinismo, posto que se saiba que as mediações políticas são ponderáveis neste campo. Ou seja: a *vontade e a iniciativa políticas* podem, em alguma medida, relativizar, matizar e mesmo introduzir elementos perturbadores na dinâmica econômica. *Mas elas não podem suprimir implicações determinantes da orientação macro-econômica.* Um exemplo recente, na história brasileira, foi o chamado “modelo econômico” da ditadura de 1964: uma vez posto em movimento, algumas conseqüências necessárias

emergiram – no caso, o favorecimento do grande capital implicou a concentração da renda e da propriedade (TAVARES, 1972, FURTADO, 1968).

Os governos Lula não romperam com o “modelo” econômico, se é que assim se pode chamá-lo, herdado dos governos FHC – e isto é incontestado -: toda a sua orientação macro-econômica favorece o capital financeiro. Por conseqüência, são inevitáveis a continuidade da concentração da propriedade e a permanência de uma distribuição da renda nacional extremamente desigual. Não há política social que possa reverter este processo. E os últimos dados oferecidos pelo IBGE e pelo IPEA mostram-no com eloqüência: apesar de todo o empenho governamental de Lula no sentido de operar “transferência de renda”, ainda que se registre uma residual melhora na distribuição da renda nacional, o que se tem é mesmo uma “melhora residual” (IPEA, 2008). Numa palavra: não há LOAS nem SUAS (e isto vale para as outras políticas setoriais) que possa reverter as *necessárias* implicações do favorecimento ao capital financeiro.

O que se registra, nos dois governos Lula, é uma nítida vontade política de, pela preocupação com “os de baixo”, reverter aquelas implicações. No caso específico da política de Assistência Social, ela é desvinculada, num primeiro nível, da orientação macro-econômica. Assim, propõe-se uma política de “transferência de renda” que vai, inutilmente, a contra-pelo das taxas de juros, da iniquidade tributária e fiscal etc. Mas esta desvinculação é apenas num primeiro nível; num segundo nível, a ênfase na Assistência – *desconectada de um efetivo sistema de Seguridade Social*<sup>119</sup>, *tomada de fato como uma política em si mesma* – é perfeitamente compatível com aquela orientação macro-econômica: ao apelar à “parceria” com a sociedade civil e ao concentrar-se no combate à “pobreza” (ou “miséria”) “absoluta”, seguem-se as determinações das “agências multilaterais” – é por isto que me detive numa resenha do “Bolsa Família”; aquele

---

<sup>119</sup> Para relações entre Seguridade Social, Serviço Social e Assistência Social, cf. entre outros, Boschetti (2004) e Mota (2007).

“corte” (meio salário-mínimo *per capita*) é decisivo para definir a quem efetivamente se dirige o foco (no caso do BPC, o “corte” é ainda inferior).

Este é o limite econômico da política de Assistência Social entre nós na conjuntura atual. Mas há outro limite: o sistêmico-institucional. A Assistência Social, na política governamental, tem sido posta como a articulação de instâncias que podem oferecer um trato eficiente à “questão social” – e, para tanto, têm sido engendradas formas de organização que apresentam inovações significativas (por exemplo, ressaltei a relevância do CRAS). Mas na medida em que esta organização não se insere *num sistema abrangente de proteção social, aquele que é denotado pela noção tão ampla de Seguridade Social*, não há formas organizativas ou sistemas de instituições que possam ir além de uma atividade emergencial – mesmo que posta numa perspectiva de mais longo prazo. Este limite é mesmo sistêmico-institucional: não deriva de uma “má gestão”, ou de uma “gestão inadequada” das instâncias e recursos disponíveis; resulta da própria inserção da política de Assistência Social no marco geral das políticas públicas.

Em poucas palavras: *nenhuma política de Assistência Social é capaz de incidir mais além das expressões imediatas da “questão social”*. Isto não lhe retira a importância nem a justificação – entretanto, fora do marco abrangente da Seguridade Social, a política de Assistência Social só cobre emergencialidades, ainda que estas – como no caso brasileiro – sejam de magnitude enorme. A Assistência Social, como direito e como política, *não dará conta, nunca, da “questão social”* – ela é subsidiária de múltiplas intervenções e não mais que isto (sem prejuízo de, no caso brasileiro, atualmente dispor de um *locus* específico na estrutura da administração pública).

Ora, nos anos 2000, a centralidade atribuída à política de Assistência Social, nos marcos de uma orientação macro-econômica dirigida pelos interesses do capital financeiro e descolada de um sistema de Seguridade Social, torna-a a

depositária das esperanças de um instrumento de transformação ou reforma social que, de fato, ela não é.

### **3.3. Os assistentes sociais e a Assistência Social**

Como tivemos oportunidade de sugerir já com o título deste capítulo, a década inicial deste nosso século XXI revela-se – ao menos, até agora – como uma conjuntura adversa.

No caso específico das relações entre Serviço Social e Assistência Social, esta adversidade reflete-se nas condições dos pesquisadores nos centros acadêmicos de ponta (mencionamos a submissão das universidades aos parâmetros da “produtividade” e da “competitividade”) e nas próprias condições da formação profissional (a “contra”-reforma universitária, o aligeiramento da educação superior).

Mas os elementos mais decisivos encontram-se nas condições em que se desenvolve a política da Assistência Social. Aqui, o quadro é realmente contraditório. De uma parte, a autêntica institucionalização de uma tal política, em especial sob os governos Lula, configura também a resultante das conquistas e do acúmulo da categoria profissional nos últimos trinta/vinte anos – e não é de menor importância a ampliação do mercado de trabalho e a visibilidade adquirida pelos assistentes sociais na formulação, implantação, implementação e gestão dessa política. De outra, as condições limitadoras em que se move esta política (ademais de sua limitação estrutural) operam para problematizar em profundidade aquelas mesmas conquistas que a viabilizaram.

No caso da nossa profissão, essa problematização pode ser detectada com a colocação da Assistência Social como objetivamente a dominante da prática

profissional do Serviço Social. Há indícios de uma redução do Serviço Social à Assistência Social <sup>120</sup>. Por outro lado, e isto é paradoxal, em tempos de “flexibilização”, “desregulação” e convocação às “parcerias” com a “sociedade civil”, a convocação ao trabalho voluntário pode reduzir a exigência de qualificação técnica e também deslocar a ação assistencial para o espaço privado, derivando nas conseqüências do que um representante da vanguarda caracterizou como “refilantropização da Assistência” (YAZBEK, 1995).

Cumpramos observar que a categoria profissional – aí incluída a sua vanguarda – têm dado sinais de perceberem esses riscos. A descolagem do debate da Assistência Social em relação à problemática econômica, e mesmo orçamentária, tem provocado elaborações teóricas bastante críticas ao longo dos últimos anos, desde a denúncia do seu viés politicista à pesquisa dos nexos com a Economia Política e com as especificidades orçamentárias (MENEZES, 1993; BEHRING, 1998 E BOSCHETTI, 2003).

Muito especialmente, órgãos e entidades da categoria têm se manifestado em face deste quadro. O sistema CFESS/CRESS, por exemplo, já se manifestou muito claramente na crítica à orientação macro-econômica de Lula, através da “Carta de Manaus”, de setembro de 2005 (CFESS, 2005). A mesma entidade, já antes, por meio da “Carta de Maceió”, de setembro de 2000, insistia na necessidade de posicionar a política de Assistência Social no marco de um efetivo sistema de Seguridade Social (CFESS, 2000).

Estas são claras indicações que a hipertrofia da política de Assistência Social, tal como vem se operando no Brasil dos anos 2000, não só empolga os

---

<sup>120</sup> “O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial. Esta centralização, que opera a efetiva redução do Serviço Social à ‘profissão da assistência’, teve início no período Fernando Henrique e vem sendo aceleradamente induzida desde 2003 – o ‘Estado lulista’ (ou dos ‘lulistas’) perfila-se como um Estado assistencialista” (PAULO NETTO, 2007, p. 38).

assistentes sociais pelos seus conteúdos de conquista, mas também desperta questionamentos e dúvidas.

### **Considerações finais**

O Assistente Social curioso ou o internauta despreocupado que visitasse no dia 25 de fevereiro de 2009 o sítio oficial da Prefeitura Municipal de Vitória<sup>121</sup> – capital governada por um correligionário do Presidente Lula, o petista João

---

<sup>121</sup> Veja em <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/acaosoc/home.htm>

Coser, aliás reeleito em outubro de 2008 – encontraria, sob o título “Conheça a política da Secretaria de Assistência Social do município”, a seguinte informação:

Sobre a Assistência Social – Surgiu na década de 1930 e foi regulamentada em 1957. De acordo com a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre o Serviço Social, o profissional dessa área tem como competência elaborar, implementar, executar, e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos, entre outros.

Mais adiante a página, lê-se:

Com a Constituição de 1988, tem início a construção de uma nova concepção sobre o Serviço Social brasileiro. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS, em dezembro de 1993, como política social pública, o serviço social trabalha em prol da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Não se trata, obviamente, de textos mal redigidos ou redigidos equivocadamente. Eles expressam uma espécie de “espírito do tempo”: identificam sumariamente Assistência Social com Serviço Social (como se vê no primeiro excerto, onde o surgimento e a profissionalização do segundo aparece como o surgimento da primeira), reiterando, no segundo excerto, a mesma identificação num quadro de determinação histórica (o Serviço Social “como política social pública”, com uma “nova concepção” derivada da Constituição de 1988).

Esta identificação não é nova: podemos encontrá-la, nítida, no Brasil dos anos 1930/1940, quando Maria Esolina Pinheiro enceta a sua luta, no Rio de Janeiro, para a criação – atente-se ao nome – da *Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth*, da qual derivará a importante unidade acadêmica que

hoje constitui a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (PINHEIRO, 1985; BRAVO e FREIRE, 2008).

Compreende-se que Maria Esolina Pinheiro operasse com aquela identificação, porque a desfetichização do Serviço Social, como vimos, só se operaria quatro décadas depois das suas pioneiras iniciativas. Mas como compreender uma formulação, num sítio oficial (e de uma prefeitura de capital, governada pelo partido que galvanizou boa parte da vanguarda profissional), quase ao fim da primeira década do século XXI, que restaura condições objetivamente ultrapassadas pela categoria profissional? Estas breves considerações finais querem avançar pistas para responder a esta indagação.

Vimos que a desfetichização do Serviço Social realizou-se, no Brasil, com a conjugação de uma conjuntura de lutas democráticas em ascenso com o recurso a referências teórico-metodológicas muito específicas (a tradição marxista). A partir dessa conjugação, surge - no espaço acadêmico da pós-graduação - uma vanguarda intelectual que, na seqüência, promove também a desfetichização da Assistência Social, rompendo com o seu lastro filantrópico e privatista, inserindo-a no espaço público dos direitos sociais.

Na década de 1990, este acúmulo, mais o protagonismo político-social fomentado pelas entidades da categoria profissional, propiciou que este *conhecimento teórico* incidisse na agenda dos assistentes sociais, permitindo-lhes - também em função das condições políticas da oposição às políticas neoliberais - uma grande visibilidade como interventores cuja ação se parametrava pela defesa dos direitos sociais, com ênfase na participação dos usuários dos seus serviços. Este verdadeiro espraiamento das novas concepções (novas porque desfetichizadas) de Serviço Social e de Assistência Social no interior da heterogênea categoria profissional abriu uma interlocução inédita entre os assistentes sociais e outros protagonistas da vida social brasileira. E mais: configurou uma nova conformação profissional, na confluência de

transformações nos seus referências éticos, na sua formação acadêmica e na sua inserção no mercado de trabalho (donde o caráter inclusivo da noção de projeto ético-político profissional).

O novo contexto posto pela derrota formal do projeto neoliberal nas eleições presidenciais de 2002 criou um campo novo de contradições para a categoria profissional: por uma parte, seu acúmulo teórico-prático resultante da dupla desfetichização referida (da profissão e da Assistência Social) permitiu-lhe incidir, como nunca antes houvera feito, na política de Assistência Social; por outra parte, a efetiva continuidade da orientação macro-econômica neoliberal desnaturava os seus próprios pressupostos teóricos, na medida em que insulava a política de Assistência Social de um operante sistema de Seguridade Social. Donde, a partir desses constrangimentos objetivos, a hipertrofia da Assistência Social no marco das políticas sociais e a sua visualização, cada vez mais generalizada, como “o campo profissional” do Serviço Social, e o assistente social como “o profissional da Assistência”.

Está aqui, a meu ver, o grande risco que se contém na conjuntura desses primeiros anos do século XXI: o risco de uma efetiva regressão de ambos, Serviço Social e Assistência Social, ao estatuto de que desfrutavam *antes* do processo de desfetichização que teve como marcos a produção de Yamamoto/Carvalho e do grupo de pesquisadoras da PUC-SP. Trata-se, a meu juízo, de um *risco* – neste momento, nada está decidido, até porque, como observei ao fim do terceiro capítulo, no interior da vanguarda profissional (e não só), já existem reflexões que advertem para ele. Mas o risco de uma refetichização – seja do Serviço Social, seja da Assistência Social – efetivamente existe.

A ilustração de que me servi acima – a do sítio oficial da prefeitura de uma importante capital – adquire sentido: se Maria Esolina atuava antes da

desfetichização, os autores do texto do sítio escrevem como se o que para mim é risco já se tivesse posto como fato concluso.

Minha reflexão nesta tese tem um só objetivo: evidenciar que as grandes conquistas (em todos os níveis da atividade profissional) não só são reversíveis – elas *parecem* estar em processo de reversão. Mas, como afirmei acima, até agora *nada está decidido*: o risco presente pode ser conjurado com um intensivo investimento em pesquisa, com um reforço teórico na formação profissional e com um empenho em identificar, na realidade concreta, as contradições que permitem atuar em sentido positivo e favorável.

Com efeito, se a década é adversa, não é a primeira, com este caráter, que desafia a categoria profissional. Por isto mesmo, os esforços não podem se limitar apenas à defesa do ameaçado “projeto ético-político” (BRAZ, 2007 e NETTO, 2007), nem à defesa de uma formação de qualidade (IAMAMOTO, 2007). De fato, o empenho da categoria precisa extravasar seus próprios limites – como compreenderam os 242 participantes do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, em setembro de 2008,

de todos os desafios que estão postos, este é o maior: contribuir para reunir e reorganizar as forças democráticas da sociedade brasileira que não sucumbira à cooptação e à fragmentação em torno de um outro projeto de país e de sociabilidade emancipada e livre para homens e mulheres. Esse é o convite dos/das assistentes sociais brasileiros neste momento histórico.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABESS. O processo da formação profissional do assistente social. *Cadernos ABESS*, n.1, São Paulo : Cortez, 1986.

ABESS. O processo da formação profissional do assistente social. *Cadernos ABESS*, n.3 , São Paulo : Cortez, 1989.

ABESS. Diretrizes gerais para o Curso e Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Cadernos ABESS*, São Paulo : Cortez, n. 7, p. 58 – 76, novembro, 1997.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação profissional e diretrizes curriculares. *Inscrita*. Brasília : Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, ano VII , n. 10, novembro, p. 11 – 16, 2007.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. S. Paulo: Boitempo, 2000.

ALAYÓN, Norberto. *Trabajo social latinoamericano : a 40 años de la reconceptualización*. Buenos Aires : Espacio Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. Acerca del movimiento de reconceptualización. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, Ano XXVI , n. 84, p. 37 - 47, novembro, 2005.

AMIN, Samir; HOUTART, François (org.). *Mundialização das resistências : o estado das lutas 2003*. São Paulo : Cortez, 2003.

AQUÍN, Nora. Reconceptualización: ¿un trabajo social alternativo o una alternativa al trabajo social? *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, Ano XXVI , n. 84, p. 48 - 65, novembro, 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS – ANAS. *Serviço Social . as respostas da categoria aos desafios conjunturais : VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes*. São Paulo : Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais*, 2 ed. São Paulo : Cortez; ANAS, 1985.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 6ª reimpressão. São Paulo : Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista : as greves de 1978-1980*. São Paulo : Ensaio; Campinas : Unicamp, 1988.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e serviço social : fundamentos ontológicos*. São Paulo : Cortez, 2001.

BATISTA, Alfredo. A "questão social" no período da decadência científica. *Praia Vermelha*. Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, nº 10, Rio de Janeiro : UFRJ, p. 112 - 125, 1º Semestre, 2004.

\_\_\_\_\_. *A questão social e as refrações no serviço social brasileiro na década de 90*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo : PUCSP, 2002.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XX, n. 61, p. 63 - 90, novembro, 1999.

BATISTA JR., Paulo Nogueira *et alii*. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. S. Paulo: Paz e Terra, 1995.

BATISTA, Roberto L. e ARAÚJO, Renan (orgs.). *Desafios do trabalho. Capital e luta de classes no século XXI*. Londrina/Maringá: Práxis/Massoni, 2003.

BATTINI, Odária (org.). *SUAS : Sistema Único de Assistência Social*. São Paulo/ Curitiba: Veras/CIPEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Assistência social : constitucionalização, representação, práticas. São Paulo : Veras Editora, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo : Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Os conselhos de assistência social e a construção da democracia. *Cadernos ABONG*. São Paulo : ABONG, nº 30, p. 93 - 116, novembro, 2001

\_\_\_\_\_. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo : Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social : fundamentos e história*. São Paulo : Cortez, 2006. (Biblioteca básica do serviço social; v. 2).

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise*. S. Paulo: Boitempo, 1998.

BLACKBURN, R. (org.). *Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BORÓN, Atilio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XXI X, nº 94, p. 5-21, junho de 2008.

\_\_\_\_\_. Segurança Social pública ainda é possível!. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Inscrita*. Ano VII, n. X. CFESS : Brasília, p. 31 - 36, novembro, 2007.

\_\_\_\_\_. O futuro das políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálisis*, jan./jun., vol.10, no. 1, p.13-14, 2007.

\_\_\_\_\_. As reformas neoliberais: ensino de graduação a distância e exame de proficiência. *Em Pauta : teoria social e realidade contemporânea*. n. 20, Rio de Janeiro : UERJ/Faculdade de Serviço Social, p. 181 - 188, 2007.

\_\_\_\_\_. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XXV, n. 79, p. 108 - 132, 2004.

\_\_\_\_\_. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2 ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

\_\_\_\_\_. Direito à renda ou direito ao trabalho. *Inscrita*. N. 4. Brasília: CFESS, maio, 1999.

BONETTI, Dilsea (et all). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo : Cortez, 1996.

BRAVO, Maria I. S., MATOS, Maurílio C. (orgs.). *Assessoria, consultoria & Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

BRAVO, Maria I. S., FREIRE, Silene M. Trajetória histórica das primeiras unidades públicas de ensino de Serviço Social no Rio de Janeiro. *Serviço Social & Sociedade*. S. Paulo: Cortez, ano XXI X, nº 96, pp. 128-150, novembro de 2008.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do movimento estudantil em Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XXI X, n. 96, p. 174 - 181, novembro, 2008.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Inscrita*. Ano VII, n. X, CFESS: Brasília, p. 5 - 10, novembro, 2007.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas. Um desafio para o Serviço Social*. S. Paulo/S. Luís: Cortez/UFMA, 1995.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O Estado e a assistência social. *ANAS... Seminário Estadual "Assistência Social hoje: verso e reverso"*. Fortaleza, Conselho Regional de Assistentes Sociais - CRAS - 3ª Região, p. 100 - 145, 13 a 15 de maio, 1991.

\_\_\_\_\_. O serviço social nas relações: a questão da assistência. In: ANAS. *O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais*, 2 ed. São Paulo: Cortez; ANAS, p. 47 - 60, 1985.

CARVALHO, Denise Bomtempo B. de ; SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. (org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*, 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CENTRO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL - CELATS. *Serviço social crítico : problemas e perspectivas : um balanço latinoamericano*. São Paulo : Cortez; Lima : CELATS, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Reforma do ensino superior e autonomia universitária. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XX, n. 61, p. 118 - 126, novembro, 1999.

CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo : Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKI, Michel. *A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. S. Paulo: Moderna, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília : CFESS/CFP, 2007.

\_\_\_\_\_. *CFESS INFORMA*. Serviço Social é profissão. Assistência Social é política pública. CFESS Manifesta. Brasília, dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/source/boletim/cfess\\_informa005.htm](http://www.cfess.org.br/source/boletim/cfess_informa005.htm). Acesso em 20 jan.2006.

\_\_\_\_\_. *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília : CFESS, maio, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Deliberações do 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS*, “Defender direitos e fortalecer movimentos sociais: atribuições ética, política e profissional do assistente social para radicalizar a democracia”. CFESS : Manaus, 04 a 07 de setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Serviço Social a caminho do século XXI : o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 50, ano XVII, p. 172 - 190, abril, 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS n. 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS – CFAS. Pela Prática dos Direitos Sociais. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano 1, nº 1, p. 5-16, setembro, 1979.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 11ª Região. *Coletânea de Legislações: Direitos de cidadania*. CRESS – PR : Curitiba, novembro, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 7ª.Região. *Em foco. O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas*. Rio de Janeiro: CRESS/ 7ª. Região, nº 4, agosto de 2008.

COSTA, Sueli Gomes. A invenção de tradições: a proteção social e os curso de graduação em Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XVI, n. 48, p. 58 – 68, ago. 1995a.

- COSTA, Maria das Dores A Política Social e a Formação para o Serviço Social: Uma Retrospectiva Histórica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, ano 1, nº 1, p. 80 – 91, setembro, 1979.
- COUTINHO, Calos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha : Estudos de política e teoria social*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro : UFRJ, Vol. 1, nº 1, p. 145 – 165, 1º semestre, 1997.
- COUTO, Berenice. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?*. São Paulo : Cortez, 2004.
- CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo : Global, 1983.
- DREIFUSS, René A. *A época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DUARTE, Newton (org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas : Autores Associados, 2004.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo : Boitempo, 2008.
- ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo , 2003.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, Ano XXVI , n. 84, p. 21-36, novembro, 2005.
- \_\_\_\_\_. Desafio do serviço social na era da globalização. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XX, n. 61, p. 152 – 186, nov. 1999b.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia em Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais*, 6 ed. São Paulo : Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. A questão da assistência social. *Serviço Social e Sociedade*. ano, X, n. 30, p. 109 – 126, abril, 1989.
- \_\_\_\_\_. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, Ano VIII , n. 24, p. 49-69, agosto, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo : Cortez, 1987a.
- \_\_\_\_\_. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo : Cortez, 1981.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica*, 3 ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. *Nova República?* 3 ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo : Alfa-Ômega, 1975.

FERNANDES, Manuela Leitão. Portugal / Brasil em Serviço Social: ontem, hoje e certamente amanhã. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, Ano X, n. 30, p. 137-156, agosto, 1989.

FERREIRA, Odila Cintra. Entrevista. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 12, p. 32 - 52, agosto, 1983.

FONSECA, Ana Maria M. da. *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo : Cortez, 2001.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Para que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. S. Paulo: Cortez, 1989.

GRUPO DE LISBOA. *Limites à competição*. Lisboa: Europa-América, 1994.

GUERRA, Y. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. *Praia Vermelha : estudos de política e teoria social*. Programa de Pós-Graduação em Serviço social. Rio de Janeiro : UFRJ, n. 10, p. 12 - 45, 1º semestre, 2004.

\_\_\_\_\_. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo : Cortez, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo : Edições Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo : Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Ediciones Península : Barcelona, 2002.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano e a história*. 4 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital : 1848 - 1875*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *A era dos extremos. O breve século XX :1914 - 1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *A era das revoluções : Europa 1789 – 1848*, 9 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969.

HUSSON, M. *A miséria do capital*. Lisboa : Terramar, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 8 ed. São Paulo : Cortez; Lima, Peru : CELATS, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela ; KARCH, Úrsula Simon ; ARAÚJO, Jairo Mello de . Relatório Avaliativo da Área de Pós-graduação em Serviço Social. (Período 1987/1989). *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 38, p. 141-166, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela ; YAZBEK, Maria Carmelita ; OLIVEIRA, Isaura I soldi de Mello Castanho e ; DELGADO, Maria Berenice Godinho . Projeto de Reestruturação Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 14, p. 29-103, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo : Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Serviço Social Brasileiro e a Articulação Latino-Americana. *Revista Temporalis*, Porto Alegre, v. Ano 4, n. 7, p. 102-111, 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. CFESS : Brasília, fev., p. 13 – 46, 2002.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, Brasília : ABEPSS, Graflin, p. 09 – 32, jan/jun, 2001a.

\_\_\_\_\_. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. *Temporalis* Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa Em Serviço Social, Brasília, v. 1, p. 35-80, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional*. São Paulo : Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social em tempos de globalização. *Revista Inscrita*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 13-18, 1998.

\_\_\_\_\_. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. O serviço social nas relações sociais: a questão da assistência. In: ANAS. *O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais*. São Paulo : Cortez; ANAS, p. 35 – 47, 1985.

I ANNI , Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP : EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo : Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. *Dialética e Capitalismo*. Petrópolis : Vozes, 1988.

I ASI , Mauro L. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. S. Paulo: Expressão Popular, 2006.

IPEA. *Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano*. Brasília: IPEA, 06/08/2008.

KARSCH, Ursula; YAZBEK, Maria Carmelita (org.). *Estudos do Serviço Social - Brasil e Portugal*. São Paulo : Educ, 2005.

KONDER, Leandro. Constituinte e cultura. *Novos Rumos*. São Paulo : Novos Rumos, Ano 1, nº 2, abril a junho, 1986, p. 41 – 49.

\_\_\_\_\_. *Marx. Vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, 2 ed, São Paulo : Martins Fontes, 1996.

LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo : Cortez, 1995.

LAVINAS, Lena. Proteção social sem compulsórios. *Teoria e Debate*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, n. 55, p. 12 – 18, set/out/nov, 2003.

LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação : balanço do governo FHC*. Petrópolis : Vozes, 1999.

LESBAUPIN, Ivo ; MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis : Vozes, 2002.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo : Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social e trabalho : porque o Serviço Social não é trabalho*. Maceió : Edufal, 2007.

\_\_\_\_\_. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo : Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Lukács, ontologia e método: em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a). *Praia Vermelha - Estudos de política e teoria social*. Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro : UFRJ, Vol. 1, nº 2, p. 141 – 173, 1º semestre, 1999.

LIMA, Maria Helena de Almeida. *Serviço social e sociedade brasileira*. São Paulo : Cortez, 1984.

- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. S. Paulo: Cortez, 1995.
- LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 87, p. 76 - 95, Especial, 2006.
- LOPES, Josefa Batista. *Objeto e especificidade do Serviço Social: o pensamento latinoamericano*. São Paulo : Cortez, 1979.
- LÖWY, Michael. Resistências culturais à dominação imperial: a alternativa socialista. *Revista Em Pauta : teoria social e realidade contemporânea*. n. 20. Rio de Janeiro : UERJ/Faculdade de Serviço Social, p. 202 - 209, 2007.
- LUKÁCS, Georg. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956 - 1971*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2007. (Pensamento Crítico ; v. 11)
- \_\_\_\_\_. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2007. (Pensamento Crítico ; v. 9)
- \_\_\_\_\_. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. São Paulo : PUCSP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, *Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista - NEAM*. Nº 1 , p. 8 - 44, maio, 1997.
- \_\_\_\_\_. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Rio de Janeiro : Elfos Ed. ; Porto, Portugal : Publicações Escorpião, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MANDEL. E. *O capitalismo tardio*. São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
- \_\_\_\_\_. *A crise do capital*. S. Paulo: UNI CAMP/Ensaio, 1990.
- MARQUES, Núbia N. O Papel do Profissional na Política Social, *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, ano 2, nº 3, p. 59 - 69, Outubro, 1980.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, status e classe social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARQUES, Rosa M. *A proteção social e o mundo do trabalho*. S. Paulo: Bienal, 1997.
- MARTIN, Hans-Peter ; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*. Lisboa: Terramar, 1998.
- MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo Perspectiva.*, vol.19, no.3, p.3-22, jul./set., 2005.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social : identidade e alienação*, 2 ed. São Paulo : Cortez, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia; BAPTISTA, Myrian Veras. Mesa-redonda na Universidade Nacional de La Plata. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 51, p. 23-48, agosto, 1996.

MARTINS, Alcina de Castro; HENRÍQUEZ, B. Alfredo (org.). *Serviço social no feminino*. Lisboa : CPHITS, 1997.

MARTINS, Alcina de Castro. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo : Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Relações de produção e relações sociais. In: IANNI, O. (org.). *Karl Marx – Sociologia*. São Paulo : Ática, 1992, p. 95-96.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*, 2 ed. São Paulo : Nova Cultural, v. 1 e 2, 1985. (Os economistas)

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*, 9 ed., São Paulo : Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo : Cortez, 1998.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil (origens da autocracia burguesa)*, 2 ed., São Paulo : Cortez, 1997.

MEDEIROS, Susana Rocha; FALCÃO, Maria do Carmo B. C. Depoimento. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, nº 15, p. 153 – 159, agosto, 1984.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo : Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Assistência e seguridade social: oposições e aproximações*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo : PUCSP, 1992.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo : Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo : Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O século XXI, socialismo ou barbárie?* São Paulo : Boitempo, 2003.

MOLJO, Shirly J. e MOLJO, Carina B. A 30 años del golpe militar en Argentina: aproximaciones a la historia del Trabajo Social. *Revista Katálysis*, jul./dez., vol.9, no.2, p.260-267, 2006

MONTAÑO, Carlos. *A natureza do serviço social : um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo : Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 53, p. 102 – 125, março, 1997.

MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, 2 ed., v. 1, Campinas : Editora da Unicamp, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço social e seguridade social: uma agenda política recorrente e desafiante. *Revista Em Pauta : teoria social e realidade contemporânea*. n. 20. Rio de Janeiro : UERJ/Faculdade de Serviço Social, p. 127 - 140, 2007.

\_\_\_\_\_. Seguridade social brasileira : desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, A. E. (et al.) (org.). *Serviço social e saúde : formação e trabalho profissional*, 2 ed., São Paulo : OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 40 - 48, 2007a.

\_\_\_\_\_. O fetiche da assistência social : um debate necessário. In: MOTA, A. E. *O mito da assistência social : ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. Recife : Editora Universitária da UFPE, p. 7 - 17, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cultura da crise e seguridade social : um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo : Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Assistência social pública e privada do país e política social do Estado e do patronato : as alternativas propostas pelo movimento popular. In: ANAS. *Serviço Social . as respostas da categoria aos desafios conjunturais : VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes*. São Paulo : Cortez, p. 84 - 90, 1991.

\_\_\_\_\_. *O feitiço da ajuda : as determinações do serviço social na empresa*. São Paulo : Cortez, 1991a.

MOTA, Ana Elizabete; SITCOVSKY, Marcelo; MARANHÃO, César H. O SUAS e a formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 87, p. 163-177, Especial, 2006.

MUNIZ, Egli. SUAS e os serviços socioassistenciais. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 87, p. 139-159, Especial, 2006.

MUSTAFÁ, Alexandra Monteiro. Códigos de ética do serviço social. *Presença Ética*. Recife : UNIPRESS, 2001.

NEGREIROS, Maria Augusta Galdes; MARTINS, Alcina; HENRIQUEZ, B. Alfredo; MC DONOUGH; Josefina Figueira. *Serviço Social - profissão & identidade. Que trajetória?* Lisboa : CPI HTS ; São Paulo : Veras, 1999.

NEGREIROS, Maria Augusta Galdes. Qualificação acadêmica e profissionalização do Serviço Social - o caso português. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, nº 56, ano XXV, p. 152-174, março, 1998.

OUTHWAITE, William ; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1996.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 87, p. 5 – 24, Especial, 2006.

\_\_\_\_\_. *A assistência social como política social. Uma contribuição ao estudo da Lei Orgânica da Assistência Social*. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : UFRJ, 1993.

PAIVA, Beatriz A. ; ROCHA, Paulo E. O Financiamento da Política de Assistência Social em Perspectiva. *Serviço Social e Sociedade*. n. 68, p. 83-110, novembro, 2001.

PASTOR, Márcia. A democratização da gestão da política de assistência social: fragmentos de um estudo. *Revista Katálysis*, jul./dez., vol.10, no.2, p.222-227, 2007.

PASTORINI, Alejandra. Assistencialização da proteção social e os programas de combate da pobreza no Brasil. *Praia Vermelha*. Rio de Janeiro : Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFRJ, n. 18, p. 253 – 284, jan/jun, 2006.

\_\_\_\_\_. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo : Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época ; v. 109)

\_\_\_\_\_. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. *Serviço Social e Sociedade*. n. 53, p. 80-101, março, 1997.

PARRA, Gustavo. *Antimodernidad y trabajo social: orígenes y expansión del trabajo social argentino*. Luján, Argentina : Universidad Nacional de Luján, Departamento de Ciencias Sociales, 1999.

PAULA, João Antonio de. E a história não acabou. A esquerda continua sua luta contra o neoliberalismo. *Inscrita*. Brasília : CFESS, n. 3, p. 33 – 38, novembro, 1998.

PAULA, Renato F. dos Santos. Compromissos e responsabilidade para assegurar proteção social pelo SUAS . Marco histórico da VI Conferência Nacional de Assistência Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 87, p. 191 - 195, Especial, 2006.

PAULO NETTO, José. Prefácio. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo : Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. Das ameaças à crise. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Inscrita*. Ano VII, n. X. CFESS : Brasília, p. 37 – 40, novembro, 2007.

\_\_\_\_\_. Crescimento e desigualdade. Cenários e desafios do Serviço Social no século XXI. *33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Santiago/Chile, 2006.*

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceitualização - 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade.* São Paulo : Cortez, Ano XXVI , n. 84, p. 5 - 20, novembro, 2005.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Serviço Social e Sociedade.* São Paulo : Cortez, nº 79, ano XXV, p. 5 - 25, 2004.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis.* Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3. Brasília : ABEPSS, Grafile, p. 41 - 49, jan/jul, 2001.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: ABEPSS. *Capacitação em serviço social e política social : Módulo 1 : Crise contemporânea, questão social e serviço social.* Brasília : CEAD, p. 91 - 110, 1999.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade.* São Paulo : Cortez, nº 50, ano XVII , p. 87 - 132, abril, 1996.

\_\_\_\_\_. Assistência Social entre a produção e a reprodução social. In: SPOSATI, A. (Org.) *Assistência Social polêmicas e perspectivas.* São Paulo : Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, p. 63 - 78, 1995.

\_\_\_\_\_. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.* São Paulo : Cortez, 1993. (Coleção Questões da Nossa Época ; v. 20).

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social.* São Paulo : Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social - Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.* São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social e Sociedade,* São Paulo : Cortez, n.30, p. 89-102, abril, 1989a.

\_\_\_\_\_. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. *Cadernos Abess,* São Paulo : Cortez, n. 3, p. 141-153, 1989.

\_\_\_\_\_. Teoria, método e formação profissional. *Cadernos Abess,* São Paulo, n. 1, p. 43-61, 1986.

\_\_\_\_\_. A propósito da disciplina de Metodologia. *Serviço Social e Sociedade,* São Paulo : Cortez, n. 14, p. 5-15, abril, 1984.

\_\_\_\_\_. A crítica conservadora à reconceptualização. *Revista Serviço Social e Sociedade.* São Paulo : Cortez, Ano II , n. 5, p. 59 -75, março, 1981a.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e reificação.* São Paulo : Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. Notas sobre democracia e transição socialista. *Temas de Ciências Humanas*. V. 7. São Paulo : Ciências Humanas, p. 31- 66, 1980.

PAULO NETTO, José ; CARVALHO, Maria do Carmo B. . *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2000.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. *Economia Política : uma introdução crítica*. São Paulo : Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

PAULILO, Maria A. S., RIZOTTI, Maria L. A., CARLOTO, Cássia M., MARTINS, Ana Cláudia V., GARCIA, Luana C. O SUAS em Londrina: dados preliminares. *Serviço Social em revista*. Londrina: PPGSS/UEL, nº 16, jan./jul. 2006.

PEREIRA, Raimunda Barbosa C. S. Proposta curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano V, n. 14, p. 16 - 28, abril, 1984.

PEREIRA, Potyara A. P. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. (org.). *Política social e democracia*, 2 ed. São Paulo : Cortez ; Rio de Janeiro : UERJ, p. 217 – 234, 2002.

\_\_\_\_\_. *Necessidades humanas : subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo : Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *A assistência na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília : Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P.; PAIVA, Leda Del Caro A Política Social e a Questão da Pobreza no Brasil 1 – 14, Março, 1981.

PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço social. Uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro. Documentário*. Rio de Janeiro : Centro de produção da UERJ, Série Serviço Social: documento histórico, 1985.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos da assistência social*. Panfletos educativos n. 7. Rio de Janeiro : Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria de Saúde e Assistência, 1939.

POCHMANN, Márcio (org.). *Atlas da exclusão social no Brasil, volume 3 : os ricos no Brasil (orgs)*. São Paulo : Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Reestruturação produtiva : perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis : Vozes, 2004.

PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano. 2005*. Lisboa: Terramar, 2006.

PRÉDES, Rosa (org.). *Mercado de trabalho do Serviço Social: fiscalização e exercício profissional*. Maceió: EDUFAL, 2002.

QUIROGA, C. *A invasão positivista marxismo: manifestações no ensino da metodologia Serviço Social*. S. Paulo: Cortez, 1991.

- RAICHELI S, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos de construção democrática*. São Paulo : Cortez, 1998.
- RICO, Elizabeth de Melo. O Serviço Social como Instrumento da Política Social: Uma Redificação dos Objetivos Profissionais. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, ano 1, nº1, p. 53 – 64, setembro, 1979.
- RODRIGUES, Fernanda. *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa : ISSScoop : CPI HTS, 1999.
- RODRIGUES, Mavi. Exame de proficiência e projeto profissional: um debate sobre o futuro do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XXI X, nº 94, p. 22-37, junho de 2008.
- ROY, Maria Tereza. Entrevista com D. Odila Cintra Ferreira. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano V, n. 12, p. 32 – 52, ago. 1983.
- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo : Brasiliense, 1980.
- SADER, Emir, GENTILLI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo . As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo : Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época ; v. 132)
- SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 1987.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro : Campus, 1994.
- SCHONS, Selma Maria. *Assistência social: entre a ordem e a desordem*. São Paulo : Cortez, 1999.
- SIMIONATO, Ivete. A reificação das relações sociais. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 29. São Paulo : Cortez, p. 105 – 128, abril, 1989.
- SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira : entre a política pública e o mercado*. São Paulo : Cortez, 2004.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (coord). *O comunidade solidária : o não enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo : Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Serviço Social e o Popular. Resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. *Aproximação do serviço social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo : PUCSP, 1991.
- SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 2007 (Biblioteca básica do serviço social ; v.3).

SITCOVSKY, Marcelo. As particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, A. E. *O mito da assistência social : ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. Recife : Editora Universitária da UFPE, p. 87 - 128, 2006.

SOARES, Laura T. R. *O desastre social*. Rio de Janeiro : Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis : Vozes, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro : Graphia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro : Graphia, 2002.

SOUZA, Maria Luiza de. As Indefinições do "Social" na Política Social e no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, ano 1, nº 1, p. 32 - 52, setembro, 1979.

\_\_\_\_\_. *Questões teórico-práticas do Serviço Social : o reconhecimento profissional*. São Paulo : Cortez & Moraes, 1979.

SOUZA, Luisa Erundina de. Os 25 anos da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo - APASSP. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano II, n. 5, p. 77 - 87, março, 1981.

SPOSATI, Aldaíza. O tempo do SUAS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 87, p. 96-122, Especial, 2006.

\_\_\_\_\_. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XXV, n. 77, p. 30 - 53, março, 2004.

\_\_\_\_\_. *A menina LOAS : um processo de construção da assistência social*. São Paulo : Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. (Coord.) *Carta-tema: a assistência social no Brasil, 1983 - 1990*. São Paulo : Cortez, 1991.

SPOSATI, A.; FALCÃO, M. C. *A assistência social brasileira: descentralização e municipalização*. São Paulo : EDUC, 1990.

\_\_\_\_\_. Identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo : Educ, 1989.

SPOSATI, A. (et al). *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo : Cortez, 1992.

STANISCI, Sílvia Andrade. Memória política: ANISTIA 20 anos. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XX, n. 61, p. 187 - 188, novembro, 1999.

SUPLICY, Eduardo M. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo : Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAPAJÓS, Luziele. Gestão da informação no SUAS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 87, p. 178-200, Especial, 2006.

TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo . Trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição ; FIORI, José Luís. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição das importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Política Social e Serviço Social, *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, ano 1, nº 1, p. 65 – 73, setembro, 1979.

\_\_\_\_\_. O profissional na Política Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, ano 2, nº 2, p. 22 – 28, março, 1980.

TORRES, Iraíldes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social : relações de gênero e poder*. São Paulo : Cortez, 2002.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: UNICAMP, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA e SILVA, Maria Ozanira. GIOVANNI, Geraldo di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo : Cortez, 2004.

YAZBEK, M. C. A assistência social na prática profissional : história e perspectivas. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XXVII, n. 85, p. 123 – 132, março, 2006.

\_\_\_\_\_. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano XXV, n. 77, p. 11 – 29, março, 2004.

\_\_\_\_\_. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo Perspectiva*, abr./jun., vol.18, no.2, p.104-112, 2004.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3. Brasília : ABEPSS, Graflin, p. 33 - 40, jan/jul, 2001.

\_\_\_\_\_. Assistência social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio. *Cadernos ABONG*. São Paulo : ABONG, nº 30, p. 39 – 54, novembro, 2001.

\_\_\_\_\_. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG*. S. Paulo: ABONG/CNAS/UNICEF, série especial, outubro de 1995.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo : Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília : CEAD, p. 87 - 99, 1999.

\_\_\_\_\_. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo : Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Assistência social pública e privada do país e política social do Estado e do patronato : as alternativas propostas pelo movimento popular. In: ANAS. *Serviço Social . as respostas da categoria aos desafios conjunturais : VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes*. São Paulo : Cortez, p. 76 - 83, 1991.

\_\_\_\_\_. *Estudo da evolução histórica da escola de serviço social de São Paulo no período de 1936 a 1945*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo : São Paulo, 1977.

YAZBEK, Maria Carmelita (*et al*). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social - PUC-SP. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, ano V, n. 14, p. 29 - 103, novembro, 1999.

VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a política social*. São Paulo : Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. *Serviço Social e Sociedade*, n.º 53. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Democracia e política social*. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo; v. 49)

\_\_\_\_\_. *Estado e miséria social no Brasil : de Getúlio a Geisel*, 2 ed. São Paulo : Cortez, 1987.

## LEGI SLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. *Parecer nº 412, Serviço Social. Habilitação única*. Conselho Federal de Educação, 5 de agosto de 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*, Lei nº 8,742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001*. Cria Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001*. Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal.

BRASIL. *Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001*. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde – “Bolsa – Alimentação”, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002*. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de setembro de 2001, relativamente ao “Auxílio-Gás”.

BRASIL. *Decreto nº 4.551, de 27 de dezembro de 2002*. Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o Programa “Auxílio-Gás”.

BRASIL. *Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003*. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA.

BRASIL. *Lei nº 10.835, de 08 de janeiro de 2004*. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

BRASIL. *Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004*. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.662. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004. Norma operacional básica NOB/SUAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, novembro de 2005.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)